

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura

Lucas Ferreira Carneiro

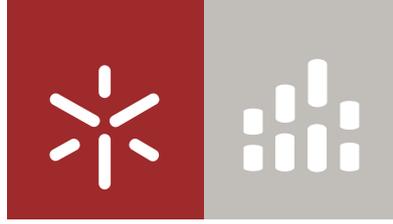
***A agulha e a folha. Dimensões espaciais
na construção de Braga setecentista***

Livro I

Lucas Ferreira Carneiro **A agulha e a folha. Dimensões espaciais na construção de Braga setecentista**

UMinho | 2018

janeiro de 2018



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Lucas Ferreira Carneiro

***A agulha e a folha. Dimensões espaciais
na construção de Braga setecentista***

Livro I

Tese de Mestrado

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre
em Arquitetura

Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

Trabalho efectuado sob a orientação da

Professora Doutora Maria Manuel Oliveira

janeiro de 2018

DECLARAÇÃO

Nome: Lucas Ferreira Carneiro

Endereço electrónico:lucascarneiro.arch@gmail.com

Número do Cartão do Cidadão: 13765887

Título dissertação: A agulha e a folha. Dimensões espaciais na construção de Braga setecentista

Orientador: Professora Doutora Maria Manuel Oliveira

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À Professora Maria Manuel Oliveira por me permitir seguir-lhe o interesse pelas torres bracarenses e toda a entropia daí resultante: sobre a qual me ensinou habilmente a navegar. Parte do valor deste processo de investigação foi a oportunidade de com ela aprender e conversar.

Aos amigos que ajudaram, discutiram, acompanharam, criticaram, ouviram, influenciaram, adormeceram, corrigiram mas, sobretudo, contribuíram para a consolidação de um pensamento muitas vezes disperso. Sem destaques individuais, asseguro que a mais remota recordação dos temas aqui tratados é símbolo do meu reconhecimento.

À minha família que pela preocupação e incentivo motivaram um esforço acrescido: a minha irmã Catarina e a incrivelmente animadora Leonor; os meus pais Teresa, Fernando e Luís.

À Maria João sempre presente, sem a qual, este trabalho não seria.

Obrigado a tudo.

Resumo

A presente investigação procura reconhecer os diferentes processos de ocupação e marcação da paisagem urbana, revelando o valor simbólico essencial da sua morfologia. Como pano de fundo, a cidade de Braga, num dos seus períodos construtivos mais prósperos, o século XVIII, proporciona o contexto necessário a este estudo.

Destaca-se a prelatura do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que indica a particularidade governativa bracarense - a união dos poderes político e religioso -, apontando o estudo do edificado religioso e dos meios de sacralização do território. Este percurso investigativo é orientado através de dois distintos elementos arquitetónicos: a Torre e a Praça. A sua aparente contradição, irá liderar os diferentes métodos investigativos e definir a estrutura da tese, dividindo-se em dois capítulos principais.

A Praça, o Campo Novo, parte de um sólido corpo bibliográfico sobre a sua formação, na procura de um entendimento outro sobre as condições, motivações e influências da sua conceção. Através do exame dos seus detalhes históricos e do contexto arquitetónico da época reconhece-se o contributo da Geometria, enquanto manifestação teórica e prática, para o singular desenho da praça bracarense.

A Torre, estuda o raro caso bracarense dos inúmeros templos com torre sineira traseira, através do reconhecimento do conteúdo e profundidade simbólicos da sua forma. Partindo dos particulares exemplos, em Braga, percorrem-se e confrontam-se, segundo uma interpretação mágico-religiosa do território, as raízes da forma vertical e a sua adaptação ao cristianismo.

O contexto histórico europeu, a oposição formal e funcional, dos dois artefactos estudados, assim como os recursos utilizados na sua investigação contribuem para um entendimento oposto quanto às suas conceções e propósitos. Verifica-se, no entanto, uma inesperada relação, pelo reconhecimento de uma origem comum aos suportes elementares destas formas, proporcionado por um entendimento espiritual da transformação do espaço.

Pretende-se, por fim, a leitura do desenvolvimento urbano de Braga setecentista, entendendo as particularidades da sua história assim como as representações globais das manifestações arquitetónicas nela contidas.

Abstract

This dissertation intends to recognize the different occupation and marking processes behind the urban landscape, revealing its form essential symbolic value. As background, the city of Braga, in one of its most prosperous constructing epochs, the seventeenth century, provides the necessary context to this work.

The ruling of the Archbishop D. Rodrigo de Moura Teles is highlighted, as sign of the particular govern structure of the city - the unified political and religious power -, establishing the religious buildings and its capacity to sacralize land as the case study. The research's direction is defined by two distinct architectonic elements: the Tower and the Plaza. Their apparent contradiction leads the different researching methods and will determine the thesis' structure by dividing it in two main chapters.

The Plaza, Campo Novo, starts from a solid bibliographic set of references regarding its formation, in search of an alternative understanding of its conception's conditions, motivations and influences. Through the examination of the historic and architectonic details, the theoretic and practical uses of Geometry seem to contribute to the plaza's unique shape.

The Tower, focuses on Braga's rare cases of reared back churches' bell towers, recognizing its form symbolic depth and content. These particular examples are covered and confronted, according to a magical-religious understanding of landscape, with the roots of the vertical architectural form and its adaptation to Christianity.

The European context, the formal and functional opposition of the two studied artefacts, as well as the varied resources enable an opposite stance of concepts and purposes. Nonetheless, an unexpected link is established by recognizing a common origin to both their support's elemental forms, providing an additional spiritual comprehension of space transformations.

At last, it is intended to face the urban development of seventeenth century Braga, comprehending its historic features as the global representations of the architectural manifestations within it.

Índice

I. Começar

- Início .3
- Chronos .7
- Gaia .9

2. Folha

- 2.1. CAMPO NOVO** .15
 - Forma .15
 - Formação .19
- 2.2. NOVO CAMPO** .23
 - Personagens .23
 - Ação .29
- 2.3. FORMA ANTIGA** .39
 - Ideal .39
 - Material .45

3. Agulha

- 3.1. TORRE** .57
 - Um tempo para um espaço .57
 - A torre no tempo .65
 - Ouvir as torres .67
 - A torre no espaço .71
- 3.2. ARQUEOLOGIA DA FORMA** .77
 - O objeto: atribuir sentido .77
 - O sujeito: apreensão do sentido .81
 - A mensagem: conteúdo do sentido .83
 - A forma: expressão do sentido .85
- 3.3. SACRALIZAÇÃO** .91
 - Harmonizar e fundar .91
 - Representar e replicar .95
 - Marcar para ligar .101
 - Espalhar para sacralizar .107
 - Centrar para ascender .111

4. Parar

- Kairos .119
- Referências bibliográficas .125

I. Começar

Início

Esta investigação parte de um conjunto específico de ferramentas - próprio do campo de estudo arquitetónico - e procura a explicação de como o homem vê e pensa o que o rodeia assim como, essas construções mentais, se materializam no espaço. O domínio de análise é composto por vários objetos, mas concentra-se no estudo da paisagem urbana e da fractalidade que frequentemente se encontra nas várias escalas da edificação da cidade, ressaltando, ainda, a relação mutuamente influenciável da representação e construção.

A casa e o templo são, na história da edificação, as primeiras estruturas que determinam a ocupação do espaço. Se por um lado, a casa como espaço de abrigo, indiferentemente das palavras e meios que escolhamos para a definir, nos apresente uma ideia imediatamente familiar, o templo, ou o espaço sagrado, desafiam uma análise tanto mais complexa quanto variável, ainda mais para o sujeito destes dias, preenchido de dúvida, desinteresse ou pluralidade religiosa.

A tese procura, através da investigação desenvolvida, aprofundar um entendimento da ocupação espacial, num movimento que, em tempos laicos, é de aparente difícil racionalização e justificação: a sacralização do espaço. Estes modelos ancestrais, definidos desde o início da colonização da terra pelo homem, permaneceram visíveis durante milhares de anos, ao ponto da sua formalização se alterar mas preservar o conteúdo herdado. História, Linguística, Psicologia, Arqueologia ou Teologia são algumas das disciplinas percorridas que suportam o discurso arquitetónico.

Há, naturalmente, duas condições obrigatórias a apontar que determinam o arranque do trabalho: a cidade de **Braga**, como foco central da espacialidade urbana sob intensa e prolongada influência arcebispal; e o período de início a meados do **séc. XVIII**, como intervalo temporal de especial relevo na sua edificação, com particular destaque para a prelatura de D. Rodrigo de Moura Teles.

Este período é intensamente marcado por uma mentalidade pré-revolucionária difundida no pensamento ocidental. O espírito da época é marcado pela tentativa de racionalização do mundo explicado, até então, por um entendimento sagrado. A *Encyclopédie* (1750-1772) sintetiza, não só a atitude reformadora de algumas importantes figuras desta época, como o conhecimento produzido assente num método científico em contínuo aperfeiçoamento.

“O “retorno à Antiguidade” precede a Revolução; o gosto neoclássico se afirmou e se difundiu em seguida, a partir de 1750. As formas que a Revolução porá ao seu serviço já estão inventadas antes de 1789... A arte está sem dúvida mais apta a exprimir os estados de civilização que os momentos de ruptura violenta. Nós o sabemos por exemplos mais recentes...” (Starobinski, 1789 - *Os emblemas da Razão*, 1988:17,18 in Oliveira, 2007)

A Agulha e a Folha

Para o efeito deste trabalho, destacam-se dois artefatos arquitetónicos que nos ajudarão na construção desta narrativa: a Torre e a Praça. Estes dois elementos apresentam, desde logo, uma útil contradição tanto em forma como função. A torre é uma massa vertical. A praça é um vazio horizontal. A torre marca, impõe, sinaliza, aponta. A praça desfaz, liberta, agrega, apresenta.

Na organização da tese a *Agulha* e a *Folha*, respectivamente, a Torre e a Praça alternam a sua posição face ao título. Ainda que possa parecer forçada, esta mudança reforça a natureza paradoxal dos objetos assim como a inquietação, que acompanhou o processo de elaboração da tese, quanto à articulação dos temas. A sequência cronológica é invertida de forma a servir a progressão e densidade dos temas abordados. A estrutura da dissertação é então definida em função destes dois elementos a investigar:

Folha – a primeira parte trata o desenvolvimento do Campo Novo, praça setecentista. Divide-se em 3 capítulos (subcapítulos - 2,2,2) - 1. “Campo Novo” contextualiza a praça na cidade de Braga, as condições da sua origem e as características do seu desenho; 2. “Novo Campo” interpreta os eventos, personagens e motivos desta construção; 3. “Forma Antiga” estabelece no desenho correspondência com princípios teóricos.

Agulha - a segunda parte explora as formas e gestos sacralizadores partindo das torres sineiras bracarenses. Divide-se em 3 capítulos (subcapítulos - 4,4,5) - 1. “Torre” contextualiza Braga no séc. XVIII, o desenvolvimento da Torre Sineira e os exemplos bracarenses; 2. “Arqueologia da forma” reúne condições para o entendimento simbólico da “Torre”; 3. “Sacralização” percorre métodos de marcação e ocupação do território pelo tempo.

A leitura desta dissertação assume diferentes e simultâneos caminhos e suportes:

O primeiro e principal é o texto, desenvolve-se ao longo do Livro I: alinhado à direita, pelas páginas ímpares, é acompanhado de breves notas resumo, alinhadas à esquerda. Paralelamente, nas páginas pares é disposto conteúdo gráfico e escrito de apoio a esta leitura. A fotografia, cartografia e iconografia constroem o ambiente visual anunciado pelo texto, adaptado, ocasionalmente, por meio da sobreposição, montagem e redesenho.

O segundo, o Livro II, é composto pela produção gráfica que complementa a leitura do texto: um conjunto de desenhos que seguem a estrutura do texto, no entanto, passíveis de gerar leituras e interpretações independentes. Neste volume, a construção dos desenhos assenta essencialmente no suporte cronológico (*Chronos*) e no redesenho da planta da cidade (*Gaia*). A partir desta base, constroem-se as Pranchas

que fixam o resultado da análise espacial e que, tanto produzem discurso como são resultado da narrativa desenvolvida no texto. Cada Prancha encerra um tema, com um ou mais desenhos que contêm informações indispensáveis para a total compreensão do trabalho desenvolvido.

Na investigação, a narrativa é guiada por um universo bibliográfico que abrange escalas espaciais e temporais distintas. Do local ao global, do dia ao milénio. A especificidade do estudo de Braga no século XVIII é aliada à compreensão de sistemas simbólicos, métodos e modelos de uma arquitetura espiritual. A intuição e a razão medem as possibilidades propostas pelo material, encontrado e produzido, orientando o caminho a seguir.

Chronos

No processo de desenvolvimento deste trabalho revelou-se indispensável, como ponto de partida, a elaboração de um referencial cronológico que suportasse a investigação precedente - PRANCHA 1.1. (Livro II). Esta base cronológica é composta por um volume total de 33 itens que correspondem ao setor mais significativo do edificado religioso existente na cidade setecentista bracarense.

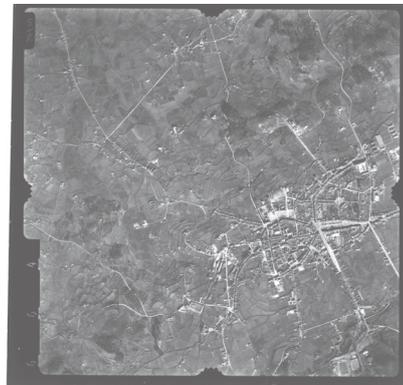
Os edifícios escolhidos e representados - resultado do vasto e extensivo levantamento bibliográfico levado a cabo - não englobam a totalidade das construções religiosas; o critério de seleção foi-se adaptando às exigências do trabalho, partindo da intenção de elaborar uma amostra que representasse o espaço urbano da época e permitisse a percepção do desenvolvimento do conjunto arquitetónico religioso e a sua relevância na cidade - PRANCHA 1.2. Dos 41 espaços ligados à doutrina cristã (Pinto, 2014) distribuídos pelo núcleo urbano bracarense são apresentados 30, sendo que os restantes se localizam nas imediações da cidade.

De forma a entender o progresso deste corpo construtivo, e tendo em conta o contínuo e lento (no entendimento atual) processo de edificação, determinou-se um espaço temporal de três séculos (XVI, XVII e XVIII) que pudesse fornecer o contexto adequado às posteriores análises. Da governação de D. Diogo de Sousa a D. José de Bragança, este período reflete a vasta ação edificadora do poder arcebispal. Um rápido estudo deste suporte permite entender que estas construções são a soma de um conjunto de arranjos, adições, reconstruções parciais e reedificações, um palimpsesto assente num carácter dinâmico de constante transformação, ditado pelo gosto arquitetónico, pela afirmação e representação do poder.

Levantamento cartográfico de Braga. Formato DWG.
Câmara Municipal de Braga, 1999.

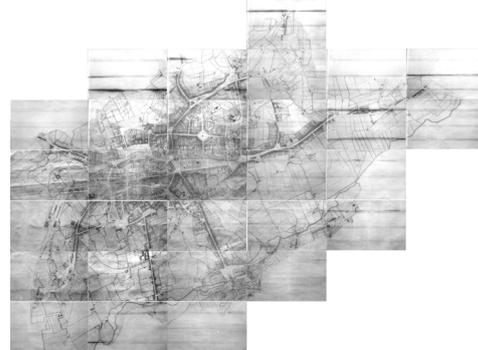


Fotomapa da Cidade de Braga.
Fotografia de 1938. Fornecido
pelo CEEAUM.

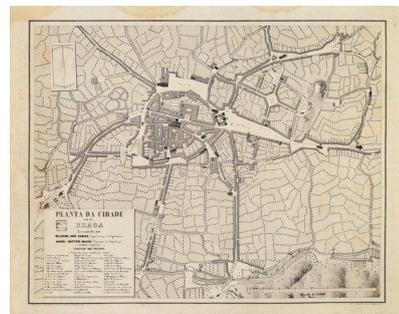


Montagem própria das folhas individuais

Planta Topográfica da Cidade de Braga – Francisque
Goullard.
[Sem Escala], 1883/84. [Compilação das 30 folhas
aguareladas] Catálogo da Exposição. Arquivo Geral da
Câmara Municipal de Braga.



Planta da cidade de Braga [Material cartográfico] / levantada
por Belchior José Garcez, major do corpo d'engenharia e
Miguel Baptista Maciel, tenente do ditto corpo. - Escala [ca.
1:4 000], 800 metros = [19,8 cm]. - [Lisboa] : Lit. do Depósito
geod. e Hydrographico, c. 1860 - 1 planta: imp. ; 63 x 85 cm.
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e
Energia/Direção Geral do Território.



Suporte gráfico de apoio à elaboração da PRANCHA 1.3. (Livro II)
Reconstituição do espaço urbano bracarense de final do séc. XVIII

Do levantamento efetuado destacam-se três principais tipologias:

- **Capela:** S. João do Souto; S. Sebastião; Sant'Ana; S. Miguel-o-Anjo; Santa Maria Madalena; S. João da Ponte, Nossa Senhora de Guadalupe; Nossa Senhora da Torre e S. Bento do Hospital.

- **Igreja:** Sé Catedral; Maximinos; S. Vicente; Nossa Senhora a Branca; Bom Jesus do Monte; S. Lázaro; S. João Marcos; São Tiago da Cidade; S. Paulo; Misericórdia; S. Vitor; Santa Cruz; Ordem Terceira de São Francisco e Lapa.

- **Convento e Recolhimento:** São Francisco de Real; Remédios; Salvador; Pópulo; Convertidas; Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora da Penha de França; Carmo; Congregados e Teresinhas.

A sistematização da informação, que se considerou relevante para o estudo, procurou um suporte gráfico baseado numa concepção cartesiana de representação: no eixo horizontal é representada a fita do tempo (de 1500 a 1800) que define a marcação dos diferentes eventos construtivos para cada item; no eixo vertical encontram-se dispostos individualmente os espaços tratados, no qual são marcados numericamente os percursos temporais correspondentes. A sua organização vertical é de raiz temporal, sendo que a antiguidade da ocupação dos lugares (como é exemplo a Sé Catedral - lugar de práticas religiosas anteriores à cristã) ou da devoção aos seus santos (S. Pedro de Maximinos, entretanto deslocada, ou S. Miguel-o-Anjo, demolida a capela e reconstruída noutra local), define a posição que ocupa. Quanto mais antiga a construção menor o número que lhe corresponde e mais elevada a sua posição na prancha. A linhagem arcebispal vê-se também ilustrada por barras verticais que atravessam toda a folha, determinando o intervalo de tempo de cada governação (Rocha, 2009).

A leitura imediata desta cronologia assenta nos seus eixos - horizontalmente vê-se o desenvolvimento temporal de cada edifício, verticalmente lê-se o conjunto - podendo assumir diferentes abordagens consoante a informação que se pretende relevar. Cada evento é marcado de acordo com a gramática de signos definida (descrita na legenda) e contém uma breve nota auxiliar. A informação detalhada de cada intervenção está disponível no volume Anexo assim como as referências bibliográficas de apoio à sua elaboração.

Gaia

Tratando-se de uma investigação que se centra no campo disciplinar da arquitetura, a análise iconográfica e cartográfica é, pois, uma ferramenta indispensável à sua consolidação. Assim sendo, revelou-

Nova Bracarar Auguste Descriptio – Manoel Barbosa, (Georg Braun e Franz Hogenberg). [Sem Escala], 1594



Braga [Sem Escala]. – Séc. XVII (1687-94), 137x227, aguarela inserta em livro, 1, Typis Portugaliae. Imagem extraída de “Bracara Cartographica”



Mappa da Cidade de Braga Primas – André Ribeiro Soares da Silva [Sem Escala]. – 1756-57, 1, s/ cota. IBiblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa



se importante reconstituir a composição morfológica e urbana da cidade de Braga no período em foco. Este trabalho assume uma lógica inversa à da cronologia: a sua base é determinada por um referencial atual (Levantamento cartográfico de Braga, 1999) do qual é subtraída e/ou redesenhada informação, em função das cartografias do tempo sob análise. Associou-se o rigor cartográfico ao registo da época por forma a garantir uma representação de elevada fidelidade. Nesse sentido, recorre-se a três documentos cartográficos e uma fotografia aérea:

- Levantamento cartográfico de Braga. Formato DWG. Câmara Municipal de Braga, 1999.
- Fotomapa da Cidade de Braga. Fotografia de 1938.
- Planta da cidade de Braga [Material cartográfico] / levantada por Belchior José Garcez, major do corpo d'engenharia e Miguel Baptista Maciel, tenente do ditto corpo. - Escala [ca. 1:4 000], 800 metros = [19,8 cm]. - [Lisboa] : Lit. do Depósito geod. e Hydrographico, c. 1860 - 1 planta: imp. ; 63 x 85 cm. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia/Direção Geral do Território.
- Planta Topográfica da Cidade de Braga – Francisque Goullard. [Sem Escala], 1883/84. [Compilação das 30 folhas aguareladas] Catálogo da Exposição. Arquivo Geral da Câmara Municipal de Braga.

Na reconstituição, levada a cabo neste trabalho, partiu-se de uma base, efetuada de acordo com os métodos atuais de levantamento topográfico (CMB, 1999), a qual sobreposta com o Fotomapa de 1938 e a Planta Topográfica da Cidade de Braga de 1884 permite eliminar a massa urbana excedente e desenhar, de acordo com o levantamento de Francisque Goullard, a separação dos diferentes edificadros do grande corpo urbano. Por último, eliminaram-se as composições que não constam na planta de Belchior e Maciel.

Sabe-se que havia documentos gráficos anteriores à Planta da Cidade de Braga de Belchior e Maciel, executada na década de 60 de oitocentos, nomeadamente, o, atribuído, Mapa de Georg Braun (1594), o "recente" Mapa de Braga (1694), o Mappa das Ruas de Braga (1750) e o Mappa de Braga Primas (1755). Estas representações iconográficas contêm dados valiosos quanto ao estado da cidade no tempo em que foram feitas, e, a respeito do tecido urbano, informam sobre a sua ocupação, volumetria e valor simbólico dos edifícios ou do conjunto. No entanto, têm valor métrico relativo, por se representarem num método perspectivado, impossível de retirar dimensões precisas (Bandeira, 1993; Município de Braga, 2015). Outros mapas se seguiram, mas pela proximidade temporal das referências citadas e pela inferior qualidade dos levantamentos, optou-se pela fontes consideradas mais fiáveis, tendo o trabalho de redesenho desenvolvido nesta tese nelas sido baseado.

2.Folha



Fotografias do Campo Novo, Praça Mouzinho d'Albuquerque.
Autor: Manoel Carneiro (Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

2.I. CAMPO NOVO

a "Praça"
bracarense

A parte inicial desta dissertação tem como objeto de análise a primeira "Praça" bracarense, título conferido precisamente pelo seu topónimo. A inaugurada praça do Gavião, atual praça Mousinho Albuquerque; foi primeiro Casal dos Chãos (pré-intervenção), passando intermitentemente por Quinteiro, Reduto e Gavieira, largo de D. Pedro V (pela presença da sua estátua) e mais amplamente conhecida como Campo Novo (Bandeira, 1993).

Com efeito, a dimensão desta operação urbana é única na história da cidade bracarense e a morfologia resultante não encontra paralelo no contexto nacional à época. Motivou, portanto, interesse por parte de diversos investigadores, ao longo das últimas três décadas, especialmente no domínio da historiografia, e versa especificamente nos seguintes trabalhos:

- *Manuel Pinto Vila Lobos. Da engenharia militar à arquitectura* de Miguel Soromenho (1991).

- *A cidade reconstituída a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido* de Miguel Sopas de Melo Bandeira (1993).

- *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga (1693-1751)* de Manuel Joaquim Moreira da Rocha (1996).

- *O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, ou das Convertidas* de Eduardo Pires de Oliveira Braga (2002).

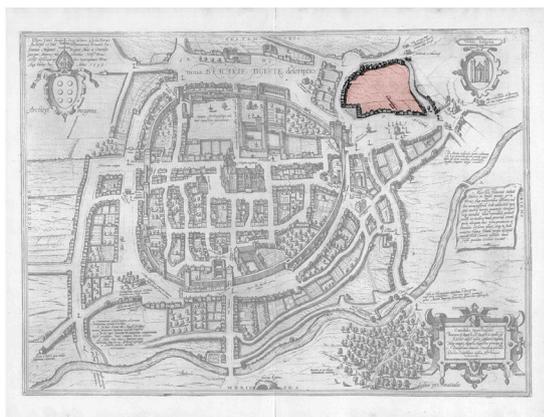
- *O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe* de Marta Maria Oliveira; et al. presente no livro *Praças Reais. Passado, Presente e Futuro* (2006).

- *André Soares e o rococó do Minho. 4 vols.* de Eduardo Pires de Oliveira (2011).

Este conjunto de trabalhos, constitui o volume bibliográfico que suporta a investigação desenvolvida, sobre a qual se reforçam considerações já estabelecidas e se pretende, adicionalmente, contribuir com uma interpretação alternativa quanto à formação e forma do Campo Novo.

Forma

A morfologia de Braga, de finais do século XVII, é em muito semelhante à da cidade deixada por D. Diogo de Sousa (1505-1532). Da



A localização do Casal dos Chãos, lugar da implantação do Campo Novo, nos Mapa de Georg Braun e de 1964. À esquerda, destaca-se o terreno pré-existe e as habitações que o cercavam. À direita, percebe-se a topografia acidentada onde se iria inserir.



Localiza-se, tecido urbano bracarense do século XVIII, o Campo Novo, no interior do círculo. Sobrepondo a reconstrução urbana à informação topográfica do núcleo urbano, é perceptível a expansão da cidade em direcção à sua maior cota. Não só é o local de maior variação topográfica como o de maior altitude.

ação urbana deste arcebispo, destaca-se a abertura de sete campos no lado exterior da muralha medieval, que por sua vez, recebiam as antigas vias romanas de acesso ao núcleo citadino. Estas estruturas, serão o esqueleto para a imposição do tecido urbano, sendo progressivamente ocupadas pelo edificado. O desenvolvimento da cidade, nos séculos XVI e XVII cingiu-se, sobretudo, à densificação intra muralhas e dos caminhos que as suas portas abriam. A imagem da urbe valeu, à época, a comparação com o corpo de uma aranha, como facilmente visível no mapa de reconstituição – PRANCHA 1.3. (Bandeira, 1993; Ribeiro, 2008).

implantação do
Campo Novo no
Casal dos Chãos

É neste contexto, herdado pelo Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles, que surge a intervenção do Campo Novo. A implantação desta urbanização é feita no extremo nordeste da cidade, em direcção ao monte de Santa Margarida – o local de cota mais elevada nas proximidades do núcleo medieval. O terreno caracteriza-se pela acentuada topografia e pela presença de vários penedos, inclusive, no local onde foi aberta a praça – o que por um lado pode ter justificado a sua demorada ocupação – e, ao cabo da Rua dos Chãos, no chamado Largo dos Penedos (Bandeira, 1993; Oliveira et al., 2006).

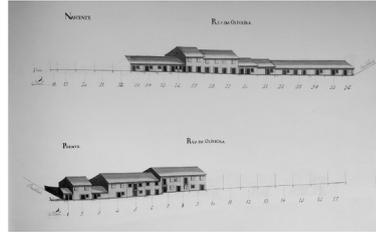
pré-existências

Esta intervenção acompanha a tendência expansionista urbana orientada a Este rematada pela intervenção do Santuário do Bom Jesus no monte de Espinho. Aproveita a pré-existente da via romana XVIII que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga), entretanto, nomeada Rua dos Chãos e Rua dos Chãos de Cima, e o Campo de Sant’Ana, progressivamente mais preenchido e importante (Ribeiro, 2010). A construção do Aljube no antigo castelo, e dos conventos dos Congregados, Penha de França e das Convertidas confirmam a intenção clara de nesse campo se fazer cidade, mantendo, contudo, a forma aberta da praça trapezoidal que apontava em direcção ao espetacular sacro monte barroco.

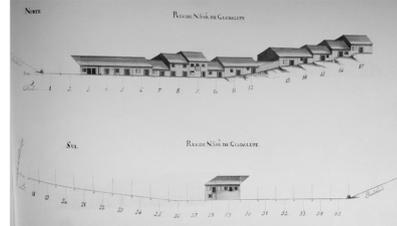
implantação e
composição do
projeto urbano

Como tal, o Campo Novo adapta-se, com intuito ordenador, tanto às estruturas urbanas existentes (Oeste - Rua dos Chãos; Norte – Rua dos Chãos de Cima; Sul – Campo de Sant’Ana) como às adversas condições topográficas. Neste contexto, é perceptível, a um olhar cuidadoso, a atenção com que se insere cuidadosamente a praça quadrangular e como dos seus vértices se lançam as vias de contacto e articulação com os espaços urbanos mais antigos. Esta distribuição radial dos eixos viários, impõe uma divisão ao espaço envolvente que resulta numa organização composta por 4 quarteirões. A Este é lançada a Rua Em Frente de Nossa Senhora de Guadalupe, que liga à capela homónima e limita a expansão da urbanização, possível consequência da sua natureza topográfica. A inovação de tal empreitada é percebida pela dimensão que esta assume; a área ocupada aproxima-se à área do núcleo urbano medieval, duplicando a área total da cidade. Revela-se uma consciente ação planeadora do urbanismo bracarense, que quebra, em definitivo, com as barreiras que a já velha e obsoleta muralha medieval criava - PRANCHA 2.1.

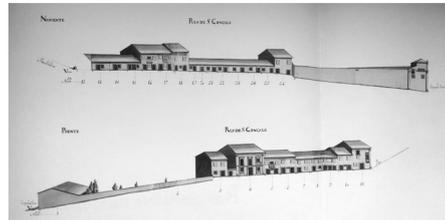
Rua da Oliveira



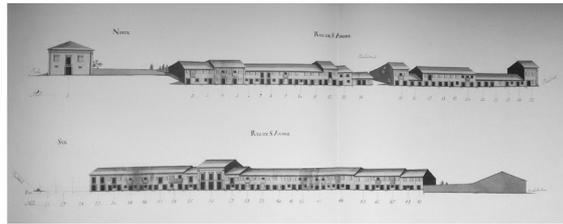
Rua da Nossa Senhora de Guadalupe



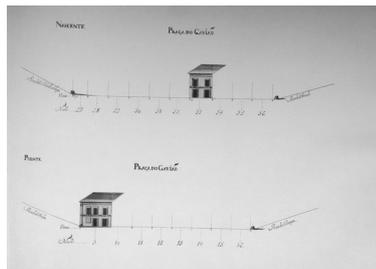
Rua de S. Gonçalo



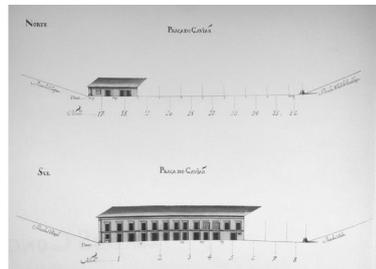
Rua de Santo André



Praça do Gavião



Mappa das Ruas de Braga – Ricardo Rocha, 1750, Livro, 60.
 Edição facsimile do ADB-UM-Vol. 1 – 19 pp+60 fólhos, Braga.
 Mappa da Rua Nova, 80x30. Arquivo Distrital de Braga –
 Universidade do Minho



Formação

Na sequência da investigação dos trabalhos publicados sobre o Campo Novo, são analisados os documentos da época e é feita a seleção e reorganização dos dados históricos, destacando-se dois caminhos especulativos quanto à intenção e grandeza do projeto.

duas hipótese
quanto à origem
do Campo Novo

A partir do reconhecimento de António Barreto Gavião, como promotor da urbanização em terrenos do Cabido, autorizada pelo Arcebispo em 1720 (Oliveira, 1994, 2011), duas teses se desenvolveram quanto à dimensão e motivação do projeto: uma, defende uma obra conjunta em que construções religiosas foram influência e produção paralela ao desenho da praça e ruas confluentes (Oliveira et al., 2006; Rocha, 1996; Soromenho, 1991); outra, crê que a participação de diferentes agentes e a dissonância dos elementos construídos desmentem a ideia de um projeto geral (Bandeira, 1993; Oliveira, 2011).

De acordo com o que vem documentado podem-se destacar alguns dados indiscutíveis relativamente à origem do projeto:

- O enfiteuta, promotor da obra, é António Barreto Gavião – vereador da câmara, responsável pelas obras de águas.
- Os terrenos a urbanizar pertencem ao cabido.
- Documentos recentes do registo geral revelam a aprovação da obra por provisão do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, em 1720, 9 anos antes da primeira referência à obra em ata camarária.

Estas informações definem um ponto de partida comum, a partir do qual se pode iniciar uma mais profunda análise. É de particular importância a informação das provisões passadas pelo Arcebispo, apenas apresentada nos trabalhos “André Soares e o rocó do Minho” e “O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, ou das Convertidas”, ambos de Eduardo Pires de Oliveira. A intervenção do Arcebispo torna-se, assim, ainda mais óbvia.

a praça em
meados do séc.
XVIII

Apesar da grande transformação que se antevia na cidade, a implantação de projeto residencial foi de lento desenvolvimento: “Em 1750 faltavam ainda construir 78 fogos, 27 dos quais na praça central” (Oliveira, 1994; 25). Após 30 anos da autorização para a construção do projeto, a sua ocupação era ainda insuficiente para que se tivesse uma ideia de conjunto. Esta informação, também relevada no trabalho de Miguel Bandeira, está minuciosamente documentada nos desenhos do *Mappa das Ruas de Braga*.

Das habitações construídas, a sua grande parte era nas ruas de acesso à praça. Esta informação é, também, facilmente verificável no levantamento cadastral de 1750. Passa-se a descrever o número de fogos



O Campo Novo no Mappa da Cidade de Braga Primas

construídos, tal como no *Mappa das Ruas de Braga*:

- Rua S. Gonçalo: 23
- Rua de Nossa Senhora de Guadalupe: 17
- Rua de Santo André: 25, lado Norte; 21, lado Sul
- Rua da Oliveira: 14, lado Este; 8, Oeste
- Praça do Gavião: 9

a lenta ocupação
da praça

A demorada e desigual urbanização do espaço é também visível no *Mappa da Cidade Braga Primas*, de 1755, onde se compreende a ocupação, praticamente total, das 4 principais ruas, e a parcial ocupação da praça, estando o lado Norte totalmente vazio. Pode-se, ainda assim, antever a existência de um projeto ou uma espécie de loteamento no lugar uma vez que é visível, neste suporte iconográfico, o contorno dos limites quadrangulares da praça, regulando os espaços por preencher.

um "projeto
global" ou a
soma das partes

Miguel Bandeira defende que se trata de um projeto progressivamente concertado, mas resultante da soma de diferentes intervenientes, com motivações distintas, sobre o olhar atento de quem governava. De qualquer modo, a falta de consenso em relação à natureza da urbanização, é mantida pela publicação mais recente (Oliveira, 2011), que coloca de parte uma possível relação do projeto da praça/habitações com as construções religiosas que o rodeiam. A ideia da ligação entre o Campo e a Capela é recusada pela sua posição relativa ser empenada em relação ao eixo dado pela rua de Nossa Senhora de Guadalupe, no caso de ser um projeto total, esta estaria orientada a eixo (Este-Oeste) e como tal enfrentando a praça. Outros autores, como Miguel Soromenho, Manuel Rocha e Marta Oliveira defendem que se trata de um projeto conjunto entre, pelo menos, o Campo Novo e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

os caminhos a
explorar

A tese aqui desenvolvida defende, juntamente com estes últimos autores, a ideia de que o conjunto construtivo envolvente ao Campo Novo constitui uma "unidade indissolúvel" (Soromenho, 1991), consequência de uma ação e esforço planeados entre os diferentes agentes envolvidos. A exatidão dos dados contidos na bibliografia, permite uma revisão cronológica da qual se destacam ações e personagens fundamentais para o entendimento da origem do projeto, assim como o impacto mútuo do Campo Novo e construções envolventes. Por outro lado, a ausência de referências conclusivas para o seu desenho direcionam a investigação na procura de uma justificação projetual para a singularidade do desenho da Praça. Estes caminhos, a explorar nos seguintes subcapítulos, tentarão corroborar o argumento do Campo Novo enquanto projeto global.



Quadro das obras erigidas no prelado de D. Rodrigo de Moura Teles. Tesouro-Museu da Sé de Braga. (Foto de Luis Tarroso Gomes autorizada pelo Museu da Sé de Braga e cedida pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho)

Personagens

A cidade no
início do séc.
XVIII

A primeira metade do séc. XVIII é sem dúvida uma época de grande transformação, quer na morfologia da cidade, quer na forma de a habitar, sendo o Campo Novo o reflexo urbanístico deste intenso ciclo de mudanças. O arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles é um dos principais precursores dessa mudança. Governando de 1704 a 1728, lidera com uma vontade reformadora que irá retirar Braga do estado entorpecido do séc. XVII, marcado pelo período 30 anos de Sede Vacante pelas prelaturas curtas dos seus antecessores. Com a sua obra, apenas D. Diogo de Sousa e a governação dos Bragança, sucessores de D. Rodrigo, podem rivalizar (Rocha, 2013).

D. Rodrigo de Moura Teles
(1644-1728)

percurso e
formação

Nascido a 26 de Janeiro de 1644, é segundo filho de alta nobreza, o que determina desde logo o seu caminho eclesiástico e a adoção do nome familiar materno. Doutorado pela Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra e logo assumiu funções como Tesoureiro-mor da Sé de Évora. Em 1676 é nomeado pelo então regente D. Pedro para a Deputado da Mesa de Consciência e Ordens e, dois anos após, passa a Sumilher da Cortina. Após três anos como Reitor da Universidade de Coimbra, em 1694 é nomeado a Bispo da Guarda, onde fica até assumir, em 1704, o cargo de Arcebispo *Primaz das Hespanhas* (Milheiro, 2003).

chegada a Braga
e principais obras

Ainda que não se conheça a total amplitude da sua obra, o seu impacto na cidade é enorme, tendo criando condições para um crescimento, fora de portas, sem paralelo. Marca inquestionavelmente o século XVIII, e a identidade bracarense, muito contribuindo para o atual título de "cidade do Barroco". Seguidor das diretivas tridentinas, a sua reforma foi global e atravessou todos os domínios da sua governação, nomeadamente, a estrutura clerical, o comportamento moral dos seus membros, a organização de confrarias ou a instituição do Lausperene (Milheiro, 2003). É, porém, no campo arquitetónico e urbanístico que a sua obra ganha maior destaque. O arranjo da fachada da Sé Catedral, a reconstrução da Capela de S. Sebastião, a instituição dos conventos das Convertidas e de Nossa Senhora da Penha de França no Campo de Sant'Ana são alguns dos exemplos mais marcantes. Ainda assim, a sua obra mais célebre é também a mais monumental e aquela que acolhe

“ANTUNES, João - Nasceu em Lisboa a 30 de Setembro de 1643, tendo sido um dos mais importantes arquitectos dos finais do século XVII e princípios do seguinte, conhecendo-se a sua actividade entre 1681 e a data da sua morte em Lisboa a 25 de Novembro de 1712. Em 1683 está na escola dos Paços da Ribeira de Filipe Terzi. Foi autor do retábulo da ermida do Calhariz da casa Palmela, tendo igualmente projectado outros retábulos, entre os quais os da igreja matriz de Colares e do convento do Lourçal (1690). De 1697 até à sua morte trabalha nas obras da Igreja de Santa Engrácia, sendo o vencedor do concurso para o plano da mesma (1681), e de 1699 a 1711 trabalha no túmulo da princesa Santa Joana e no coro da igreja do convento de Jesus, em Aveiro.(...) Deste 1697 Arquitecto das Ordens Militares, como sucessor de Mateus de Couto, e desde 1699 arquitecto real por morte de Francisco S. Tinoco, a quem sucedeu também nas obras dos Paços da Ribeira.” (Pedreirinho, 1994; 56)

a mais expressiva e eloquente retórica ideológica e simbólica: o Bom Jesus do Monte, domina a paisagem e o imaginário citadino com a sua presença a meia encosta no enfiamento do Campo de Sant'Ana.

consequência da
intervenção

Braga é, por esta altura, uma cidade-estaleiro: igrejas, conventos e praças são ora inaugurados ora reabilitados. A paisagem urbana é dominada pelo jogo altimétrico dado pela variação expressiva destes elementos. É nesta área, que duas outras figuras se destacam: o mestre-pedreiro e frequentemente arquitecto, Manuel Fernandes da Silva e o engenheiro militar Manuel Pinto Vila Lobos.

Manuel Fernandes da Silva
(1635-1751)

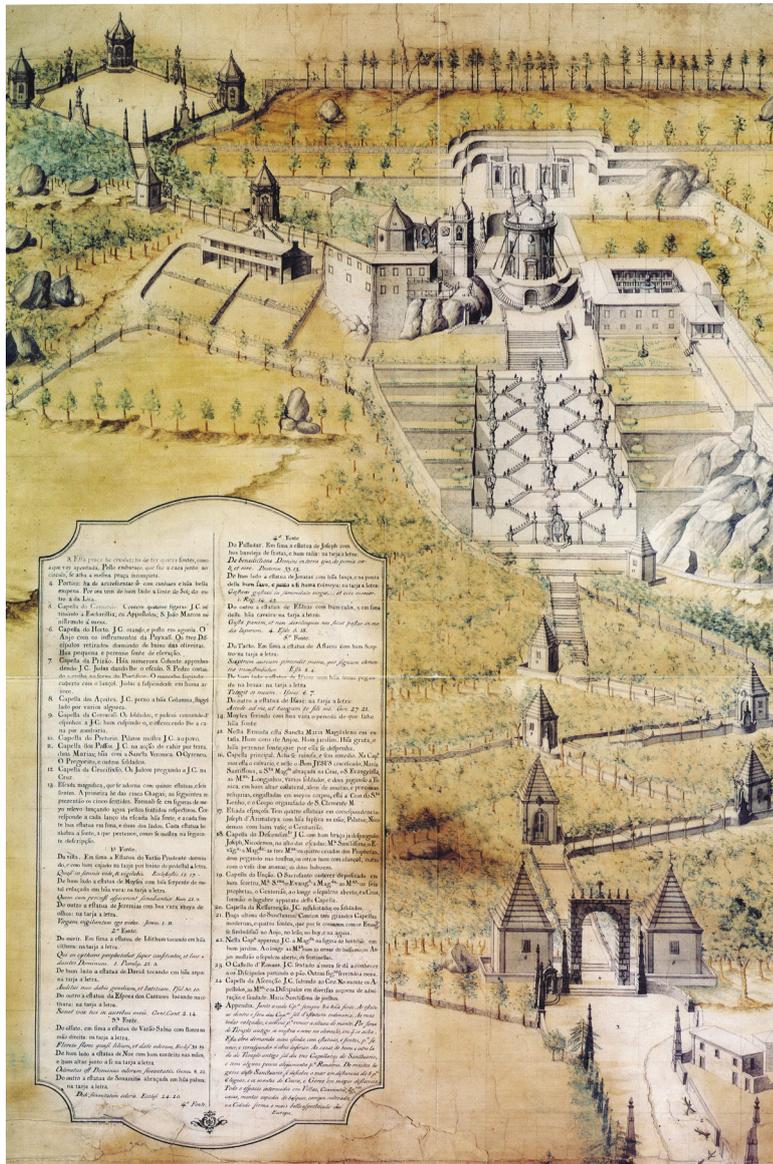
Conhece-se a vida e prática do mestre-pedreiro através da extensa e detalhada monografia: "Manuel Fernandes da Silva. Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751", da autoria de Manuel Joaquim Moreira da Rocha. A sua intervenção na cidade é vasta, particularmente no período de D. Rodrigo de Moura Teles, ao qual serviu como imprescindível funcionário na missão reformadora. Desta proximidade nascem, designadamente, obras como o Convento de Nossa Senhora da Penha de França, o Convento das Convertidas e a Capela de S. Sebastião - PRANCHA 2.2. A sua intervenção estendeu-se também, geograficamente, a outras obras, clientelas e cooperações profissionais com artistas coevos sendo que é em Braga que o seu legado tem mais expressão.

formação e início
de actividade

A formação resulta de um contacto, desde cedo, com o ofício de pedreiro, que o pai, Pascoal Fernandes, já praticava. Nascido no Porto, é aí que inicia os primeiros acompanhamentos sendo a que a "aprendizagem era ministrada pelo próprio pai, podendo ser esta a única via para se atingir o topo da hierarquia como mestre de obras de um cabido, de um senado ou de uma cidade" (Rocha, 1996; 59). Mas é em Braga que inicia a atividade de riscador e arrematador de empreitadas, celebrando o primeiro contrato em 1693 para assumir o estaleiro da Igreja de Santa Cruz, ainda dependendo e beneficiando, da intervenção direta do pai.

uma identidade
arquitetónica

O conhecimento que lhe dirige a atividade arquitetónica é adquirido, inicialmente, por via empírica, como resultado do trabalho sob orientação de um mestre (o progenitor trabalhou na Igreja de S.Vitor), até consolidar um domínio prático que lhe permitisse lançar-se na carreira individual. O contacto com outros projetos é também uma forte influência, sendo apontado, a obra que executou na sacristia da Sé como um ponto de viragem na sua forma de fazer (Rocha, 1996). Este projeto de João Antunes, introduz pela primeira vez as formas barrocas à cidade de Braga e marca o início de uma nova forma de fazer. O contacto assíduo com Manuel Pinto Vila Lobos terá também tido peso determinante na definição das suas orientações arquitetónicas. A propósito da sua formação, Manuel Rocha destaca ainda que, fruto da sua boa relação



Perspetiva Geral do Santuário do Bom Jesus – Carlos Amarante Arquivo da Confraria do Bom Jesus do Monte, Braga. in “Braga Cartographica”

“PIMENTEL, Luís Serrão - Nasceu em 1613, diplomando-se em engenharia militar no Colégio de Santo Antão de Lisboa, vindo a morrer a 13 de Dezembro de 1679. Homem de grande cultura, foi o primeiro director da “Aula de Fortificações e Arquitectura Militar”, à frente da qual esteve cerca de 30 anos. Engenheiro-mor em 1673, foi igualmente autor de um livro intitulado *Método lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares* (de 1680), sendo ainda o autor das muralhas de Estremoz (1668).” (Pedreirinho, 1994; 191)

“LÉCOLE (ou Lescol), Michel de - Parisiense que veio para Portugal em princípios de 1643 e que foi talvez o que teve um papel mais importante de quantos estrangeiros então aqui estiveram. Esteve em Lisboa, após o que se deslocou para Chaves, onde foi provavelmente o autor da fortaleza, fixando-se depois no Minho, em Viana do Castelo.(...) Aí viria a morrer já depois de 1686. Autor da fortificação de Valença (1661) e do Castelo do Queijo (iniciado em 1661); (...) igreja de S. Vitor em Braga (1686), que marca o início do barroco português.” (Pedreirinho, 1994; 143)

com a hierarquia religioso, poderá ter tido acesso à biblioteca da Sé, na qual constavam os mais influentes exemplares da tratadística europeia de arquitetos como Vitruvius, Serlio, Vignola ou Alberti (Rocha,1996).

capacidade e
responsabilidade

Da longa carreira que traçou, soma obras de diferentes tipologias e encomendas. É no Minho que as encontramos, espalhando-se predominantemente por Braga e Póvoa de Varzim. As suas competências não se encerravam na determinação da forma a executar; é, em grande parte dos casos, responsável por erigir a obra, dirigir o estaleiro e pagar aos oficiais que nela trabalham. Trata-se, não de um mero artífice com competências estritamente técnicas, mas de um gestor e negociante cujo mérito é comprovado pela vasta obra edificada.

Manuel Pinto Vila Lobos
(c.1650-1734)

formação erudita

À semelhança de Manuel Fernandes da Silva, nasce no Porto mas, por circunstâncias familiares incertas, cedo se muda para Viana do Castelo onde se regista um primeiro cargo como escrivão do 4º *Ofício tabeliônico de Viana do Minho*, e do qual se depreende um nível de alfabetização acima da média. Na década de 80 de seiscentos integra a famosa Aula de Fortificação de Arquitectura Militar sob a direção do cosmógrafo e engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel, instituída pelo Rei D. João IV. É em 1572, que nesta academia se introduziu pela primeira vez em Portugal a didática da arquitetura, pelo "mestre das obras del-Rei" António Rodrigues. Aqui são lecionadas disciplinas no domínio da matemática, geometria e cosmografia - que servem de base para o surgimento da "Aula da Esfera" - posteriormente as Lições de Arquitectura (Soromenho,1991).

a referência
da engenharia
militar no Norte

A relação direta com o mestre Luís Serrão Pimentel e os seus ensinamentos conferir-lhe-á uma cultura arquitetónica privilegiada e é em posição de destaque que regressa ao Minho para auxiliar o engenheiro Miguel L'Ecole (autor do projeto para a Igreja de S. Vitor). Fixa-se em Viana e após um curto período como auxiliar (que com certeza terá pesado na sua formação) é destacado a Engenheiro Militar da região, encabeçando no início do século seguinte grande parte dos projetos de fortificações do norte do país. É nesta qualidade que em 1701 institui a sua própria Aula de Fortificação de Viana no sentido de colmatar o insuficiente número de profissionais.

parcerias
sinérgicas

É esta a figura que, a par de Manuel Fernandes da Silva, intervém ativamente na obra promovida pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. A ele é atribuída a obra referencial deste prelado, projetando as linhas orientadoras para o complexo do Bom Jesus do Monte. Participando conjuntamente com o mestre-pedreiro em obras como a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, a Capela de S. Sebastião ou o Aljube bracarense, caracterizam a dinâmica construtiva que materializa o ideal



MANOEL CARNEIRO — BRAGA

BRAGA. - Campo de Sant'Anna e Guadelupe

Fotografia do Campo de Sant'Ana e Convento das Convertidas.
Autor: Manoel Carneiro (Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

Ação

participação
Arcebispal no
Campo Novo

Das referências bibliográficas, apenas Manuel Rocha e Miguel Soromenho arriscam apontar a participação de D. Rodrigo de Moura Teles no projeto do Campo Novo e na capela de Nossa Senhora de Guadalupe. Sem, no entanto, precisar a fonte dessa informação, para o Campo Novo especulam o seu envolvimento e para a capela afirmam o financiamento arcebispal.

Sabemos, por Eduardo Oliveira, que a autorização para a construção foi por ele conferida, assim como a decisão de construção do Recolhimento das Convertidas e a compra dos terrenos para esse efeito – a ser realizada junto à Capela da confraria de S. Gonçalo, que “nada podiam fazer em contrário; Apenas lhes restava aceitar e agradecer”(Oliveira, 2002; 91).

A seguinte cronologia, é construída com base nas referências bibliográficas anteriormente citadas e pretende confrontar o percurso temporal das diferentes construções na área a urbanizar.

- **1718, 27 de Março** - primeiro acordo, entre o mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva e a Confraria de **Nossa Senhora de Guadalupe**, para a construção da nova capela, junto ao antigo local no Monte de Santa Margarida.

- **1719, 1 de Maio** – catorze meses após o primeiro compromisso, é feito **novo pedido de projeto** a Manuel Fernandes da Silva por razões desconhecidas, com prazo de término de um ano. Segundo Manuel Rocha e Miguel Soromenho, o arcebispo foi responsável pelo financiamento da obra.

- **1720, 20 de Maio** – no Registo Geral da arquidiocese, é aprovada a construção do **Recolhimento das Convertidas**: “*provisão e requerimento para edificar a nova igreja das Recolhidas do Campo de Santa Ana desta cidade.*”

- **1720, 31 de Agosto** – o primeiro dos dois “novos” documentos do Registo Geral comprova, nesta data, a aprovação da **construção da urbanização**, por provisão do Arcebispo D. Rodrigo Moura de Teles.

- **1720, 3 de Setembro** – O segundo documento precisa detalhes sobre a primeira:

“*provisão a favor de António Barreto Gavião desta cidade, para se poderem abrir e renovar as duas ruas públicas, uma entrada do campo de Sant’Ana para direito a São Vicente, e a dos Chãos de Baixo aondo for de mais utilidade pública.*”

- **1722, 3 de Abril** – inaugurado, pelo arcebispo D. Rodrigo Moura de Teles, o **Recolhimento das Convertidas**.

- **1725, 5 de Abril** – recebida provisão para a bênção da **Capela de Nossa Senhora de Guadalupe**.

- **1725** – são abertas as **ruas** de S. Gonçalo, Nossa Senhora de Guadalupe, S. André e da Oliveira e começa-se a partir pedra para o Campo Novo.

- **1729, 7 de Outubro** – primeira referência à existência da **praça** nas atas das sessões de câmara.

- **1745** – data do prazo mais antigo registado na Rua de S. Barnabé

- **1772** – construção do passeio e jardim interior da **praça** pelo mestre pedreiro Francisco Tomás Correia, segundo ordem camarária.



Vista aérea, de 1973, da Igreja de S.Vicente. Ainda na segunda metade do séc. XX se reconhece o destaque volumétrico da igreja face à sua envolvente, Partilhada por Miguel Queiroz Aguiar. (Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

Podemos afirmar, então, que o arcebispo está ligado de diferentes formas a estas três obras, em todas com papel decisivo. À medida que a investigação sobre este período traz à luz novos documentos, mais descrições surgem sobre a profundidade das suas intervenções. A proximidade das datas das provisões, projetos e construções são reveladoras de uma concertação antecipada e planeada. Em 5 anos, passa-se do papel para a construção efetiva das três obras. Numa época de dimensão temporal mais elástica e com decisões mais demoradas, a coincidência cronológica destas construções revela, seguramente, o seu conhecimento mútuo nos diferentes intervenientes, e suporta o argumento da existência de um projeto global.

Ainda que não existam evidências documentais que permita afirmar que esse desígnio parte do arcebispo D. Rodrigo Moura de Teles, podemos destacar alguns factos que apontam nessa direção:

- O aproveitamento de locais já sacralizados para a adição de obras complementares ao projeto do Campo Novo, uma atitude revelada em outras intervenções de D. Rodrigo.
- A aprovação sequencial das obras e a sua construção simultânea.
- A sua participação direta nas obras de cariz religioso, com financiamento pessoal, vinculando o projeto e a sua execução temporal, evitando a instabilidade das decisões de diferentes agentes.

Pretende-se, com estas ilações defender a leitura do Campo Novo enquanto projeto global, integrante de várias partes que trabalham em conjunto, sob a orientação arcebispal, com vista ao desenvolvimento urbano estrutural e harmónico. Esta hipótese, não só se fundamenta no encadeamento cronológico dos acontecimentos, como também se traduz do ponto de vista formal. Como apresentado no trabalho "O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe", podemos tomar o desenho das vias como segmentos de reta unindo pontos chave, faróis da espiritualidade: S. Vicente a Norte, Guadalupe a Nascente, Largo dos Penedos e, posteriormente, Convento do Carmo a Poente; e, ainda, o Recolhimento das Convertidas a Sul. O contexto urbano do séc. XVIII, povoado por descampados e habitações de um e dois pisos, permite compreender o quão poderosa era a presença deste edificado religioso, particularmente a Norte e Nascente, orientando e dominando os seu enfiamentos visuais, quer pela imponência das construções (S. Vicente) ou pela localização sobranceira (Capela de Guadalupe) - PRANCHA 2.3. - Livro II.

Em 1717, é também concluída a reconstrução da fachada de S. Vicente, antecedendo por pouco o início das obras do Campo Novo. Nesse sentido, o esforço conjunto da reabilitação de todo o corpo religioso já estabelecido no Casal dos Chãos é notório. A Capela de

A Rua da Oliveira e da Rua de Nossa Senhora de Guadalupe determinam um enfiamento visual orientado às construções religiosas, respetivamente, da torre da Igreja de S. Vicente e da entrada da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe. Estes alinhamentos cruzam-se e orientam-se a partir do centro da praça do Campo Novo.



Montagem a partir de registo fotográfico próprio

Nossa Senhora de Guadalupe teve uma capela antecedente, também no Monte de Santa Margarida, pouco distante da sua nova implantação - deslocação esta que indica uma intencionalidade clara na definição da nova localização. O mesmo se aplica à implantação do Convento das Convertidas junto à capela de S. Gonçalo, que iria ser reconstruída em planta sextavada (Soromenho, 1991), cuja "forçada" anexação resultou em sérias desavenças entre a administração do Convento e a confraria da capela (Oliveira, 2002).

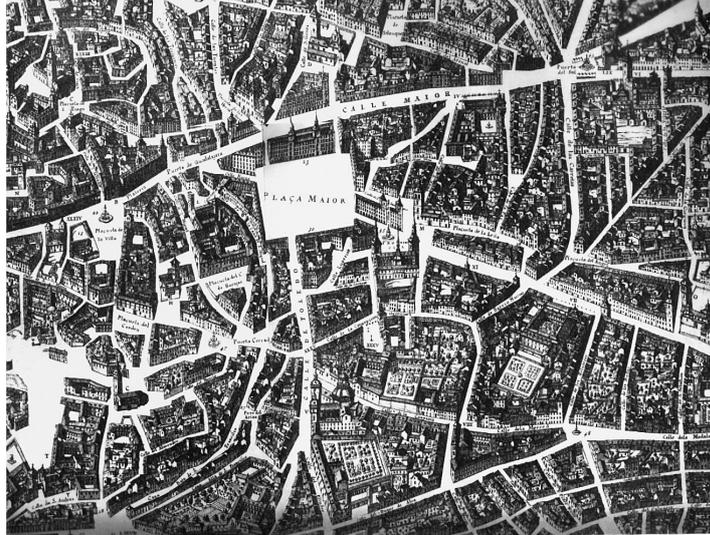
A provisão mais detalhada quanto à aprovação do Campo Novo, deixa por um lado algumas matérias em aberto, nomeadamente a posição da Rua de Santo André e da Nossa Senhora de Guadalupe (o eixo Nascente-Poente), mas concretiza outras, como a decisão de se fazerem duas ruas e uma delas já com a orientação definida.

"provisão a favor de António Barreto Gavião desta cidade, para se poderem abrir e renovar as duas ruas públicas, uma entrada do campo de Sant'Ana para direito a São Vicente, e a dos Chãos de Baixo aondo for de mais utilidade pública."(Oliveira, 2002)

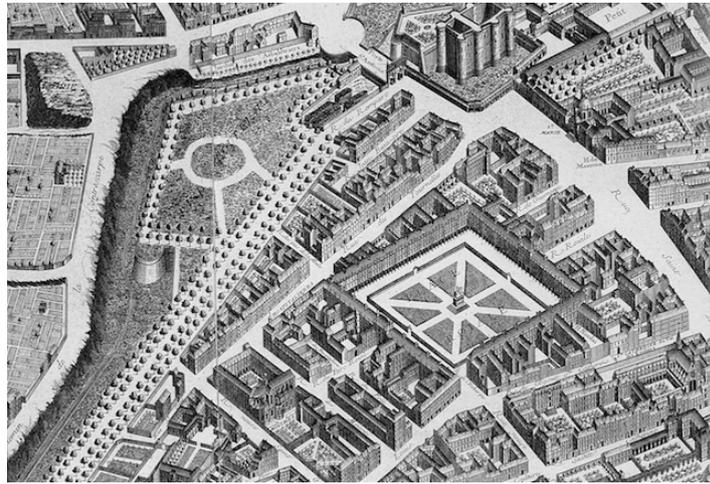
É estabelecido um eixo de ligação de pelo menos dois pontos religiosos – Norte/Sul – embora a ligação efetiva à igreja de S. Vicente sofra uma torção para desembocar na sua fachada. A relação visual da torre é tida como motivação projetual (Oliveira et al., 2006). Ainda que a ideia não seja totalmente clara pelo facto de a torre sineira ser construída apenas em 1743 (Rocha, 2013). Cronologicamente, a torre é erigida após a construção da urbanização e, nesse sentido, pode ser um resultado do enfiamento visual proposto pela Rua da Oliveira. Numa lógica demonstrativa dum planeamento geral, a edificação da torre poderia estar prevista na construção do Campo Novo, uma vez que foi levantada, apenas, 18 anos após a abertura das ruas. Certo é, que a sua escala e colocação não são indiferentes ao desenho da urbanização e contribuem para a leitura do "projeto global".

relações visual
e projetual com
os faróis da
espiritualidade

O outro eixo - Este/Oeste - poderá simplesmente ter sido definido pelo cruzamento perpendicular com o já estabelecido. Não obstante, é aproveitada a intenção de reconstrução da Capela de N. Sra. de Guadalupe e define a sua colocação no extremo do eixo, à semelhança da Igreja de S.Vicente, Convento das Convertidas e do Carmo. A sua orientação, embora de alinhamento distinto do eixo, assenta a êxedra da capela no local de comunicação visual com a praça, isto é, estabelece uma relação entre a entrada da capela e quem lá se dirige ou observa. Esta implantação não é certamente inocente porque coloca o Campo Novo e a capela em direta articulação, sendo interpretada como a repetição, a uma menor escala, da relação Cidade/Sacromonte (Oliveira et al., 2006).



Praça Mayor de Madrid (1598-1621) (Fonte: i.pining.com)



Place Royale Paris (1605) (Fonte: untappedcities.com)

“The desire to put into practice the healthy virtues of respiration and circulation transformed the look of cities as well as the bodily practices in them. From the 1740s on, European cities began cleaning dirt off the streets, draining holes and swampy depressions filled with urine and faeces, pushing dirt into sewers below the street. The very street surface changed in this effort. Medieval paving consisted of round cobblestones, between which pieces of animal and human excrement clung. In the middle of the eighteenth century the English began to repave London using flat, squared granite flagstones which fitted closely together; Paris first laid these stones down in the early 1780s around the streets of the modern Odéon theatre. The streets could then be cleaned more thoroughly; below them, urban “veins” replaced shallow cesspools, the sewers in Paris carrying dirty water and excrement to new sewage canals.

(...) Enlightened planners wanted the city in its very design to function like a healthy body, freely flowing as well as possessed of clean skin. Since the beginnings of the Baroque era, urban planners had thought about making cities in terms of efficient circulation of people on the city’s main streets. In the remaking of Rome, for instance, Pope Sixtus V connected the principal Christian shrines of the city by a series of great, straight roads on which pilgrims could travel.” (Sennet, 1994; 263)

É possível supor também, que a abertura destes eixos se fixou na orientação dos pontos cardeais, aproveitando o edificado religioso pré-existente. As distâncias da Capela de Guadalupe e do Convento das Convertidas ao centro da praça têm métricas aproximadas enquanto que a igreja de S. Vicente e o Convento do Carmo aparecem, progressivamente, mais distantes. A localização mais afastada assim como a ausência de relação visual com o Convento do Carmo permite outras interpretações.

Influências

Perceber a origem desta praça, é também, conhecer o contexto arquitetónico e urbanístico da época – as influências prováveis ao seu desenho. Este âmbito foi já investigado, com diferentes projetos a serem apresentados como referências prováveis.

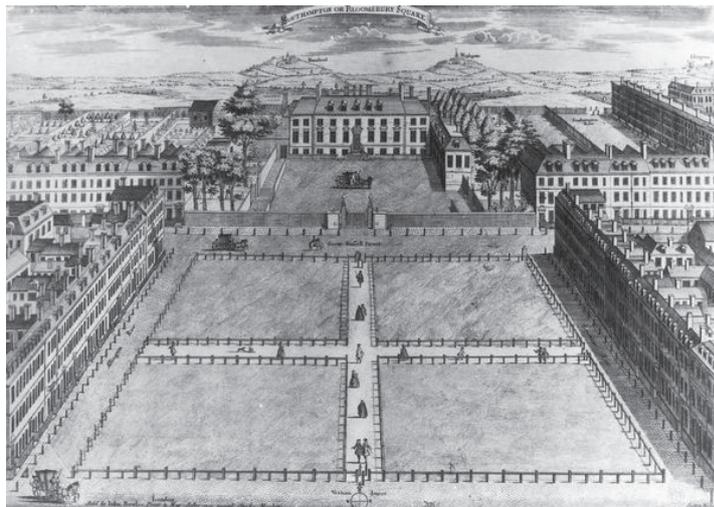
possibilidade
de influência
portuense

A influência direta mais citada vem de dois projetos, não construídos, para duas praças no Porto (uma no interior da muralha, outra no exterior) de Domingos Lopes, em 1687 (Oliveira et al., 2006; Soromenho, 1991). Este autor, era conhecido de Manuel Pinto Vila Lobos dando ambos pareceres para a construção de dispositivo de condução de água para o Convento de Santa Clara de Vila do Conde (Soromenho, 1991). Esta hipótese sugere a autoria ou participação do engenheiro, algo também proposto por Miguel Soromenho e por Eduardo Pires de Oliveira. Um segundo projeto para o Porto, no tempo de D. Tomás de Almeida (pós-1709), que pretendia rivalizar com as praças reais espanholas foi projetado como uma “praça quadrada, com cento e vinte metros de lado” e cujo “acesso fazia-se por quatro arcos monumentais ao centro de cada um dos lados” (Ferreira-Alves, 1997).

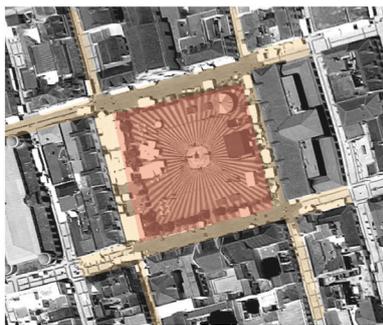
os modelos
estrangeiros de
Praça

A possibilidade que reúne consenso é a do desenho da praça advir de modelos hispânicos e franceses. O próprio nome “praça” é o reconhecimento de uma tipologia assente nos modelos urbanos instituídos noutros centros europeus (Oliveira et al., 2006). A proximidade geográfica e cronológica destes exemplares justifica uma provável influência: a Praça Maior de Madrid (1598-1621), referência para D. Tomás de Almeida, e a Place Royale de Paris (1605) eram com certeza exemplos conhecidos por esta altura e definiam-se como modelos a adotar. No entanto, as dissemelhanças com o caso bracarense são relevantes dado que estas praças são abertas no tecido urbano já consolidado da cidade e, apesar de seguirem formas quadrangulares, as suas entradas em muito diferem do modelo do Campo Novo: a entrada na Place Royale é no cunhal e segue a orientação da sua aresta; as entradas na Praça Maior seguem a lógica de vias pré-existentes na cidade, relacionando-se casuisticamente com a forma quadrilateral. Tratando-se o Campo Novo de uma intervenção de raiz, de terreno “limpo”, a liberdade do desenho em muito difere permitindo um solução original.

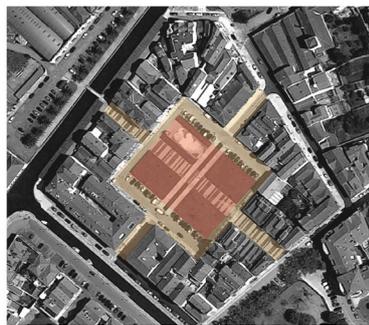
Bloomsbury Square, impressão c.1725
(fonte: reflex.london/history-of-21-bloomsbury-square/).



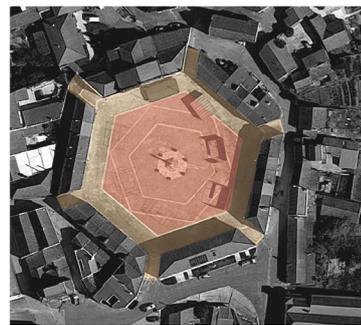
As praças portuguesas de final do século XVIII, podem fornecer informações úteis para a compreensão do Campo Novo. Na procura de exemplos, consideram-se estes modelos semelhantes na sua composição. O destaque avermelhado assinala o desenho da praça e o amarelo as vias de acesso.



Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António, de 1776. (fonte: google.maps.pt)



Praça Conselheiro Queiroz em Aveiro, finais do séc. XIX. (fonte: google.maps.pt)



Praça dos Imperadores em Manique do Intendente, final séc. XVIII (fonte: google.maps.pt).

paralelos
funcionais com a
tradição inglesa

No leque de referências estrangeiras, o trabalho de Le Notre (1613-1700) e o seu uso da perspectiva infinita nos Jardins de Versailles encontra paralelos no desenho afunilado das ruas confluentes, diminuindo de largura à medida que se afastam da praça (Oliveira, 2011). Também se sugere uma relação com as gravuras de Vredman de Vries mas, é no modelo do *square* londrino que a urbanização bracarense melhor se enquadra: praças quadrangulares fechadas, de carácter residencial (para um extrato social mais elevado – de notar que as rendas das casas do campo novo eram as mais altas da cidade), respeitando princípios de regularidade e funcionalidade no conjunto urbano. Disto é exemplo Bloomsbury Square, que é apontado como referência para o urbanismo lisboeta (Murteira, 2006). A partir do artigo “A praça na Lisboa Seiscentista e Setecentista: Função, Desenho e Simbologia” de Helena Murteira, pode traçar-se uma relação com o já estabelecido Terreiro do Paço, de forma ortogonal, mas com valências completamente diferentes.

De modo a perceber o contexto da praça no território português recorreu-se à tese “Forma e circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea” de Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva, no qual é estudado o conceito de praça e a sua expressão em Portugal. A praça regular é um caso raro neste cenário, especialmente as que encontram paralelo no caso bracarense. A Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António, de 1776, assemelha-se na forma e dimensão, mas mais uma vez difere nas entradas e, a ter relação, seria o Campo Novo a servir como exemplo à sua concepção. Encontra-se a praça de Braga na categoria das **praças fechadas** a par da Praça Conselheiro Queiroz de finais do séc. XIX em Aveiro. Partilha a orientação do quadrilátero, mas as entradas são ao centro das arestas de relação perpendicular. É semelhante em dimensão e uso residencial, mas muito posterior (Silva, 2009).

a singularidade
do projeto
no panorama
nacional

Nas mesmas condições, a Praça dos Imperadores em Manique do Intendente, de final do séc. XVIII, que embora assuma uma forma hexagonal, é semelhante no lançamento dos eixos viários através dos seus vértices a partir do centro do hexágono. Também posterior e de dimensões diferentes, contudo, demonstra parecenças no processo de desenho: o recurso a um polígono regular e o lançamento radial das vias de acesso. A singularidade do caso bracarense é notório não só pela falta de correspondentes coevos assim como pela originalidade do seu desenho. Esta insuficiente relação com exemplos práticos, tanto no contexto nacional como internacional, o passo seguinte da investigação dirigiu-se à investigação dos modelos teóricos que possam ter espalhado uma forma de fazer segundo normas operativas do desenho: a geometria.



Almada Negreiros. Começar, 1968 [12,87 x 2,31 m] desenho inciso e pintado sobre pedra calcária
(Fonte: gulbenkian.pt/almada-comecar/o-painel/)

"Those who use geometric figures to describe the beginning of Creation must attempt to show how an absolute Unity can become multiplicity and diversity. Geometry attempts to recapture the orderly movement from an infinite formlessness to an endless interconnected array of forms, and in recreating this mysterious passage from One to Two, it renders it symbolically visible. From both the metaphysical and natural points of view it is false to say that in order to arrive at two, you take two ones and put them together. One only need look at the way in which a living cell becomes two. For One by definition is singular, it is Unity, therefore all inclusive. There cannot be two Ones. Unity, as the perfect symbol for God, divides itself from within itself, thus creating Two: the 'self' and the 'me' of God, so to speak; the creator unity and the created multiplicity." (Lawlor, 2002; 23)

2.3. FORMA ANTIGA

Ideal

revisão do corpo
teórico da época

O suporte teórico que serve o intuito prático da arquitetura, descende da matemática e desenvolve-se na geometria - a medida do mundo. As teorias geométricas eram, no séc. XVIII, já avançadas e resultavam do conhecimento desenvolvido no período clássico. O Renascimento e, posteriormente, o Barroco seguem a tradição clássica dos povos romanos e helénicos sendo Vitruvius e os seus livros "*De Architectura*", publicados no séc. I d.C., a principal referência bibliográfica. Estes manuscritos, redescobertos no séc. XIV, serviram de base para elaboração de vários tratados de arquitetura que fixaram conteúdos técnicos, teóricos e estilísticos orientadores da sua *praxis*.

difusão de estilos
arquitetónicos

Com Gutemberg e o advento da tipografia (c. 1450), estes tratados, difundiram-se um pouco por toda a Europa, e definiram formas de fazer estandardizadas. Tratados como "*De re aedificatoria libri decem*", de 1452, por Leon Battista Alberti ou "*Sette libri dell'architettura*", de 1567, por Sebastian Serlio eram exemplares encontrados com frequência nas bibliotecas portuguesas, como era o caso da biblioteca da Sé de Braga. No artigo "Geometria no traçado de praças. Teoria versus prática, no tempo de Pombal" de Luís Miguel Gomes é feita uma revisão dos tratados de arquitetura da época em estudo com especial enfoque no Tratado de Ruação, anterior a 1768, de José Figueiredo Seixas e dedicado ao futuro Marquês de Pombal.

"O tema em estudo é o da utilização de geometrias "sagradas", pitagóricas, harmónicas.(...) A utilização de traçados harmónicos ancestrais, no desenho de praças, e de um modo mais geral, de traçados urbanos, reportado neste texto ao tempo de Pombal." (Gomes, 2001; 200)

bases
geométricas
arcaicas

Na revisão dos conceitos geométricos aqui tratados, seguindo uma das linhas orientadoras desta investigação – marcas de espiritualidade que reconhecem na arquitetura a sua força simbólica e consequente capacidade de representação na cidade – destacam-se os princípios assentes na "Geometria Sagrada". Estas formulações pretendiam resumir a ordem universal, traduzindo racionalmente os princípios naturais, os ciclos agrícolas e de cheias, os pontos cardeais e as constelações.

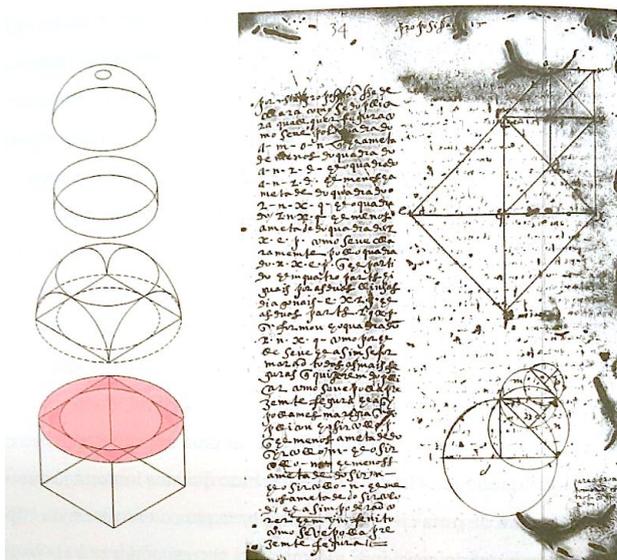
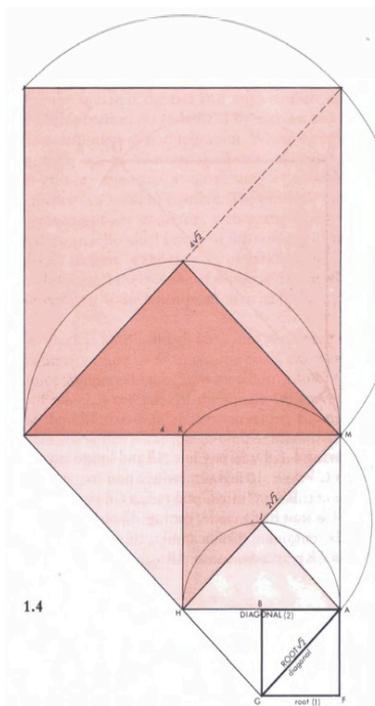
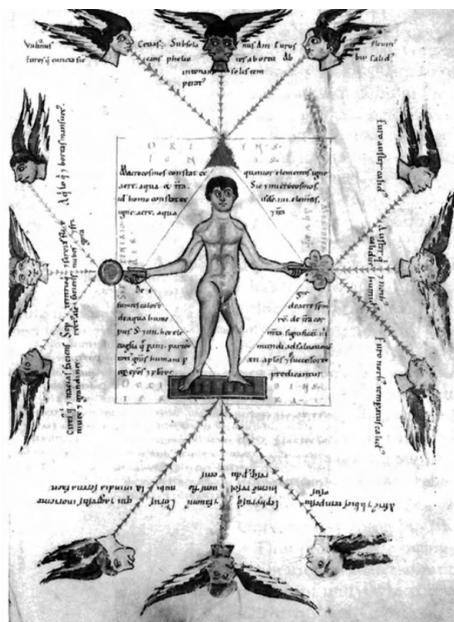


Fig. 198 Os elementos do edifício quadrado e a sua geometria ad quadratum. Desde a base: volume prismático, arcos e pendentes, tambor e cúpula. A proposição 11 do "Livro de Geometria" (BN, Cód. 3675, fol. 34r): por esta proposição se declara como se duplicara qualquer feitura...

As progressões Ad Quadratum no "Livro de Geometria" de António Rodrigues (in XAVIER, 2006).



As quatro orientações da Natureza, derivam dos quatro constituintes da criação: terra, ar, fogo e água (in Lawlor, 2002). Nas demonstrações, aqui ilustradas, de Robert Lawlor são descritas as progressões Ad Quadratum que encontram paralelo nos estudos portugueses.

"The side of the original square, called its 'root', is given the value of 1 since it is the first or primary unit. The area of this square is also 1 because $1 \times 1 = 1$. The simple act of drawing the diagonal has given rise to 2, not because the square has been divided in half, but because square 2 is implied, since the diagonal of square 1 is the root of square 2, and square 2 is exactly double in area to square 1." (Lawlor, 2002; 28).

Encontra-se no livro “Sacred Geometry. Philosophy and practice” de Robert Lawlor uma breve explicação das origens desta relação:

“Geometry’ means ‘measure of the earth’. In ancient Egypt, from which Greece inherited this study, the Nile would flood its banks each year, covering the land and obliterating the orderly marking of plot and farm areas. This yearly flood symbolized to the Egyptian the cyclic return of the primal watery chaos, and when the waters receded the work began of redefining and re-establishing the boundaries. This work was called geometry and was seen as a re-establishment of the principle of order and law on earth. (...) So the laying of squares upon the earth had, for the Egyptian, a metaphysical as well as a physical and social dimension. This activity of ‘measuring the earth’ became the basis for a science of natural law as it is embodied in the archetypal forms of circle, square and triangle.”(Lawlor, 2002; 7).

a ascendência
espiritual da
geometria

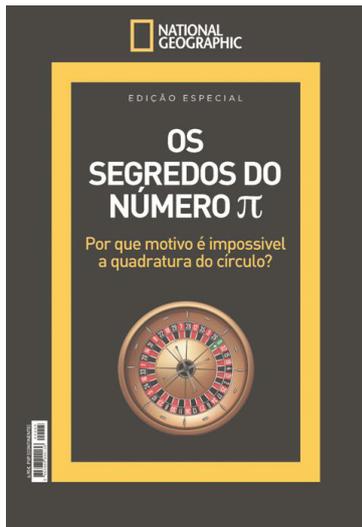
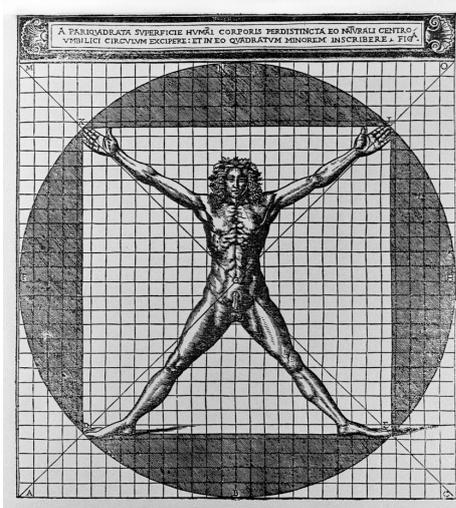
A geometria parece ter origem, portanto, na busca da resolução de um problema prático, fazendo do universo o seu referencial absoluto. O rigor advém da necessidade de adaptação às condições impostas pelas manifestações do mundo material, ainda que o suporte desta experiência estivesse dependente de uma força oculta, mágica, religiosa ou espiritual. Esta é a base para o desenvolvimento dos Elementos de Euclides, fundador da geometria moderna, de grande expressão no período moderno – “O transcendental existe nos princípios de Euclides que remetem para os princípios da geometria ou que os exprimem e retomam, tal como existe o condicional, o fundamental, o originário, o rigorosamente elementar. Mas não se situam no objectivo, nem no a priori, nem no formal ou no puro, nos sentidos que lhes dão Descartes e Kant.”(Serres, 1993; 260).

Num exercício racionalizante por vezes obsessivo, o homem tem usado, ao longo dos séculos, esta ferramenta como meio de reflexão sobre o Universo e Deus. Não só a geometria é um mecanismo para a explicação dos fenómenos naturais, e de conseqüente adaptação aos mesmos, como é meio representativo de uma ordem divina: “Como base fundamental de toda a harmonia, dois números se afirmam como base imutável e organizadora do Cosmos, 1 e 2. (...)Deus e o Templo. Geometricamente o 1 traduz-se pelo Quadrado de lado igual à unidade e o 2 pelo Duplo Quadrado”. Vitruvius encontra aqui a proporção a utilizar no desenho de um templo – “a largura corresponde a metade do comprimento.” (Gomes, 2001; 201). Esta explicação resume o Ato Primordial de Criação - a divisão da Unidade – sendo que a Deus corresponde o 1, a Unidade, o todo de onde resulta a multiplicidade; o 2, é o resultado da divisão da singularidade e não a soma de duas unidades.

círculo e
quadrado

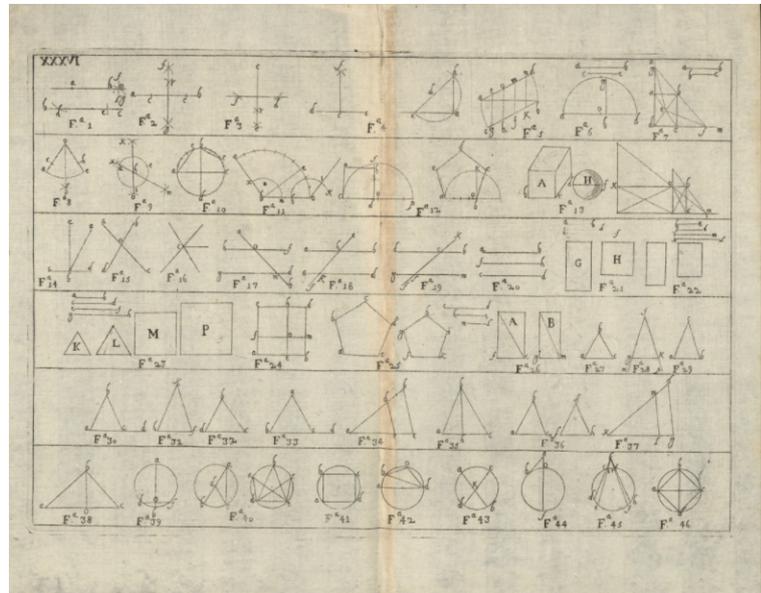
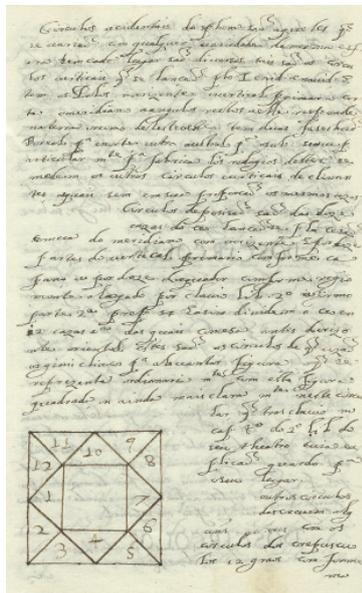
Geometricamente, o círculo representa a totalidade não manifestada e o quadrado a sua manifestação – a representação inteligível sobre o espaço. Esta é a física do espaço através das suas 4 principais orientações

Das primeiras interpretações dos manuais vitruvianos: o homem como referencial absoluto da medida, de Cesare Cesariano (1521). O quadrado inscrito sobre o círculo, anterior ao desenho de interpretação alquímica de Da Vinci, com o quadrado ultrapassando o perímetro do círculo. (fonte: www.researchgate.net)



A quadratura do círculo, de acordo com o papiro de Rhind (1650 a.C): um quadrado de lado 8 equivale a um círculo de diâmetro 9. Esta problemática está presente no célebre desenho de Leonardo da Vinci (de diferente concepção do de Cesare acima representado) definindo a proporção humana sobre a quadratura do círculo - a procura da mesma área absoluta para as duas figuras geométricas de raiz matemática e alquímica. Paralelamente, a incessante procura da determinação exacta do valor de π ($\pi \approx 3,14$) foi, ao longo do tempo, uma constante preocupação da investigação teórica.

Abaixo, as construções geométricas na tratadística portuguesa do século XVII.



FALLON, Simon, S.J. ca 1604 - 1642, *Materias mathematicas nas quais se contem Astronomia, Astrologia, e Outronometria [sic] / Dictadas pelo R. P. M. Symão Falonio*; 1628 [i.é 1638]. - [1], [219] f., enc. : papel, il., diagramas móveis; 22 cm

PIMENTEL Luís Serrão, 1613-1679. *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares, & irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar distribuido em duas partes operativa, e qualificativa. Tenente General da Artilheria em qualquer das Provincias do Reyno.* - Em Lisboa : na impressão de Antonio Craesbeck de Mello Impressor de S. Alteza, 1680. - [18], 666, [10] p., XXXVI, [3] f. desdobl. : il., grav.; 2° (30 cm)

(Norte, Sul, Este, Oeste) assim como dos 4 constituintes da criação (Fogo, Ar, Terra, Água) (Lawlor, 2002).

a medida do
Homem

As composições geométricas em torno da relação do quadrado e círculo têm larga repercussão no Renascimento e, de acordo com o pensamento vitruviano, deriva das proporções diretas do corpo humano. A reinterpretação de “*De Architectura*” de Cesare Cesariano, em 1521, com as dimensões da figura humana são dadas por quadrado inscrito num círculo, define a ideia do “*Homem como medida de todas as coisas*” (Silva, 2009; 121); Esta ideia altera profundamente o pensamento arquitetónico da época, instituindo novas proposições tanto para o desenho das cidades como dos templos. A cidade é feita à imagem do templo e vice-versa.

exercícios
geométricos
rudimentares

À chegada do séc. XVIII, o conhecimento dos traçados harmónicos, de proporções áureas, está amplamente difundido na teoria arquitetónica. Deste vasto conhecimento geométrico, revela-se pertinente para esta investigação a análise de uma progressão geométrica básica construída a partir do quadrado, ou seja, progressões Ad Quadratum. Assim como o uso do quadrado e duplo quadrado, são também determinadas operações Ad Quadratum, sem recurso a valores métricos definidos, para a divisão ou duplicação exata da área de um polígono.

“The basis of Ad Quadratum (Latin for ‘to’ or ‘on the square’) is the subdivision of the square by connecting the middle of adjacent sides. This creates a smaller square oriented at 45o from the original one. The diagonal of the smaller square is the length of the side of the larger one. This ratio also appears when a square is drawn from the diagonal of the larger square. By repeated creation of squares derived from one another, larger or smaller, a series of related ratios, and hence dimensions, appear, and, put in its most basic form, this is the secret of the proportional system of Gothic architecture. When two equal squares are superimposed at 45 degrees from one another, the octagram is created. Its internal gure is the octagon. This is the most frequently used geometric form in Roman architecture and the forms later derived from it: Byzantine, Romanesque, Islamic, Gothic and later classical buildings.”(Pennick, 2012; 78)

o contributo
da tratadística

Este tipo de progressão geométrica, tratando-se de uma operação base para a elaboração de composições mais complexas, é encontrada, como dito, em tratados de matemática, geometria, arquitectura e astronomia. Na obra de 1567 de Sebastian Serlio, vê-se ilustrado nas páginas iniciais este modelo. A par de outros autores, terá contribuído para a difusão deste conhecimento para o território português. É no “*Livro de Geometria*”, de 1567, de António Rodrigues, que se encontra o primeiro conjunto de conteúdos didáticos sobre conceitos geométricos (Xavier, 2006). Este primeiro esforço de fixação de conhecimento em português, revelou-se determinante na criação da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar pelo Cosmógrafo-mor Luís Serrão Pimentel, em 1647 (Soromenho, 1991).

Desenhos de cidades fortificadas na Aula de Fortificações de Lisboa (início do séc. XVIII). Estes estudos, demonstram o domínio dos modelos geométricos assim como da expressão e linguagem dos desenhos técnicos - ferramentas necessárias para o desenvolvimento das estruturas militares.

Plano de fortificação hexagonal regular com fosso, baluartes e várias dependências : [estudo de aula de fortificação] (c. 1700). - 1 desenho : tinta bistre ; 15x15,5 cm (fonte: <http://purl.pt/25569>)



Planta de fortaleza octogonal com quatro baluartes : [estudo de aula de fortificação] (c. 1700). - 1 desenho : tinta da china e aguadas a cores ; 43x43 cm (fonte: <http://purl.pt/26011>)



“Em tórno das ideias-chave que dominaram a problemática da Aula de Fortificação neste final de seiscentos, a instrumentalização da engenharia pelo aparelho político e a sua ideologização pelo nacionalismo então em voga, agrega-se uma outra a que, a bem dizer, completa o enquadramento doutrinal da formação do engenheiro militar português. Trata-se da questão latente, nem sempre explicitamente assumida, da importância respectiva da teoria e da prática na engenharia militar.” (Soromenho, 1991; 12)

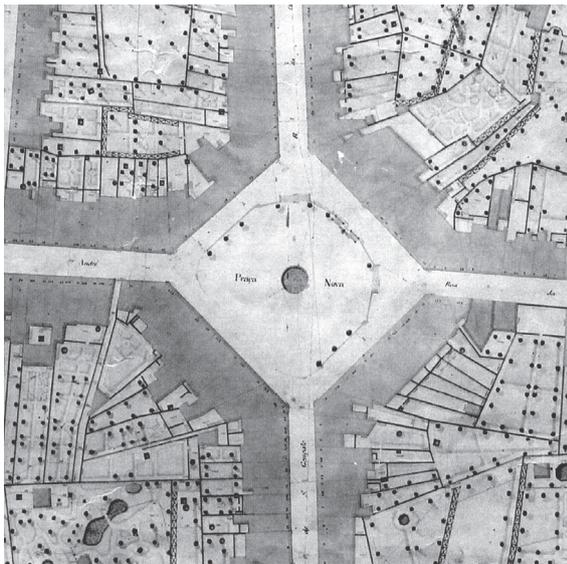
A reconquista da independência portuguesa em 1640, urge à instituição desta Aula, resultando diretamente da necessidade de reestruturação militar. A sua criação, deliberada pelo Conselho de Guerra de 1641, tem, dado o confronto com Espanha, um objectivo estritamente operativo – a formação de engenheiros militares que desenvolvessem o aparelho defensivo do território português. Esta formação compreende várias disciplinas, nomeadamente, a Matemática, Geometria, Cosmografia e Arquitectura estando destinada a círculos fechados das elites nobres. Em 1680, é publicado o “Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares, & irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar distribuido em duas partes operativa, e qualificativa” por Luis Serrão Pimentel, então Engenheiro-mor do reino, onde vêm descritas as matérias lecionadas na Aula (Soromenho, 1991).

Material

O Campo

Focando o objeto de estudo, o Campo Novo, através desta perspectiva, é aparente o uso de ferramentas planeadoras e, dado o contexto disciplinar e a riqueza do seu desenho em planta, é perceptível uma forte componente geométrica na sua concepção. Considerando a relação da composição total estar dependente da posição do edificado religioso, procura-se perceber as proposições geométricas que podem ter dado origem ao desenho da praça. Supõe-se a projeção de um modelo, de acordo com a teoria coeva, que tirasse partido destas construções: a Igreja S. Vicente, o Convento do Carmo e a Capela de S. Gonçalo estavam já estabelecidas antes da concepção do Campo Novo. Nesse sentido, ao abrir o eixo S. Gonçalo – S. Vicente, e ao perpendicularmente traçar ligação ao Convento do Carmo, define-se a localização da nova Capela de Guadalupe no outro extremo (Oliveira et al., 2006) e adapta-se ao modelo da mesma forma que se aproveita a existência da Capela de S. Gonçalo para a criação do Convento das Convertidas.

A adoção de uma regra, que se enquadra com as formas de fazer antigas, é também um provável motivo de desenho. De acordo com a orientação dos pontos cardeais, as quatro direções da Terra, lançam-se os eixos que ligam a praça à cidade já estabelecida. Pode ajudar não só a entender o desfasamento da Rua da Oliveira e a Igreja de S. Vicente, como fornece nova interpretação para a localização da Capela de Guadalupe. Este princípio, embora coincidente com a teoria dos eixos “ancorados” à referência religiosa, oferece uma leitura independente da influência do Convento do Carmo que, como dito, está afastado da



Planta Topográfica da Cidade de Braga – Francisque Goullard.



Fotografia Aérea do Campo Novo (Fonte: google.maps.pt; Dados do mapa 2017).

métrica radial definida pelos eixos, abrindo, assim, uma nova chave de leitura para a implantação.

alinhamento
dos edifícios
religiosos

A recém reconstruída igreja de S. Vicente (1717) determina, possivelmente, outra das orientações do projeto - a direção Nordeste-Sudoeste, ou seja, 45° relativos ao eixo Norte-Sul, que invoca uma relação com os oito ventos. Esta é precisamente a rotação determinada pelo quadrado aberto como praça. Pode ser esta a origem da orientação da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, que apesar de não ser totalmente paralela, é rara para a cidade uma vez que se repete apenas na Igreja de S. Paulo (1588), num período afastado (1588). Prová-lo, seria apenas possível caso fosse encontrado um documento que refira diretamente, mas a partilha de orientação entre estes três elementos - Igreja de S. Vicente, Campo Novo e Capela de Nossa Senhora de Guadalupe - é inegável. PRANCHA 3.1. - Livro II.

forma e
loteamento da
praça

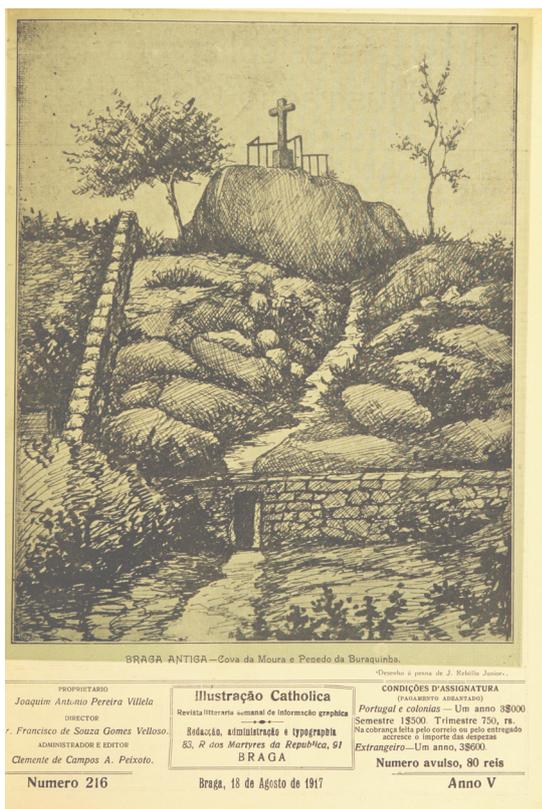
No que ao desenho da praça diz respeito, várias formas lhe são apontadas: um quadrado, um quadrilátero irregular e um losango. No trabalho "O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe", é apresentada uma métrica de acordo com os lotes visíveis no Mapa de Braga de 1883/84, definindo um desenho retangular sobre a praça (Lados NE e SW - 46 Palmos x 8 lotes; Lados NO e SE - 47,5 palmos x 7 lotes). Embora rigorosa, esta informação não é coincidente com o levantamento do *Mappa das Ruas de Braga* (1750), em que a dimensão dos lados difere de Norte para Sul, tendo as duas arestas a Norte uma divisão de 10 lotes, cada um com 6 varas, e a Sul, 8 lotes de igual dimensão (Bandeira, 1993). De qualquer das formas, este espaçamento dos lotes revela uma planificação que não encontra paralelo no resto da cidade.

implantação e
topografia

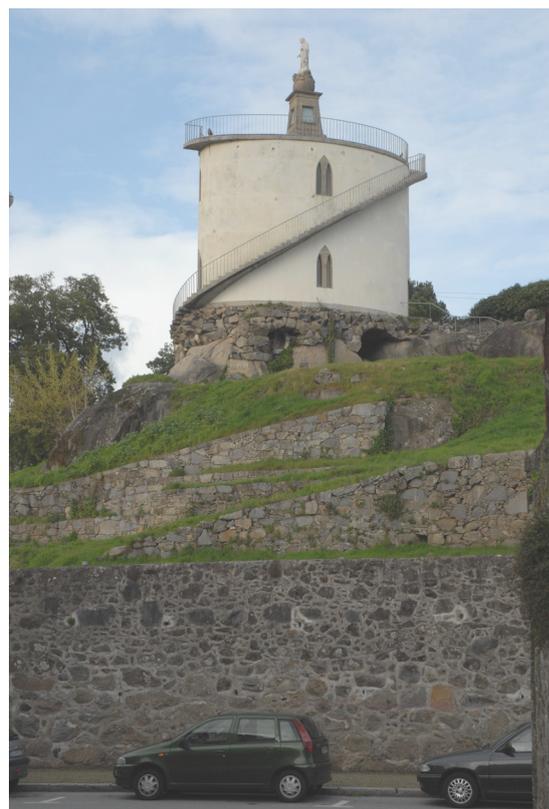
O esclarecimento desta dúvida requer uma profunda análise métrica, de grande utilidade, mas que não foi desenvolvida neste trabalho por extravasar o âmbito da investigação. Ainda assim, a convicção que resulta deste trabalho, é a de que o projeto da praça persegue um modelo quadrangular perfeito. Dadas as condições específicas do desenvolvimento e ocupação desta urbanização, considera-se que esse modelo sofreu adaptações ao longo do processo de construção. As condições físicas do lugar e a lenta construção das casas que a compõem são fatores que contribuem para essa deturpação: "A estrutura urbana está instalada num suporte topográfico e litológico dos mais ingratos da cidade, quer pela superfície irregular em que assenta, quer pela abundância de afloramentos rochosos onde está instalada, sendo por contraste o conjunto mais regular e proporcionada do desenho urbano de Braga." (Bandeira, 1993; 154).

O modelo quadrangular que aqui se defende, baseia-se na aplicação das concepções geométricas antes descritas, assentes nas

O Monte da Buraquinha - o ponto de cota mais alta do núcleo urbano bracarense é marcado pelo elemento sacralizador do espaço. No contexto da composição geométrica desenvolvida nesta investigação, este ponto destaca-se pela coincidência com o vértice do quadrado definidor do quarteirão.



“Cova da Moura e Penedo da Buraquinha”. Ilustração retirada da edição número 216 “Ilustração Catholica - Revista literária semanal de informação graphica”, 18 de Agosto de 1917.



O Monumento ao Sagrado Coração no antigo Monte da Buraquinha (foto própria).

sobreposição
das
progressões
geométricas

construções Ad Quadratum. A mera observação deste tipo de progressão sugere, para alguém familiarizado com o desenho do Campo Novo, uma imediata similitude. Tentando verificá-la, procedeu-se à sobreposição dessa regra geométrica “numa progressão círculo/quadrado/círculo tipicamente ad quadratum corresponde a projeção horizontal” (Xavier, 2006) – PRANCHA 3.1. Vê-se, nesta composição, um quadrado primeiro, onde se insere a praça, que lança progressivamente o desenho de quadrados $3/2$ para duas vezes maiores, e assim sucessivamente. A consequência desta progressão determina o limite dos quarteirões, e como tal, a dimensão total do projeto (adaptada à pré-existência). O seu desenho, pode inclusive, ter partido de um quadrado que definiu a área da urbanização, e numa lógica de sucessivas reduções é dada a forma da praça. Esta sobreposição, do quadrado regulador da urbanização, encontra correspondência nas ruas então definidas, as interiores, e a Rua Em Frente a Nossa Senhora de Guadalupe, que encerra a expansão a Este, e encaixa nas estruturas urbanas existentes. Outra correspondência relevante é definida pelo vértice NE do quadrado, que recai precisamente sobre o ponto mais alto da cidade, a Cova da Moura ou Monte da Buraquinha. Este local será sacralizado com a colocação de uma cruz e, posteriormente, o Monumento ao Sagrado Coração (1901).

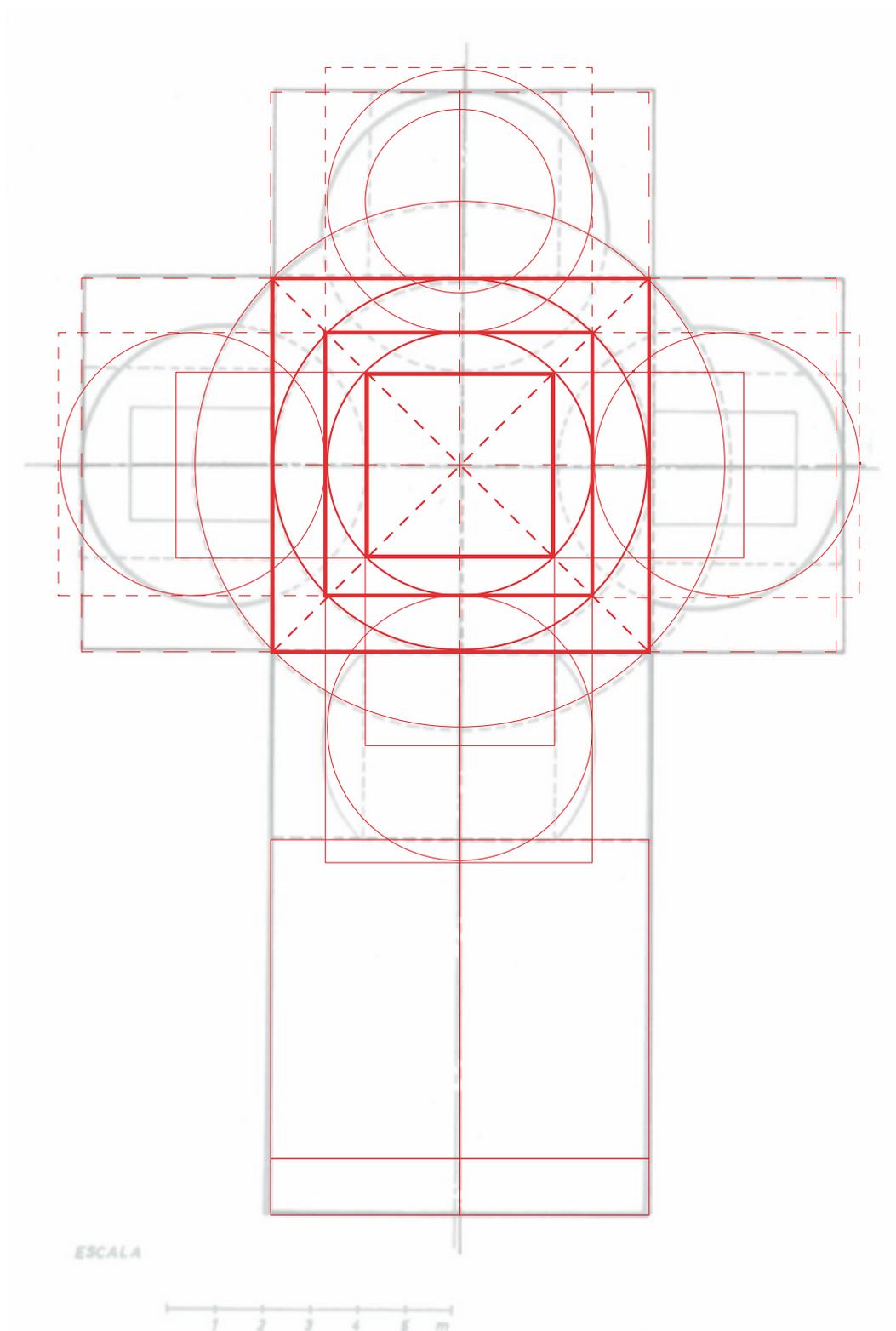
paternidade
do projeto

Como já descrito, Manuel Pinto Vila Lobos estudou, na década de 1680, na Aula de Fortificação de Lisboa sob a orientação do autor do “Methodo”, e estaria, certamente, na posse deste código geométrico. Este cruzamento de informações dá consistência à hipótese da autoria do Campo Novo pertencer ao Engenheiro Militar Manuel Pinto Vila Lobos. Também, a dimensão empírica destas progressões geométricas facilitava o desenvolvimento da obra, pelo simples uso de cordas e estacas, conseguindo-se desenvolver relações proporcionais entre áreas sem recurso à constante medição.

Considerando a recorrente parceria da tríade D. Rodrigo de Moura Teles - Manuel Pinto Vila Lobos - Manuel Fernandes da Silva, os teoremas que dão origem à progressão geométrica do desenho e a sua intuitiva execução, é possível supor que tanto o mestre-pedreiro como o engenheiro militar podem deter a autoria do projeto, ou ainda, que a sua intervenção foi conjunta partindo o desenho de Manuel Pinto Vila Lobos com a execução a cargo de Manuel Fernandes da Silva.

A Capela

Este tipo de considerações acarreta um risco inerente a qualquer análise gráfica: o de forçar uma narrativa pela vontade de encontrar padrões que justifiquem o seu pressuposto. Essa foi uma preocupação atenta deste trabalho que, ainda assim, encontra na Capela de Nossa Senhora de Guadalupe dados demasiado evidentes para serem descartados, que



A **preto**: reconstituição da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, por Manuel Joaquim Moreira da Rocha, a partir das descrições no contrato da confraria com Manuel Fernandes Da Silva (fig.21 in Rocha, 1996; 147).

A **vermelho**: a sobreposição do desenho da progressão Ad Quadratum, ao centro, e as consequentes extensões dadas pela medida referencial.

corroboram a hipótese do uso da progressão Ad Quadratum.

A monografia de Manuel Joaquim Rocha sobre o pedreiro Manuel Fernandes da Silva e, em concreto, a transcrição do contrato para a execução da Capela de Guadalupe por ele feita, foram essenciais neste processo. Assim sendo, as considerações seguintes serão acompanhadas das condições aí preconizadas.

contrato para
a edificação
da Capela de
Guadalupe

Nesse contrato, estavam detalhadamente registadas as medidas do templo a ser erigido, a tal ponto que foi possível reconstituir a planta do templo, presente na fig.21 de “Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga (1693-1751)”. Confrontando esse desenho com um levantamento arquitetónico da capela feito, no âmbito da disciplina História III do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade do Minho, por Daniela Sousa, Maria João Silva e Tânia Sofia em 2010, constata-se a fidelidade da construção à sua encomenda.

“A capelamor teria de comprimento «e dezasete palmos», e «o seu correspondente», do lado oposto, «era sete palmos de comprido athe a porta principal», sendo esta recuada relativamente à parede exterior, formando um pequeno átrio aberto. “(ROCHA, 1996).

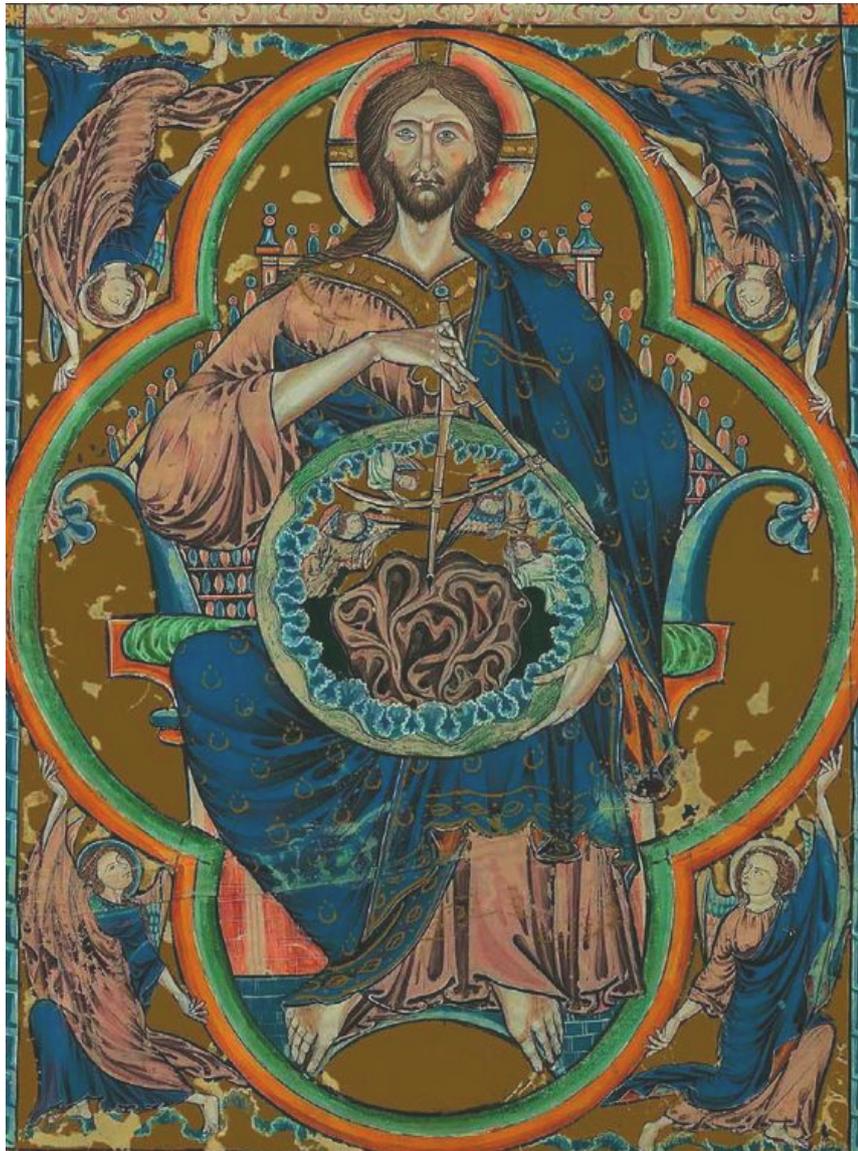
a medida
referencial

Analisando os registos da confraria, as considerações tecidas por Manuel Rocha e respectiva reconstituição da planta, e ainda, o recente levantamento da capela, reconhece-se a dimensão de 17 palmos como a unidade que regulará todo o desenho. É a partir desta medida que serão elaborados todos os espaços constituintes da capela, recorrendo à utilização dos traçados harmónicos e da progressão quadrado - círculo - quadrado. A partir do quadrado central de 17x17palmos, é desenhado via Ad Quadratum, um outro quadrado 34x34palmos, de mesmo centro e dobro de área. Aí se inscreve o círculo que dá forma ao espaço central da capela. De novo, a progressão geométrica utilizada no Campo Novo é utilizada como modo auxiliar ao desenvolvimento espacial da capela.

“A concepção da capela partiu de um espaço quadrangular: «dera a dita cappella trinta e coatro palmos asim de comprido como de largo e isto se entendia por dentro de cunhal a cunhal».”(ROCHA, 1996).

Com o centro estabelecido, desenvolve-se o restante do corpo da igreja. O quadrado de 34x34 palmos, vai determinar o comprimento total da capela que é a soma de 3 desses quadrados, ou seja, 102 palmos – PRANCHA 3.2 - Livro II.

“Nesse espaço abriram-se «coatro arcos iguais como bem a saber cappella maior com seu correspondente e coletrais no quoaal arco principal levará huma tarja como mostra a planta; terão os coatro arcos iguais dezasete palmos de em vão e de alto trinta e seis».”(ROCHA, 1996).



Bíblia de São Luís, vol.1, f. 1v. Santa Igreja Catedral Primada, Toledo, The Morgan Library & Museum. (fonte: www.moleiro.com/pt/livros-biblicos)

“A grande miniatura de página inteira representa Pantocrator, o Deus Criador do Universo. Uma grandiosa mandorla de quatro lóbulos, perfilados em verde e laranja, envolve a sua robusta figura. Deus está em posição de repouso, sentado sobre um trono. Está vestido com uma túnica castanha e um manto azul. Com a mão direita comanda o seu instrumento de trabalho, um compasso de grandes dimensões, cujas pernas terminam em pontas metálicas de aço, uma das quais está cravada no centro do Universo enquanto a outra o circunda pelo perímetro exterior. Com a mão esquerda sustenta o mundo de formas arredondadas, o qual apresenta no seu interior uma aparência totalmente caótica: Dentro desse cosmos orbicular, onde todavia impera a lei da desordem, quatro criaturas angélicas executam as ordens do Criador e ajudam-No na sua obra.”

o desenho
dos espaços
interiores

É a partir do espaço central que se segue a projeção das capelas laterais, sendo que estas são dadas pelo círculo onde o quadrado 17x17 palmos se inscreve. A parede exterior das capelas laterais, acompanham a forma circular, enquanto que as suas paredes interiores assumem a metade do quadrado. Embora não haja registo conhecido, este esquema volumétrico evidencia a existência de um desenho concreto fruto de um complexo jogo de geometrias. A capela-mor e a entrada são também resultado desta expansão quadrissimétrica – PRANCHA 3.2.

“O esquema de proporções apurado pela leitura do documento é o seguinte: o edifício parte de um centro quadrangular na relação de 1:1 (34x34); em cada lado abria-se um arco que ocupava metade da largura disponível, na relação de 1: 1/2 (34x17); a capela-mor era formada por um dos quatro módulos em que se dividia o quadrado gerador, na proporção de 1:1 (vão 17, fundo 17).” (Rocha, 1996).

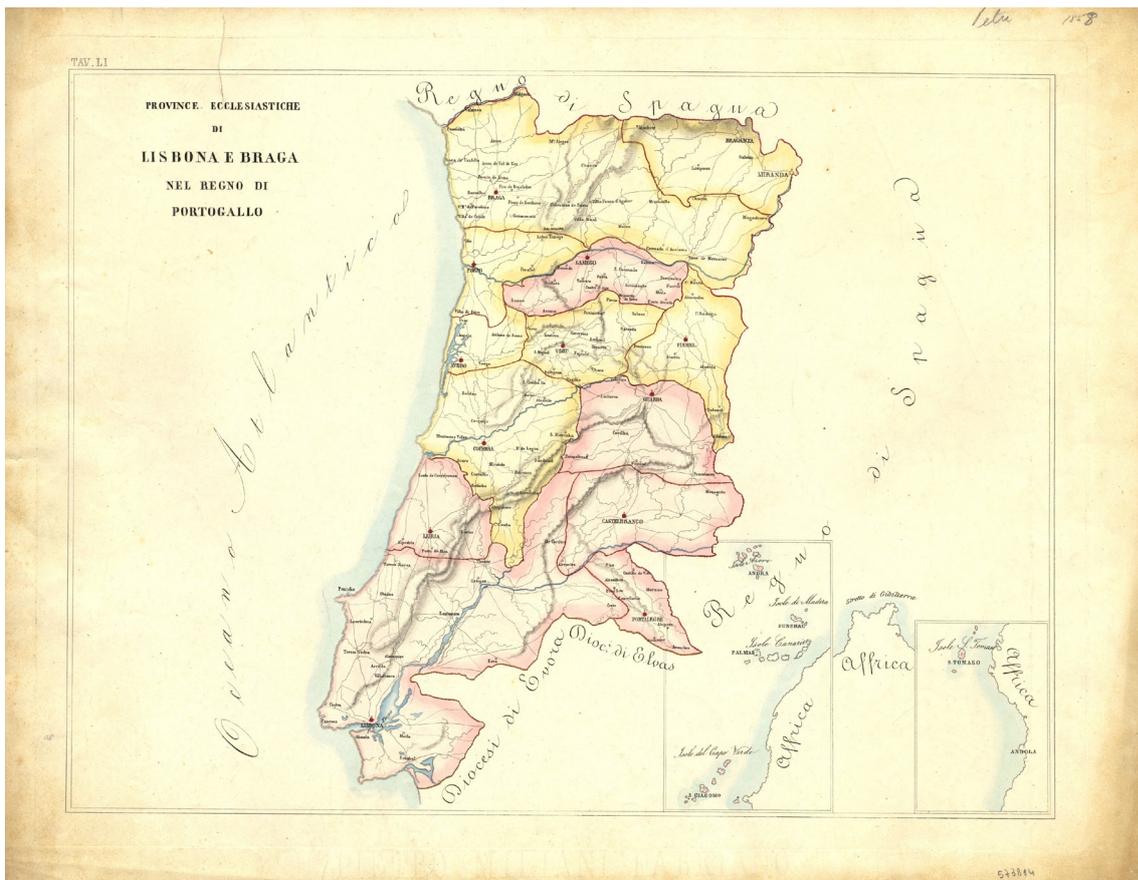
relação
geométrica
entre a Capela
e a Praça

Este sistema de relações é submetido à comprova a utilização de um traçado Ad Quadratum. A presente investigação destaca a utilização desse mesmo método no projeto do Campo Novo, defendendo que esta relação permite falar de um projeto global e integrado. A ligação entre a praça e o templo é ainda mais evidente quando entendidas as partes como resultados de um processo geométrico idêntico com raiz numa só matriz. O motivo pelo qual a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe não está orientada segundo o eixo de ligação ao Campo Novo (Rua de Nossa Senhora de Guadalupe) deve-se à exacta colocação segundo as direções definidas no desenho da praça - tanto o quadrado fundador da praça e como da capela têm os vértices alinhados segundo os pontos cardeais. O facto da capela não enfrentar a praça não desfaz a sua relação, confirma-a. Assim, colocando a êxedra no extremo da rua garante-se a relação visual entre os dois elementos, mantendo, porém, a orientação (45° NO-SE) comum que suporta a hipótese de um planeamento conjunto.

A constatação desta relação pode também ajudar à nomeação do seu autor, sugerindo uma mesma autoria para ambas as obras. A utilização da mesma progressão geométrica, estabelece uma convivência no processo projetual. Se por um lado, o conhecimento geométrico e a tratadística que o explora eram acessíveis aos construtores da época, por outro, tem-se a confirmação que pelo menos um dos intervenientes arquitónicos deste tempo estava na posse desse código. O detalhe expresso no documento notarial que firmava contrato entre Manuel Fernandes da Silva e a Confraria de N. Sra. de Guadalupe, indica expressamente um modelo pré-determinado pelo qual o mestre-pedreiro se deveria guiar. Este dado sugere a existência de desenho ou projeto; muito possivelmente, defende-se aqui, da autoria do Engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos.

3. Agulha

Cartografia das províncias eclesiásticas de Portugal. Braga domina o território português na dimensão religiosa sendo, a par de Lisboa, a cidade que controla maior área. Destacada a amarelo está a área sobre a orientação da arquidiocese bracarense.



Province ecclesiastiche di Lisbona e Braga nel regno di Portogallo. - Escala [ca 1:950000]. - [S.l. : s.n., 1858?]. - 1 mapa : grav., aguarelado ; 51,50x66,00 cm, em folha de 57,00x74,70 cm retirado (Fonte: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>)

Um tempo para um espaço

D. Diogo de
Sousa

De forma a entender a imagem urbana setecentista de Braga, convém contextualizar o desenvolvimento precedente que para ela contribui. Nesse sentido, devemos recuar até ao prelado de D. Diogo de Sousa (1461-1532), Arcebispo bracarense de 1505 até à sua morte. Nascido em Évora a 1461, filho da nobreza, estuda Cânones na Universidade de Salamanca e Teologia em Paris. Regressa a Portugal como cônego da Sé de Évora e rapidamente passa a Deão da Capela Real, por vontade do Rei D. João II. Em 1491 ocupa um cargo na embaixada portuguesa em Itália, fazendo estadia por Florença e Roma (Soares, 2011). A outubro de 1495, com a tomada de posse de D. Manuel I, é chamado de volta a Portugal para ocupar o cargo de Arcebispo do Porto, onde permanece por uma década, até novamente desempenhar funções diplomáticas, em Roma, na embaixada de homenagem ao Papa Júlio II (Bandeira, 2006).

Estamos na era dourada portuguesa, de uma das cortes europeias mais prestigiadas, duma capital abundante em artigos e histórias de todos os cantos do globo, que marcava a sua supremacia com a nova identidade arquitetónica dos Jerónimos e Belém. É neste ambiente de descoberta e inovação que D. Diogo de Sousa chega a Braga e que, imbuído nesse espírito cosmopolita, modificará profundamente a morfologia urbana bracarense, sendo ainda hoje parte estruturante da cidade.

Braga no
séc. XVI

Braga quinhentista é, à chegada do novo arcebispo, um reflexo da cidade medieval, encerrada pela muralha fernandina que limitava, por quatro portas, o acesso ao exterior e fomentava um crescimento urbano irregular e sobrelotado. Apesar de contida, a cidade ansiava por crescimento. Assiste-se, um pouco por toda a Europa, à perda da função dos sistemas militares: as muralhas e castelos, que outrora serviram propósitos defensivos, são agora uma barreira ao desenvolvimento. Braga é, por esta altura, um centro urbano de menor influência. Embora destacada face às outras cidades minhotas, perde relevância económica e financeira com o crescimento das urbes costeiras na sua demanda por recursos humanos e materiais (Bandeira, 2006).

No exercício do poder que o arcebispado lhe confere, D. Diogo de Sousa demonstra grande clarividência nas suas intervenções urbanísticas, intra e extramuros. Percebe-se a importância do seu cultivado percurso europeu pela forma como encara as necessidades físicas da urbe, pela interpretação do desenho urbano dos novos modelos utópicos radiocêntricos e pelo reaproveitamento das suas ideias através da

A Europa do século XVII: povos, cidades e nações. Este é o contexto geográfico e político europeu durante o governo filipino em Portugal.



Nova Europae Descriptio Auctore I. Hondio Map Maker- Johannes Jansson Place / Date - Amsterdam / 1638 (fonte: <http://www.raremaps.com>)

implantação de novas vias e praças numa estrutura pré-existente

transformação
urbano no
prelado de
D.Diogo

É promovida então uma alteração à configuração interior da cidade com a abertura de uma nova rua que permite a continuidade da Rua do Souto até ao outro extremo da muralha (onde é aberto o atual Arco da Porta Nova), definindo um eixo Este-Oeste, tangente à Sé, que atravessa o coração da cidade e redefine a sua organização segundo a noção renascentista da rua principal retilínea (Bandeira, 2006). Além desta, também a Rua do Cabido e de S. João do Souto devem a D. Diogo a sua existência. Noutras, como a Rua de Maximinos, Rua do Campo e do Souto são feitas alterações de modo a melhorar a circulação. Para além da muralha, é criado um conjunto de 7 praças ou campos adossados à muralha e ligados por grandes ruas. Destes novos largos (que ainda hoje persistem) conta-se: o campo de Santa Ana, S. Sebastião, Santiago, dos Remédios, das Carvalheiras, das Hortas, e da Vinha; que, adicionando às novas ruas que acompanham a velha muralha fernandina, promovem não só o acesso a importantes eixos do interior da muralha como se relacionam com antigas vias romanas em direção a concelhios vizinhos (Oliveira, Moura, & Mesquita, 1982).

Paralelamente à grande obra urbana, muitas alterações são levadas a cabo, tanto a nível arquitetónico, dotando de melhoramentos e acrescentos alguns edifícios emblemáticos como a Sé Catedral, o Paço dos Arcebispos e do Castelo, como a nível infraestrutural com a renovação do sistema de abastecimento de água, por fontes e chafarizes e calcetamento de ruas e praças. A par disto, a reorganização administrativa das provisões, dos hospitais e a forte intenção reformadora da educação, tanto a nível local como nacional, caracterizam os 27 anos do governo de D. Diogo de Sousa, ficando para a história como um dos principais fundadores da Braga atual (Soares, 2011).

ações urbanas
no séc.XVII

Através da criação de novos espaços amplos, do reforço de vias determinantes e da abertura de novos eixos, D. Diogo de Sousa lança as sementes para o crescimento urbano bracarense, fazendo uso das novas ferramentas urbanísticas da expansão radial e dos arruamentos desafogados. Assim, Braga vê-se refundada pelo espírito revolucionário do Arcebispo humanista, que incita o progresso da cidade e promove a comunicação com a sua envolvente próxima e periférica (Ribeiro, 2008).

Nos governos posteriores a D. Diogo de Sousa, a cidade vive da inovação imposta pelo Arcebispo. No decorrer dos dois séculos seguintes, não se conhecem novas intervenções urbanísticas, com exceção da abertura da Rua da Misericórdia que liga a recém construída igreja, homónima e contígua à Sé, ao Campo da Vinha (eixo sul-norte); e da Rua dos Pelames, que permite a ligação da parte sul da muralha à velha ponte dos Pelames, sobre o rio Este. No capítulo da infraestrutura pública assiste-se apenas à instalação de alguns chafarizes quer interior quer exterior da muralha.

Mas se o desenvolvimento urbanístico foi parco, esta época



Postal do Campo da Vinha e do Convento do Salvador
(Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

foi particularmente prolífera na edificação, capitalizando as linhas orientadoras de expansão lançadas por D. Diogo de Sousa e sobrepondo construções nos novos espaços livres da cidade, na sua maioria religiosas.

Contra-Reforma

Ameaçada pela Reforma Protestante e pela crescente contestação do catolicismo, a Igreja Romana convoca o Concílio de Trento (1546-1563) e delibera uma série de medidas por forma a unificar o reino cristão. Como fiel seguidora das diretrizes papais, Braga segue à risca as imposições e vê-se munida de novos instrumentos para combater os caminhos heréticos (Portocarrero, 2010).

Conventos
bracarenses

Esta abundante construção, com especial relevo no domínio religioso, marca categoricamente o período construtivo mais próspero de Braga. Não pode, contudo, ser dissociado da herança dos dois séculos anteriores, nomeadamente a criação de polos de acolhimento, centros evangelizadores governados e criados por Irmandades, membros das várias posições na estrutura das instituições religiosas ou, simplesmente, por cidadãos devotos à fé cristã - PRANCHA 1.1. - Livro II. Cronologicamente, a sequência de implantação destas casas de comunidades religiosas tem início em meados do séc. XVI com o Convento dos Remédios, e oito novas nos dois séculos seguintes:

- Convento dos Remédios – 1549
- Convento do Salvador – 1600
- Convento do Pópulo – 1621
- Convento de Nossa Senhora da Conceição – 1629
- Convento Nossa Senhora da Penha de França -1652
- Convento do Carmo – 1655
- Convento das Convertidas – 1722
- Convento dos Congregados – 1730
- Convento das Teresinhas - 1763

Templos para
uma população
crescente

Com esta profusão de conventos e recolhimentos, expressão do cumprimento das diretivas da Contra-Reforma verifica-se a intenção de ampliar a área sacralizada por estes edifícios. Observa-se, nos anos que se seguirão, a profundas alterações nas unidades existentes ou a edificação de novos templos: igrejas e capelas a destacam-se como as peças urbanas mais edificadas nos séculos XVII e XVIII. Uma população fortemente doutrinação necessita de lugares que providenciem a ligação com o sagrado. Nos casos de templos pré-existentes o processo de renovação passava ou pela demolição e construção de nova edificação no mesmo local, como é o caso das igrejas de S. Vitor, S.Vicente, S. Sebastião e capela de Santa Maria Madalena; ou pela alteração da sua localização, como é caso da capela de Nossa Senhora de Guadalupe ou da Igreja de S. Pedro de Maximinos, que encontrou lugar, em 1758, no da anterior capela no Monte das Penas (Oliveira, 1994).

Em muitos outros casos são feitas profundas modificações no corpo



BRAGA — Vista geral, segundo uma photographia do ex.^{mo} sr. Carlos Relvas

Vista de Braga em finais do séc.XIX. (Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

“As idéias e instituições da civilização medieval só nos interessam aqui pela influência que exerceram sobre a estrutura das cidades e o desenvolvimento dos órgãos de sua vida cultural. Mas, a menos que compreendamos tais idéias, a preponderância das grandes estruturas cívicas dedicadas aos ofícios religiosos ficará sem ser explicada. Na Europa ocidental, após a queda do Império Romano, a única instituição poderosa e universal era a Igreja. Ser membro dessa associação era teoricamente voluntário e praticamente obrigatório. Ser desligado de sua comunhão era castigo tamanho, que até ao século XVI, os próprios reis tremiam diante da ameaça de excomunhão. Da menor das aldeias, com a sua igreja paroquial, à maior das cidades, com a sua catedral, suas numerosas igrejas, seus mosteiros e santuários, a Igreja estava visivelmente presente em todas as comunidades: suas torres eram o primeiro objeto que o viajante divisava no horizonte e sua cruz era o último símbolo levantado diante dos olhos do agonizante.” (Mumford, 1998; 290)

Torres sineiras
nos novos
templos

da igreja, nas suas capelas, com especial enfoque na construção de novas fachadas e no levantamento de **torres sineiras**. Destas contam-se oito novas obras que seguem um projeto pré-definido; facto que denota uma clara preocupação de natureza formal e simbólica uma vez que passa a ser necessária a intervenção do arquiteto, pela sua capacidade de dotar a obra de um estilo arquitetónico, pelas competências técnicas de organização, domínio construtivo e definição de modelos arquitetónicos adquiridos (Rocha, 2013).

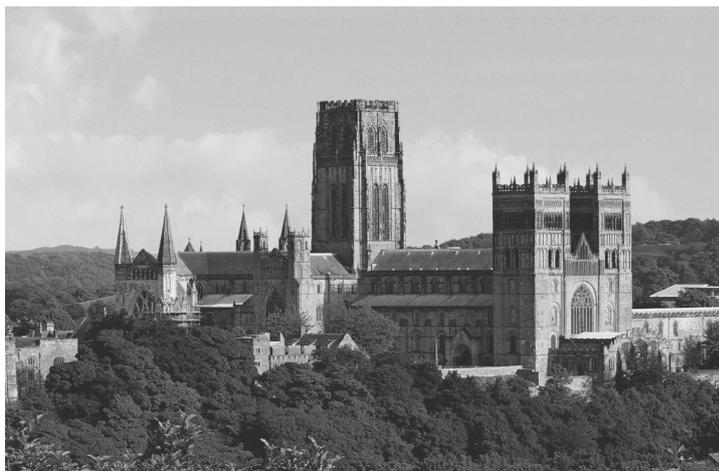
a importância
do projeto
arquitetónico

De acordo com Manuel Joaquim Rocha, foram efetuados 280 contratos de construção no intervalo entre 1680 e 1800, sendo que 75% desses acordos foram destinados a construções religiosas, contando com a construção integral e parcial de igrejas, fachadas, capelas-mores, torres ou obras em unidades monásticas (Rocha, 2013). Desta detalhada informação destaca-se o facto de 70% das obras terem sido feitas “conforme planta”, ou seja, valorizando o projeto que estabelece uma via racionalizante para chegar ao espaço construído. Este determina e faz cumprir um destino traçado no desenho e não parte exclusivamente dos apontamentos do mestre-pedreiro, assentes no conhecimento empírico e, por vezes improvisação, em estaleiro. É indubitavelmente o tempo do arquiteto, engenheiro ou projetista em Braga.

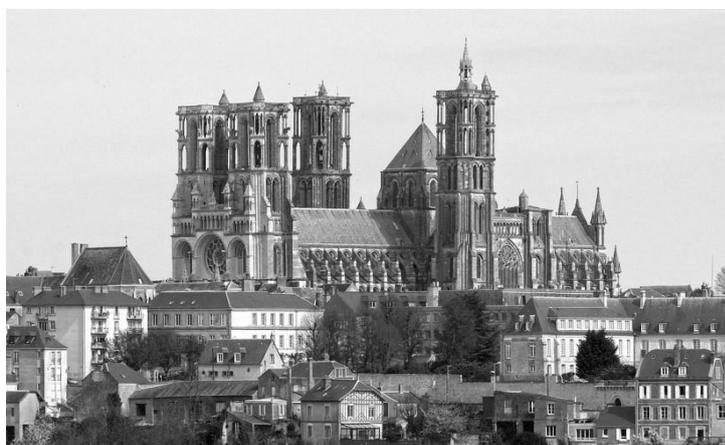
definição de
um objeto de
estudo

Analisando a composição volumétrica das igrejas que povoam a morfologia urbana bracarense, duas tipologias de relação com a torre se destacam: a dupla torre na fachada e a torre traseira. A última caracteriza um caso específico dentro do panorama nacional e até internacional pela sua abundância, e concentração, de exemplos. Dentro da globalidade dos estudos realizados sobre este período temporal (um extenso número de artigos, teses e livros), a incidência sobre essa temática revela-se altamente pertinente no campo de estudo arquitetónico. Embora já explorada no artigo “Arquitetura Religiosa Barroca em Braga”, de Manuel Joaquim Rocha, considera-se haver ainda lugar para um cruzamento mais amplo de referências que suportem a procura do valor essencial e intrínseco da Torre enquanto forma arquitetónica.

É, então, pertinente perceber, em primeiro lugar, qual a lógica de utilização das torres nas igrejas e que propósitos serve. A torre sineira, manifestação vertical da igreja, é o elemento comunicativo por excelência, não obstante a sua função óbvia - elevação e apoio estrutural do sino que assegura a fácil propagação sonora do principal veículo de informação à época; assume também uma decisiva dimensão visual, a capacidade para ver a longa distância, mas principalmente para ser vista quer para quem se dirige para a cidade, quer para quem a percorre. A torre é o objeto que consagra a marcação territorial e que, adicionalmente, assegura a sacralização do espaço. Com raízes profundas na cultura ocidental, dos menires aos obeliscos a determinação de um eixo vertical de contacto entre a Terra e o Céu foi uma recorrente forma de domesticar o território.



A Catedral de Durham, Durham, Inglaterra. (fonte: <http://www.durhambid.co.uk/business/durham-cathedral-0>)



A Catedral de Notre-Dame de Laon, Laon, França. (fonte: <https://www.thecrazytourist.com>)

“É, aliás, durante o século XVIII que a casa-torre atinge a expressão de maior requinte, pelo uso da torre como elemento preponderante no conjunto arquitectónico em que se insere e pela nova funcionalidade que lhe é atribuída. Reafirmação de um poder senhorial que reconhecia na velha torre medieval o seu melhor símbolo.” (Pereira e Pereira, 1989)

A torre no tempo

A entrada Torre no “Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura” de Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, apresenta a seguinte descrição:

“1. Construção alta, muito mais elevada que larga, de base circular, poligonal ou quadrada, que originalmente servia de defesa.”

função
secular da
torre

Não só faz referência à sua utilização inicial enquanto elemento de uso militar, de maior eficácia e expressão durante os séculos XII-XIII, como assinala a sua progressão para a “residência fortificada do feudatário”, de planta usualmente quadrada, disposta no centro de um recinto protegido. Com a invenção da arma de fogo, a sua altura foi diminuindo progressivamente até ao nível da muralha tornando-se, posteriormente, um elemento obsoleto na sua funcionalidade inicial e adotando novos usos (Silva & Calado, 2005).

a torre na Igreja

Até à incorporação do sino em meados do século VI, a segurança era a única razão para a existência de torres na igreja. No norte da Europa começam a ser visíveis nos séculos VI e VII e, posteriormente, vêm-se adicionadas a igrejas antigas do Sul da Europa por volta dos séc. IX a XI, das quais são exemplo as da cidade de Ravena. O sino funciona não só como chamamento para a missa mas como alerta para eventual perigo, assim como a torre mantém atributos militares (Murray & Murray, 1996).

expressão no
Românico e
Gótico

Por volta do séc. XI, as torres sineiras passam ser uma característica fundamental das igrejas do Norte da Europa, formando a fachada de dupla torre em muitas das igrejas românicas (aspirando ao ideal das 9 torres - duas na fachada, uma em cada ponta do transepto, duas em cada lado do coro e uma no cruzamento da nave e transepto (Murray & Murray, 1996)) que posteriormente góticas sofrem adaptações, como as catedrais de St. Étienne de Caen, de Durham ou Lincoln (A Sé de Braga, Évora, Lisboa ou Porto, são disso exemplo em Portugal).

A prolífica construção gótica em França dos séc. XII a XIV, encontra a sua máxima expressão nas catedrais de Laon e Chartres cuja implantação no topo de colinas, reforçava a verticalidade das suas formas. Estas catedrais ambicionaram o ideal da igreja das nove torres, apenas aproximado pela igreja do séc. XII de Limburg-an-der-Lahn, na Alemanha, com as suas 7 torres que coroam o cume do seu povoado. A *flèche* francesa no ornamento das igrejas góticas é apenas mais um elemento de marcação da verticalidade imposta por este estilo. Paris, Amiens e Colónia exemplificam a colocação da torre no cruzamento da nave e transepto e Reims no coro. A catedral de Albi apresenta um caso imponente da torre na fachada, embora a entrada seja lateral, alinhada com a nave.

A sua utilização continua durante o séc. XVII e XVIII adaptando-



A Catedral de Limburg An Der Lahn, Limburg-Weilburg, Hesse, Alemanha.
(fonte: <http://www.cathnewsusa.com/>)

"(...)o próprio cenário mantinha sua estrutura colectiva: incorporava momentos sucessivos do espírito, sem perder a forma. As torres e campanários das igrejas atraíam os olhos para o céu; suas massas se elevam, indiscutivelmente primeiras, em disposição hierárquica, acima de todos os símbolos menores de poder e riqueza terrena, e por suas rasáceas a luz rompia em auréolas de colorido puro formado por desenhos abstratos. De qualquer parte das cidade, os dedos admonitórios das agulhas, as espadas arcangélicas, com suas pontas de ouro, podiam ser vistos: se ocultos por um momento, subitamente apareciam quando os tetos se afastavam, com a força de um toque de trombetas. O que outrora ficara confinado dentro das paredes do mosteiro era agora visível dentro de toda a cidade medieval." (Mumford, 1998; 303).



Lubeca Urbs Imperialis ... Inclytæ Hanseaticæ Societatis Caput [on sheet with] Hamburga, Florentissimum Inferioris Saxoniae Emporium - Braun & Hogenberg, 1582.(fonte: www.sanderusmaps.com)

ornamentação
do campanário

se aos modelos clássicos; embora não coincidente com o cânone da forma paladiana. As torres campanário apresentam uma função clara, por oposição às torres com coruchéus e pináculos, que para Christopher Wren em 1708 servem apenas como 'an ornament to the town' (Murray & Murray, 1996).

Nos séculos XVIII e XIX e as suas plantas centrais tenderam a eliminar a torre das novas composições, substituindo-as por lanternins ou zimbórios no espaço central.

a Casa-Torre
no barroco
português

No contexto barroco português, a entrada para "Torre" no Dicionário de Arte Barroca em Portugal, aparece associada ao seu uso como elemento de herança militar medieval. Nesse sentido, a descrição de torre tem unicamente uma denominação secular - no reaproveitamento deste elemento militar para novos usos, durante o séc. XVII e XVIII, essencialmente relacionados com programas residenciais - uma tipologia nova da "casa-torre" (Pereira & Pereira, 1989).

Ouvir as torres

o sino como
elemento
comunicativo

É essencial analisar uma outra função, talvez a mais óbvia, da torre sineira: a possibilidade de, através de um sistema de códigos sonoros, veicular mensagens para a população medieval e moderna. É o sino que domina o topo superior da torre, é lá que habita e, como tal, cabe à torre providenciar o suporte e destaque para tal dispositivo. Mediante um reportório de toques sistematizados que o sino impunha, as fases de sono e trabalho, anunciava detalhadamente a oração, refeição, celebração, morte, reunião e execução. A propósito de um evento bracarense de 2016, em que todos os sinos tocaram em simultâneo, o Cónego José Paulo Abreu comparou este meio às redes sociais virtuais ou ao telejornal atual, destacando a sua antiga importância como meio de comunicação (Rádio Renascença, 2016).

usos e formas
do sino

A utilização dos sinos era algo comum entre etruscos, egípcios e romanos, o que explica a sua apropriação pelo cristianismo, datando de 400 D.C. o primeiro registo da sua introdução, em Campania. A sua forma, o número e disposição vão condicionando o desenvolvimento da torre e, pelo século XII, o seu uso encontra-se difundido por toda a Europa. A sua variedade é ainda hoje visível. Com efeito, facilmente distinguimos, num só centro urbano, diferentes escalas e hierarquias, desde o pequeno sino no campanário de uma capela ao carrilhão nas grandes torres de uma catedral (Brash, 1860).

Nail Atkinson, no seu artigo "The Republic of Sound: Listening to

Florence at the Threshold of the Renaissance”, conclui que, na época renascentista, o som dos sinos religiosos e civis pontuava, de manhã à noite, a vida da cidade. O bronze do sino produziu, até à cidade industrial, o som mais alto ao alcance do homem.

função social

A sua principal função tem um carácter espacial: a capacidade de envolver as pessoas numa paisagem sonora colectiva, criando e mantendo uma linguagem comum, à medida que “coreografava os teatros” do dia-a-dia destas comunidades (Atkinson, 2013; 70). É uma característica europeia já que as sociedades pré-modernas estavam intimamente ligadas aos sinos das suas cidades, assim como estes as ancoravam a um espaço urbanizado. A sua importância era tal que foram objeto de várias normas governativas, sendo a sua localização e utilização uma constante preocupação para a sucessão de governos populares. No caso florentino assiste-se por essa altura a um complexo e concertado diálogo entre os sinos civis e religiosos, ditando ora o chamamento para assembleia numa das suas praças, ora o momento da oração ou missa.

o poder da
ferramenta
comunicativa

Importa reter que, previamente às formas de comunicação modernas, o sino, quer civil quer religioso, era dos meios de disseminação de mensagens mais rápida e eficaz do meio urbano cuja apreensão era direta e transversal a estratos sociais. A influência que este instrumento conferia a quem o controlava foi de tamanha importância que é usado numa manobra de tomada da cidade de Florença pela comunidade Ciompi, que reverte o léxico sonoro em seu favor e reúne a revolta em frente ao palácio florentino (Atkinson, 2013). O *Liberty Bell* é talvez o caso mais célebre de um sino tornado ícone, aquando da convocatória para a leitura da Declaração de Independência após a Revolução Americana.

vestígios
portugueses

Numa recente plataforma da internet (<http://somedossinos.com.br/>) estão disponibilizados sons, fotografias e vídeos documentando o impacto e a gramática sonora dos sinos de cidades brasileiras, uma delas São João Del-Rei, “a cidade onde os sinos falam”, em Minas Gerais, ponto de emigração de várias gerações de minhotos durante o séc. XVIII do qual resultou um intercâmbio cultural e artístico enorme. Aqui é registado o impacto que esta forma de comunicação tinha sobre a população destas cidades com testemunhos de pessoas que, ainda no século XX, confiavam o ritmo do seu quotidiano aos sinais transmitidos pelo sino. A tarefa de anunciar as horas, a vida ou a morte também era suportada por este meio sonoro e, nesse sentido, representava um foco de informação constante e central da vida urbana.

A torre no espaço

torres
bracarenses

As torres sineiras bracarenses dominam, em finais do século XVIII, a paisagem da cidade, uma vez que a sua verticalidade se acentua em relação ao restante corpo urbano, reclamando uma posição de destaque. Não só marcam individualmente as construções religiosas que servem como, pela partilha de um plano superior, evidenciam a sua concentração, numa área delimitada. A exclusividade de marcar o espaço aéreo bracarense permaneceria até meados e finais do século XX.

No decorrer da nossa análise, identificam-se duas tipologias essenciais na relação da torre sineira com as igrejas bracarenses:

- **A primeira tipologia** é caracterizada pelo uso de duas torres nas extremidades laterais da fachada.

As Igrejas do Bom Jesus de Braga ou do Mosteiro de Tibães são, na metodologia adotada, complementares às conclusões que atendemos. Para o efeito deste trabalho, iremos apenas considerar aquelas que se encontram no núcleo urbano bracarense para entender o seu papel individual mas sobretudo colectivo. **PRANCHA 4.1. - Livro II.**

a dupla torre

O primeiro exemplar deste género é a Sé Catedral, de incomparável imponência no comumente chamado mapa de Georg Braun, de 1594 (Neste mapa são visíveis outras duas estruturas verticais em edifícios religiosos: no Convento dos Remédios e na antiga Igreja de Nossa Senhora a Branca), e um marco na história da torre de igreja em Braga. Obra românica, a anterior capela transforma-se, no séc. XII em igreja fortaleza de espessos muros e torreada, por contribuição de D. Henrique e D. Teresa (Costa, 1998). Em templos, voltaríamos a ver esta composição repercutida cinco séculos mais tarde na Igreja de Santa Cruz, chegando ao final do século XVIII com mais dois exemplares e um outro projetado.

exemplares
das torres na
fachada

A localização da Igreja de Santa Cruz foi definida em 1617 num lugar ocupado por uma antiga torre romana, e é, durante esse século, talvez o primeiro exemplar de uma torre sineira traseira. Em 1693 impõem-se obras de reforma da igreja, que incluíam a construção de duas torres fronteiras, com o mestre pedreiro Pascoal Fernandes arrematando a obra da primeira torre (visível no mapa de 1694), e o seu filho Manuel Fernandes da Silva terminando a segunda meses depois. Manuel Fernandes da Silva seria chamado mais tarde, em 1730, para novas obras na fachada mas o contrato é rescindido pela mesa da Irmandade dois anos após (Rocha, 1996). O engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos é convidado a pensar um novo projeto que acaba por não satisfazer a ambição da Irmandade. É apenas em 1735, com projeto do pintor italiano Carlos Leone, que esta demanda termina e finalmente se lava a obra como se encontra hoje, com torres fronteiras simétricas (Costa, 1982).

A monumentalidade das igrejas de dupla torre à fachada.



(Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

exemplares
das torres na
fachada

Segue-se a Igreja dos Congregados. Apesar do projeto e obra inicial da igreja, de 1703, ser da autoria de Manuel Fernandes da Silva, é em 1750 com André Soares são desenhadas as duas torres na fachada (Oliveira & Silva, 2015; Rocha, 1996). Este projeto seria parcialmente concluído por Paulo Vidal entre 1761 e 1765, deixando a torre oeste por concluir até 1964.

Por fim, a seiscentista igreja do convento do Pópulo, que já tinha uma torre traseira, recebe, em 1780, obras de reforma na fachada segundo projeto do engenheiro Carlos Amarante (Velooso & Soares, 2001). Em 1786, o mesmo autor desenha nova fachada com duas torres para a Igreja de São João de São Marcos (Oliveira, 1994).

- **A segunda tipologia** é composta pelas Igrejas cuja torre sineira se localiza na parte posterior do seu corpo. A concentração de vários exemplares é particular de Braga, podendo falar-se de uma tendência construtiva. Deste grupo pode-se ainda distinguir uma intenção maioritária de alinhamento axial da torre com a nave da igreja e outra de posição deslocada do eixo.

torre posterior

Deste lote, Santa Cruz é possivelmente o primeiro exemplar conhecido (Rocha, 1996); não estando, no entanto, este facto confirmado.

Assim sendo, é na Igreja do Pópulo que se reconhece a obra mais antiga deste tipo, ainda hoje observável. A data em concreto da sua execução não se conhece mas será posterior à conclusão da igreja e convento, em 1621, e anterior ao final do séc. XVII (verifica-se que já surge no mapa de 1694). A construção é contemporânea da de Santa Cruz e poderá inclusive ser anterior como defendido por alguns (Velooso & Soares, 2001).

Seguem-se, cronologicamente, os restantes exemplares construídos ao longo de século e meio (Oliveira, 1999; Rocha, 2013):

• **1691** – Igreja de S. Victor. Construção da torre sineira por Pascoal Fernandes.

• **1723** - A Igreja da Ordem dos Terceiros. Projeto da torre sineira traseira por Manuel Fernandes da Silva e obra de Domingos Gonçalves Saganho.

• **1742** – Igreja de S. Vicente. Construção da Torre Sineira traseira por José Ribeiro Lago.

• **1742**- Igreja de S. Vitor. Construção da Torre Sineira traseira por José Ribeiro Lago.

• **1743** – Igreja de Nossa Senhora a Branca. Sofre obras na capela-mor e sacristia pelos mestres pedreiros João Costa e José Ribeiro Lago. Possível edificação da torre traseira.

• **1771** – Igreja da Lapa. Construção da torre sineira.

• **1795** – Igreja de Maximinos. Construção torre traseira.

• **1805** – Capela de S. Sebastião. Conclusão da torre sineira por Domingos de Pereira.

Os enfiamentos visuais são dominados pela marcação vertical do edificado religioso.



(Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

Constituições Sinodais do Porto e Braga

Porto

“Os sinos e campanário, ou torre, são também requisito necessário para a perfeição dos Templos, por tanto os deve aver em todas as Igrejas, e na nossa Sê Cathedral serão sete, ou ao menos sinco, e na collegiada ao menos três de diferente grandeza, e som, de que resulte boa consonância, para elles se fazerem sinais devidos, segundo a diversidade dos officios Divinos; e nas outras Igrejas Parochiais dos lugares grandes poderá aver também os ditos três sinos, e necessariamente averá ao menos dous, excepto se forem tão pobres, que os não possam ter, porque neste caso se permitirá, que haja somente hum, que bem possa ser ouvido em toda, ou na maior parte da freguesia ()

E nas igrejas em que houver possibilidade, se porão os sinos em torre quadrada, que se edificara junto, ou contigua à igreja, à mão direita dos que

entrão pela porta principal, e nas que a não houver, se porão na mesma parte em campanários sobre a parede da Igreja” (Constituições Sinodais do Porto, 1690, p.368 in Rocha, 2013).

Braga

“Ordenamos, e mandamos que cada huma das Igrejas, em que se houverem de ministrar os Santos Sacramentos, seja tão capaz, que caibão nella commodamente todos os freguezes que houver, e que seja bem emmadeirada, telhada, forrada, e guarnecida por dentro e também por fora, senão for de pedraria, e muito chã, e igual, sem altibaxos, e com luz bastante. () terá campanario, e sino, e adro demarcado, e cerrado, em que não possam entrar os animais.”(Constituições Sinodais de Braga, 1697, pp. 320-321 in Rocha, 2013)

• **1830** – Igreja de S. Lázaro. Levanta-se a torre traseira.

A partir do artigo “Arquitetura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade” de Manuel Rocha, pode-se entender as diretivas instauradas nas Constituições Sinodais do Porto e Braga. Esta informação, de significativa relevância, ajuda a perceber a forma quadrada da planta das torres e a sua presença em todos os templos, não esclarecendo, contudo, o seu posicionamento. Compreende-se também que, por esta altura, o sino torna-se um requisito indispensável na composição da igreja.

motivações
desconhecidas
da torre traseira

As influências ou motivações para a definição da segunda tipologia de torres (como definido neste trabalho) são, até agora, pouco esclarecedoras. No artigo já mencionado, de Manuel Rocha, a origem da torre traseira trata-se de um desenvolvimento de tipologia regional influenciada por uma cultura artística internacional, comunicada pela tratadística arquitetónica de Serlio e Borromeu.

exemplares
regionais fora da
cidade

Além de Braga, outras localidades dentro do seu Arciprestado, evidenciam a disseminação deste modelo. Dos templos existentes que se enquadram nesta tipologia (alguns já enunciados no trabalho de Manuel Rocha), destacam-se nomeadamente: Igreja de Soutelo, Vila Verde; Igreja de Santo António da Torre Velha, Ponte de Lima; Igreja do Bom Jesus de Fão; Igreja de São Paio de Merelim; Capela de Nossa Senhora da Agonia, Viana do Castelo. Da série de exemplos sucedâneos, o mais célebre é a Igreja dos Clérigos, da autoria de Nicolau Nasoni, ultrapassando a notoriedade dos casos bracarenses. Este ícone da cidade portuense, não tem esclarecida ainda a localização da torre posterior, especulando-se que é o resultado de uma série de constrangimentos da obra, como o facto de ser feita em terrenos doados posteriormente à construção da igreja (Lopes & Queirós, 2013).

A este respeito, a explicação de Germain Bazin (a propósito de uma visita a Braga) sobre a Igreja de S. Vicente, é a que oferece um entendimento mais amplo:

possível razão
da colocação
posterior

“Para libertar completamente a frente da igreja que conceberam como um quadro esculpido, os arquitectos bracarenses do fim do século XVII, conceberam de uma maneira elegante, o problema das torres sineiras (que colocada [uma só] na frente ficava [a fachada] assimétrica), colocando-a na extremidade oriental da igreja (nas igrejas cujas fachadas, obedecendo aos cânones se orientavam para Ocidente – casos de São Victor, Senhora-a-Branca, Pópulo (a torre velha), São Sebastião, Terceiros, Lapa, etc. – junto da sacristia como prolongamento da Capela-mor (...); resultando um alongamento do plano que acentua mais progressão decrescente dos volumes e que dão a estes monumentos proporções graciosas, em aparece já o génio da elegância da arte portuguesa que surgiu no século seguinte (o barroco nacional)”(BAZIN, Germain. Discours Preliminaires, ou Tableau de L’Histoire de *Églisé*, pg. 432 in Costa, 1999).

ÍNDICE DA COMUNICAÇÃO — ‘O acontecimento Comunicativo’. Entidade A que veicula a mensagem e transmite informações sobre a mensagem B

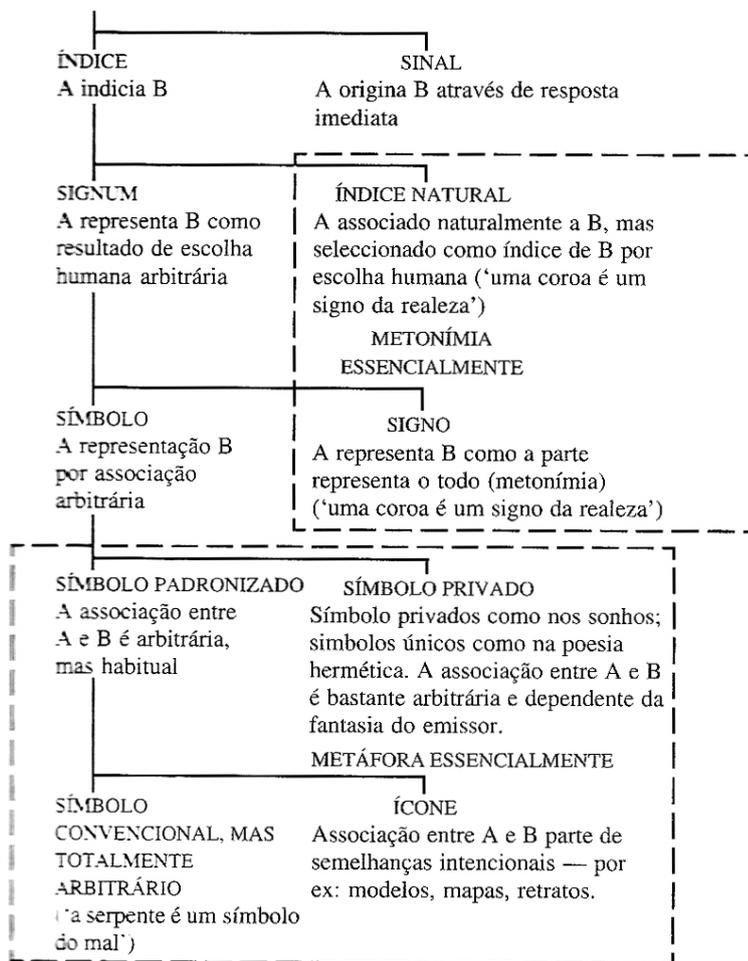


Fig. 1

Diagrama retirado de Leach, 1992;23

3.2. ARQUEOLOGIA DA FORMA

O objeto: atribuir sentido

Para um olhar menos atento, a torre sineira, ou simplesmente “a torre”, pouco revela além da posição da igreja. O caso bracarense, pela profusão desses exemplares de tipologia tão excepcional, destaca-se uma lógica posicional para a qual poucas explicações são apresentadas, a curiosidade estimula uma tentativa de compreensão mais profunda sobre a história deste elemento. Deste modo, para proceder cuidadosamente à compreensão desta forma, foi necessário primeiro reunir ferramentas que capacitassen esse processo.

O primeiro passo deste caminho é definido pela utilização de técnicas de análise próprias aos meios de comunicação, redirecionando a perspetiva linguística para um conteúdo arquitetónico. Daqui pretendemos entender como se atribui sentido aos elementos urbanos.

semiologia do
objeto

Em “A Aventura Semiológica”, de Roland Barthes, há dois textos, que se reconhecem importantes para o entendimento de uma possível semiologia urbana. O ponto de partida decorre dos conceitos de uma disciplina comunicativa – a linguagem – que darão o mote para o estabelecimento de um léxico urbano. Começa-se com a atribuição de sentido aos objetos e, posteriormente, estende-se este tipo de aproximação ao edifício.

Considera-se que um objeto, à primeira vista, informa a sua **função**, isto é, “para que serve”. Uma cadeira indica que nos podemos sentar nela, um edifício que podemos entrar (a função primordial do abrigo, a distinção entre interior e exterior). No entanto, há outras leituras implícitas nos objetos.

“a comunicação humana concretiza-se por meio de ações expressivas como sinais, signos e símbolos.” (Leach, 1992; 20).

meios de
comunicações

Esta é a diferença na capacidade dos objetos comunicarem ou significarem, sendo que, por norma, o signo acaba por se tornar a expressão da função do objeto e o símbolo é sempre o significante de um significado, isto é, carrega sempre uma relação não imediata (Barthes, 1987).

O signo apresenta uma inter-relação metonímica; o símbolo

relaciona-se metaforicamente. Apesar da aparente complexidade, Edmund Leach oferece um exemplo prático de fácil compreensão: ao usar a palavra *porco* para nos referirmos ao grupo de animais de certa espécie, estamos a empregar um signo, no entanto, se a usarmos para descrever uma pessoa estamos a dar uma utilidade simbólica à palavra.

relação signo/
símbolo

Adicionalmente, os signos e símbolos apresentam-se agrupadamente, ou seja, só são providos de sentido se inseridos num conjunto coerente e organizado - "os signos não surgem isolados; um signo faz sempre parte de um conjunto de signos contrastantes, que funcionam num contexto cultural específico; um signo só transmite informações quando se associa a outros signos e símbolos do mesmo contexto" (Leach, 1992; 25). Exemplo disto são os idiomas, ou, no contexto dos objetos ou imagens - um universo vasto de linguagens - como o código da estrada, nas diferentes linhas e traços de um desenho técnico. O vermelho e verde, quando vistos da perspectiva de um condutor, informam quando se deve parar ou passar; as mesmas cores para adeptos de futebol definem as equipas por eles apoiadas.

emissor e
recetor

Estas atribuições dependem tanto do contexto a que estão associadas como de quem as está a ler. A mensagem ou informação subjacente ao objeto varia: "o objeto é polissémico" (Barthes, 1987). As suas leituras variam entre as diferentes camadas de léxicos a que estão associadas, face a um objeto há inúmeras possibilidades de leitura e isto é verdade numa só pessoa ou em diferentes pessoas, pois dependem do suporte cultural que o indivíduo dispõe e da mensagem impressa por quem o criou. "Existe a mensagem codificada pelo emissor e decodificada pelo recetor" (Leach, 1992; 22). Por isso, um objeto pode estar sempre sujeito a várias interpretações.

Kevin Lynch, no estudo das cidades modernas, oferece um entendimento mais profundo através do estabelecimento da existência de elementos fortes e elementos neutros. É esta diferença que pauta uma espécie de ritmo da cidade, gerando imagens mentais passíveis de serem entendidas.

a forma e o
conteúdo

A função visual tem, sem dúvida, um forte peso nesta caracterização dos elementos de uma cidade, ou seja, a sua capacidade de ser um "elemento marcante" depende muito da expressão da sua forma e da sua relação com o contexto. No entedimento de Lynch, esta função faz ainda mais sentido quando vista pela capacidade de orientação, localização e reconhecimento por parte dos habitantes, ligada principalmente ao seu destaque visual e resultante da relação de contraste com a envolvente.

Os objetos urbanos podem ser caracterizados e lidos pelo seu valor simbólico. "A partir do momento em que uma história, um sinal ou um significado se liga a um objeto, o seu valor como elemento marcante aumenta" (Lynch, 2016). O destaque de determinada forma ou edifício

“Solo cabe hablar de un inconsciente cuando es posible verificar la existência de contenidos del mismo. Los contenidos de lo inconsciente personal son en lo fundamental los llamados complejos de carga afectiva, que forman parte de la intimidad de la vida anímica. En cambio, a los contenidos de lo inconsciente colectivo los denominamos arquetipos.” (Jung, 1984; 10)

pode muito bem-estar assente na sua carga semântica: a história que conta, o uso, o seu estatuto cultural ou religioso (Barthes, 1987).

É justo afirmar que a relevância dos elementos urbanos deriva da sua expressão visual e da relação com o conjunto envolvente. Isto não impede, no entanto, que o seu impacto esteja sobretudo dependente de um valor obscuro ligado ao conteúdo significativo que pode assumir várias representações, de acordo com a “literacia” e contexto cultural do receptor.

O sujeito: apreensão do sentido

“Assim como uma planta produz flores, assim a psique cria os seus símbolos” (Jung, 2008; 64)

Definimos antes, o reconhecimento da carga semântica de um objeto, nomeadamente arquitetónico. O passo seguinte será perceber de que forma essa carga é percebida, isto é, quais são os processos de valor simbólico inerentes à mente humana e à cultura que a impregna.

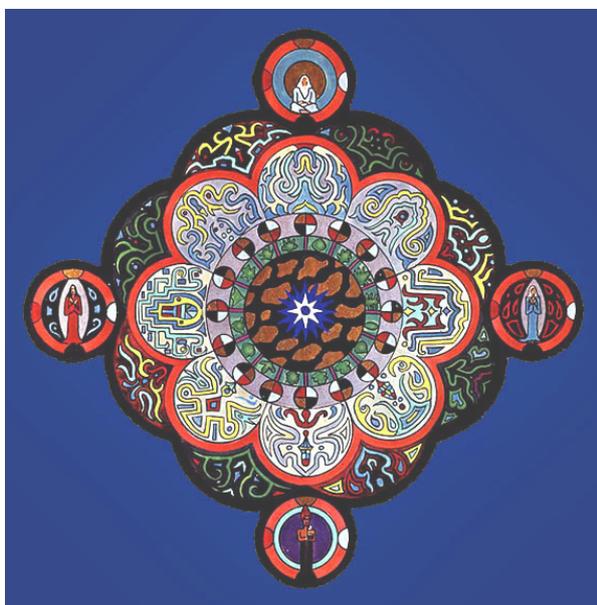
conteúdo
inconsciente

Para Freud, o inconsciente humano divide-se em duas grandes dimensões: a individual, que reflete as experiências pessoais; a coletiva, mais profunda em conteúdos e formas de comportamento, originando experiências transversais a toda a humanidade.

O termo **arquétipo** é recuperado por C.G. Jung, da expressão “archetypus” presente em vários textos da antiguidade. Embora alguns autores da modernidade, tais como Nietzsche, Adolf Bastian ou Sir James Frazer, tivessem analisado este conceito, é Jung que lhe atribui uma importância e densidade crucial à teoria que desenvolveu (Campbell, 2008). Fala das “representações coletivas” de Levy-Bruhl, como as imagens simbólicas da forma primitiva de ver o mundo (Jung, 1984). Também em Freud encontramos esta ideia, presente nos seus “resíduos arcaicos”: traços comportamentais nos indivíduos para os quais não há aparente explicação e que retratam um comportamento primitivo ou instintivo, assentes numa espécie de “herança do espírito humano”, uma descendência biológica da psique (Jung, 2008; 64). O facto de se tratarem de conteúdos submersos no inconsciente, indica que não foram processados conscientemente (Jung, 2008).

construção do
conceito de
arquétipo

A transformação de acontecimentos naturais como as estações, as fases da lua, a época de chuva, etc. em narrativas míticas são consideradas, por Jung alegorias das experiências reais que esses



Mandala desenhada por Carl Jung, Red Book
(Fonte: themandalapattern.wordpress.com)



Desenho aguarelado da planta da cidade - Golden Castle,
Red Book (Fonte: janeadamsart.files.wordpress.com)

"A planta-baixa em forma de mandala nunca foi, tanto na arquitectura clássica quanto na primitiva, ditada por considerações estéticas ou económicas. Era a transformação da cidade em uma imagem ordenada do Cosmos, um lugar sagrado ligado pelo seu centro ao "outro" mundo. E esta transformação estava conforme os sentimentos e necessidades vitais do homem religioso. Toda a construção, religiosa ou secular, baseada no plano de uma mandala. É uma projeção da imagem arquetípica do interior do inconsciente humano sobre o mundo exterior. A cidade, a fortaleza e o templo tornam-se símbolos da unidade psíquica e, assim, exercem sobre o ser humano que entra ou que vive naquele lugar." (JUNG, 2008; 243)

"Dream is the personalized myth, myth the depersonalized dream; both myth and dream are symbolic in the same general way of the dynamics of the psyche. But in the dream the forms are quirked by the peculiar troubles of the dreamer, whereas in myth the problems and solutions are directly valid for all mankind" (CAMPBELL, 2008; 14).

fenómenos provocam. Estas histórias universais, não devem, no entanto, ser confundidas com experiências individuais.

Os arquétipos são, assim, a matéria criadora e criada dos sonhos universais que, por sua vez, se manifestam na cultura através dos rituais, da mitologia, das imagens sagradas.

sonho e mito

No campo da psicologia esta definição acompanha a descoberta do paralelo entre a natureza do sonho e a do mito. Os meios de ação humana estão inscritos no seu inconsciente, que se revela através de uma mitologia própria, decodificável pelo reconhecimento dos seus padrões. Embora o inconsciente seja o fornecedor destas imagens simbólicas e partilhem a mesma linguagem, as histórias mitológicas são a produção consciente e aperfeiçoada, por milénios, de um contexto cultural poderoso em conteúdos metafóricos que carrega narrativas vitais para o funcionamento e autoreconhecimento da sociedade (Campbell, 2008).

A mensagem: conteúdo do sentido

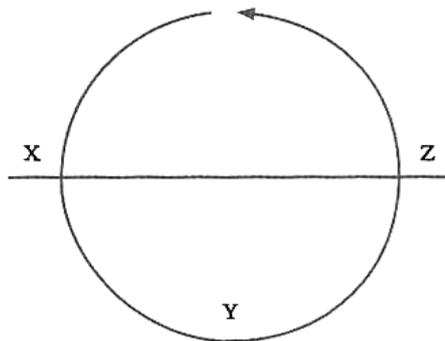
"It has always been the prime function of mythology and rite to supply the symbols that carry the human spirit forward"(Campbell, 2008; 7)

função do mito
arquético

Jordan B. Peterson, professor de psicologia da Universidade de Toronto, investiga nos dias de hoje a relevância destas imagens arquetípicas na formação da personalidade do homem. De acordo com o seu livro "Maps of Meaning: The Architecture of Belief" e com as várias palestras disponíveis em plataformas digitais, a força destes arquétipos é tal, que a sua ausência provoca défices elevados na integração de uma pessoa na sociedade. Na sua interpretação do trabalho de Nietzsche ou Jung, a base da sociedade atual, pautada por uma batuta de racionalismo e empirismo, é assente num referencial religioso - do qual derivam todos os campos de conhecimento - que uma vez removido, o indivíduo perder-se-á. Peterson considera ser este o papel das histórias universais: ensaiar formas de atuar sobre o mundo.

As narrativas míticas providenciam instruções, embora codificadas, tal como um guia de viagem ou um mapa em que, para o entendermos na totalidade, devemos antes dominar a sua linguagem, o conteúdo das suas representações, a gramática através da qual se expressa.

O domínio dos **arquétipos**, especialmente do mito da superação espiritual, aplica-se facilmente ao plano físico: a peregrinação é um modelo



A hero ventures forth from the world of common day into a region of supernatural wonder (x); fabulous forces are there encountered and a decisive victory is won (y); the hero comes back from this mysterious adventure with the power to bestow boons on his fellow man (z).

Diagrama resumindo a *Viagem do Herói* (in Campbell, 2008)

Em "The Hero with a Thousand Faces", Joseph Campbell põe em evidência o mito arquetípico humano por excelência – o monomito do herói. Os padrões encontrados nas histórias míticas, fábulas, contos ou aventuras épicas são encontrados também nos grandes líderes espirituais das diferentes religiões e civilizações: Hórus, Jesus Cristo, Buddha, Maomé. Joseph Campbell, entre as muitas variantes do monomito, define três importantes momentos no percurso destas personagens.

Separation – Initiation – Return

Esta estrutura representa um modelo cuja disseminação comprova a sua eficácia marcando os pontos determinantes para a construção do indivíduo. São modelos de comportamento a adotar perante os momentos charneira das nossas vidas – servem de exemplo e alerta para as dificuldades que surgirão – de forma a sermos o herói da nossa aventura individual.

"Christ "was, as it were, roasted and slowly baked to save us," Jean Barthélemy wrote consolingly in *Le Livre de Crainte Amoureuse*. Such an earthy, homey image made the Crucifixion a comprehensible experience in terms of daily life. Rather than Christ the King, people identified with "the suffering Christ, the Christ of the Passion. The Crucifixion was increasingly portrayed, and increasingly realistic". This movement of passionate identification with Christ's bodily suffering was known as the "Imitation of Christ," just because Christ's sorrows seemed imitated by the human body's sufferings. This was no casual figure of speech. The image of imitation stood directly opposed to Origen's conviction that Christ's body is alien to our own. St. Francis of Assisi told his parishioners that if they thought about their everyday experience, their own sensations, the world around them, they would realize what God is. Theologically, St. Francis recovered Nature for Christianity: God is in the world, God is Flesh as well as Light." (Sennet, 1994; 161)

"it becomes apparent that the purpose and actual effect of these was to conduct people across those difficult thresholds of transformation that demand a change in the patterns not only of conscious but also of unconscious life. The so-called rites of passage, which occupy such a prominent place in the life of a primitive society (ceremonials of birth, naming, puberty, marriage, burial, etc.) are distinguished by formal, and usually very severe, exercises of severance, whereby the mind is radically cut away from the attitudes, attachments, and life patterns of the stage being left behind." (Campbell, 1949; 6)

a importância
do ritual na
transmissão
do conteúdo
inconsciente

de “aventura” adaptado à religião e vivido intensamente que garante no mínimo a possibilidade de superação física. O monomito é a viagem interior estimulada por fatores de uma realidade externa, é o objectivo final – o esclarecimento espiritual - atingido por uma multiplicidade de meios (o conteúdo define a forma); a peregrinação é a utilização desse modelo pré-determinado para a possível obtenção desse fim (a forma providencia o conteúdo).

O ritual é, pois, o espaço temporal de acesso ao tempo mítico – a “abolição do tempo profano e a projecção do homem no tempo mítico” (Eliade, 1969; 50). O acesso a este tempo sagrado, onde reside a matéria produzida pelo inconsciente, é assegurado no espaço ritual ou na peregrinação a locais sacralizados.

função ritual

Estes portais de transformação, de um estágio da vida para outro, manifestam-se por ritos de preparação. A sua função é preparar a comunidade para o que irá acontecer. Seja a chegada do inverno ou a passagem para a vida adulta, a sua função é revelar a verdade organizando-a de forma a que os nossos sentidos e processos mentais a compreendam. No entanto, se a forma se prolonga no tempo sem que o seu conteúdo permaneça compreensível, isto é, se o contexto cultural é alterado e os meios perderem relevância simbólica, a comunidade, tal como se representava a si própria, desintegra-se pela ausência de um referencial que estructure o seu corpus social.

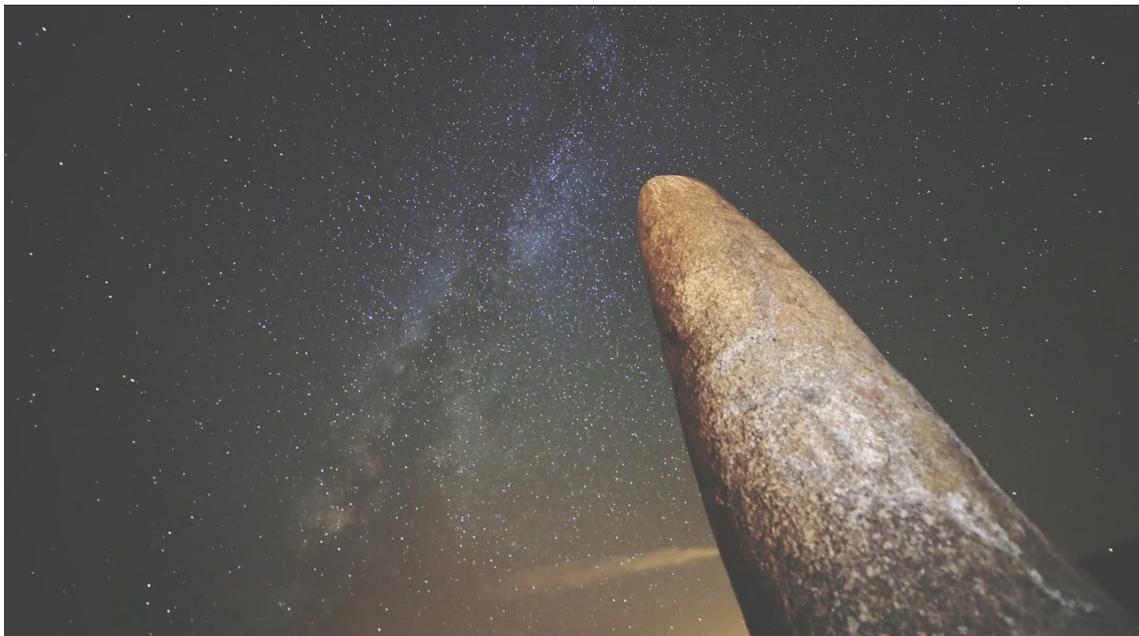
A forma: expressão do sentido

É à luz deste quadro interpretativo que a morfologia intrínseca da torre será estudada. Faz sentido, portanto, recuar às manifestações mais arcaicas da forma - que passa a objeto assim que o homem o usa - verticalmente imposto sobre o espaço.

O período do Megalitismo (4500 - 2500 a.C.), de grande expressão no território português, é caracterizado por estruturas compostas de grandes pedras normalmente relacionadas com o uso ritual ou funerário - os menires e as antas.

valor espiritual
das construções

As suas manifestações assumem abordagens diferentes e variações regionais que lançam dúvidas sobre “uma” forma de fazer difundida. Contudo, pode-se inferir que ao utilizar meios semelhantes determinam aquilo que pode ser uma espécie de “religião comum” - uma espiritualidade megalítica. Estas construções verticais perpetuaram-se por cerca de dois milénios, contendo “*fortíssimas determinantes de natureza mágico-religiosa*” (Pereira, 2004).



Excertos do filme "O Império da Pedra", de João Abecasis, focando os vestígios megalíticos alentejanos.

o Menir

Os **menires** são “pedras de diversas dimensões fincadas no chão, umas vezes rudes ou aproveitadas, outras vezes aperfeiçoadas. Podem encontrar-se isoladas ou associadas entre si formando alinhamentos e cromeleques (recintos)” (Pereira, 2004; 66). Men (Pedra) + hir (grande) compõe o que Paulo Pereira chama de um “monumento urânico, isto é, celeste”, por oposição ao cariz “ctónico” das antas, que reforçam a ligação terrestre à matéria criadora. O menir estabelece uma conexão com o campo celeste, apontada por muitas inscrições com motivos solares, sem dúvida das primeiras representações do **axis-mundi** – a preocupação humana em relacionar o Céu e a Terra (Chevalier & Gheerbrant, 1994).

forma e função

A sua forma parece reflectir o mito da montanha ou colina sagrada, uma estrutura artificial que imita uma característica topográfica que incorpora propriedades sagradas. Esta ação garante eficazmente uma relação territorial de transformação da paisagem que passa a integrar os seus componentes espirituais. “O menir corresponde do ponto de vista fenomenológico, um dos impulsos mais elementares – mas fortemente expressivo – do homem: criar um *lugar*, num espaço antes indiferenciado” (Pereira, 2004; 138). Nos documentos medievais, vem várias vezes descrito como **marco**, um ponto de referência na área que circunscreve, ou seja, incorpora uma capacidade sinalética – podendo servir como as estelas-menir ou estátuas-menir de carácter antropomórfico para sinalizar a personagem dominante.

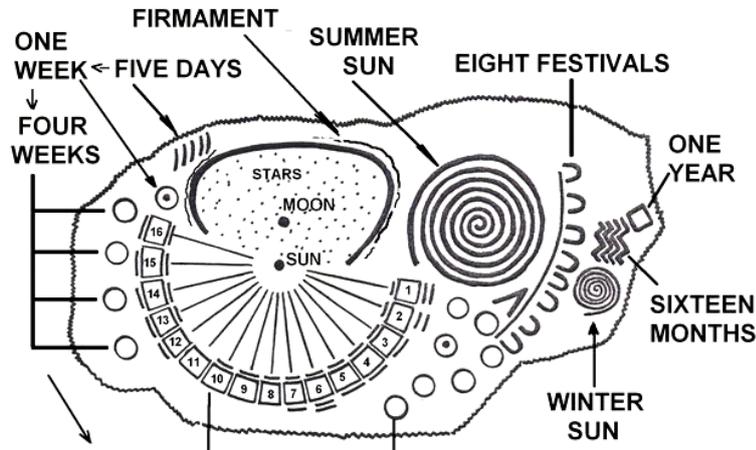
orientação e alinhamentos

A orientação destas estruturas revela intencionalidade na relação com a paisagem. Muitos dos dólmenes, em particular no Alentejo, apresentam uma orientação predominantemente a nascente. O alinhamento em função do nascer do sol, reforça a ideia do renascimento, da vitalidade conferida pela exposição solar.

Os alinhamentos de menires apresentam ainda algumas incertezas quanto à sua formação. A organização oval dos cromeleques circunscreve um recinto, a estrutura centralizada de um espaço sagrado. Outros alinhamentos retilíneos constituem autênticas “avenidas”, como é o caso de Carnac na Bretanha. Estas direções podem informar localizações, novos pontos de centralidade e concentração, pontos focais de culto, ou estruturas sepulcrais mais antigas. A sua colocação isolada serve funções orientadoras, normalmente com uma área “limpa” em redor, sendo um marco territorial.

relação com os

A arqueoastronomia procura estabelecer paralelos no estudo da orientação do espaço, arquitetura, religião e o estudo da astronomia antiga. Neste capítulo, Stonehenge é um dos primeiros casos documentados. O reverendo William Stukeley publica, em 1740, uma obra que demonstra a orientação do templo em função da posição dos astros, proposta essa mais tarde confirmada num trabalho de 1906 por Sir Noman Lockyer que aponta também o alinhamento com outros monumentos na marcação do



Calendário astral gravado na pedra SE4 de um dólmen em Knowth (fonte: www.knowth.com e i.pinimg.com)

"Mesmo do outro lado do mundo, entre os maias, os peruanos e os astecas, encontramos, no período pré-colombiano, instituições e hábitos de vida semelhantes, incorporados em estruturas semelhantes, associados a mitos, ideologias, observações científicas, costumes e cerimônias semelhantes, e até pressões e tormentos psicológicos semelhantes. Como por muito tempo se sustentou que a imigração para o Novo Mundo cessou uns dez ou doze mil anos atrás, essa similaridade levanta uma pergunta importante: é a cidade uma habitação natural, como a concha de um caracol, ou um artefato humano deliberado, uma invenção específica que passou a existir ao mesmo tempo em diversos lugares, sob a influência das convicções ideológicas urbanas e das pressões econômicas? Certa predisposição aborígine para a vida social, mesmo para a fixação do grupo, talvez possa caracterizar a espécie humana; mas poderia tal tendência fazer com que o homem produzisse em toda parte a cidade, de forma tão inevitável como a aranha produz sua teia? Poderiam as mesmas disposições que deram ao campo ou à pequena povoação uma disposição planetária igualmente explicar um complexo natural multifacetado, tal como a cidade?" (Mumford, 1998; 104)

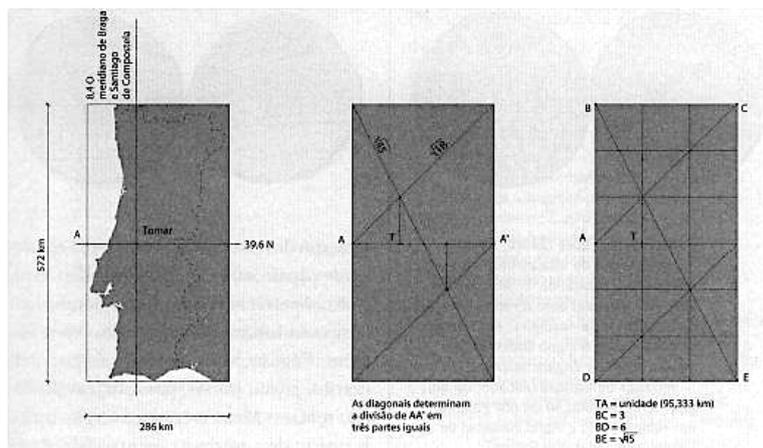
nascer do sol solsticial. (Pereira, 2004).

O conhecimento astronómico do período megalítico é comprovado pelo magnífico calendário astral inscrito na pedra SE4 de um dólmen em Knowth, registando as diferentes posições do Sol ao longo do ano.

Ley Lines

Ley lines, é o termo cunhado por Alfred Watkins, para determinar a posição de elementos artificiais, de diferentes materiais (pedras, estradas, árvores, caminhos, etc.) compondo uma série de linhas harmonizando a ocupação do terreno ou informando a posição dos astros. Esta teoria foi inicialmente desacreditada devido à imprecisão e casuística dos sistemas propostos. Mas pouco e pouco foi tomando o seu lugar no meio científico chegando-se a provar com precisão geométrica a relação do posicionamento de diferentes monumentos com posições astrais de relevância, como o pôr e nascer do Sol e Lua em momentos marcantes do ano, como revelam os estudos de Alexander Thom e Gerald Hawkins (Pereira, 2004). Não só é a prova de um conhecimento astral profundo como da afirmação do domínio e ascendência do homem sobre a natureza através da marcação do território.

A impressionante quantidade de informações que estas estruturas veículam convida-nos a refletir sobre a sofisticação cultural dos seus construtores. Face a isto, uma posição ingénuo relativamente à sua origem é impossível pelo modo como, desde os tempos mais recuados, as estruturas mágico-religiosas interagem com a paisagem, modelando a sua leitura.

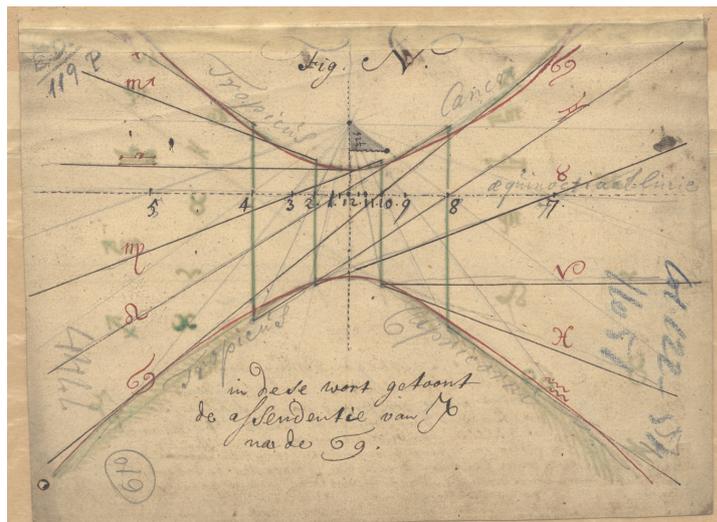


Geografia Sagrada da Península Ibérica e de Portugal de acordo com Paulo Pereira (in Pereira, 2009)

A interpretação do território de acordo com a matriz celeste tem raízes profundas. Os astros, constelações e signos zodiacais são pontos referenciais para a compreensão do espaço providenciando guias de orientação e localização. A imposição do sistema radial de dispersão dos 12 signos - o dodecapolos de Paulo Pereira (os doze pólos) acima representado - sobre a Península Ibérica é disso exemplo. Nos séculos XVII e XVIII, a gramática da Astronomia e Astrologia serve também à Geografia, providenciando um referencial comum que facilitasse a leitura das suas cartas.



Tratado da Esfera - (1695?) - [1], 155, f. [156-158], [4] f., enc. - muito il. ; 15 cm (Fonte: purl.pt)



Traçado de linhas de carta geográfica (c. 1700) - 1 desenho - tinta bistre e verde ; 16x21,9 cm (Fonte: purl.pt)

3.3. SACRALIZAÇÃO

Harmonizar e fundar

“Conhece-se a necessidade que o homem sentiu de harmonizar os seus lugares sagrados - as suas arquitecturas sagradas - com o cosmo, fazendo-os respeitar as direcções do mundo, os doze signos zodiacais, os quatro ventos, ou as constelações principais do céu, instituindo cada um desses lugares como centro.” (Pereira, 2009; 49).

do celeste para
o terrestre

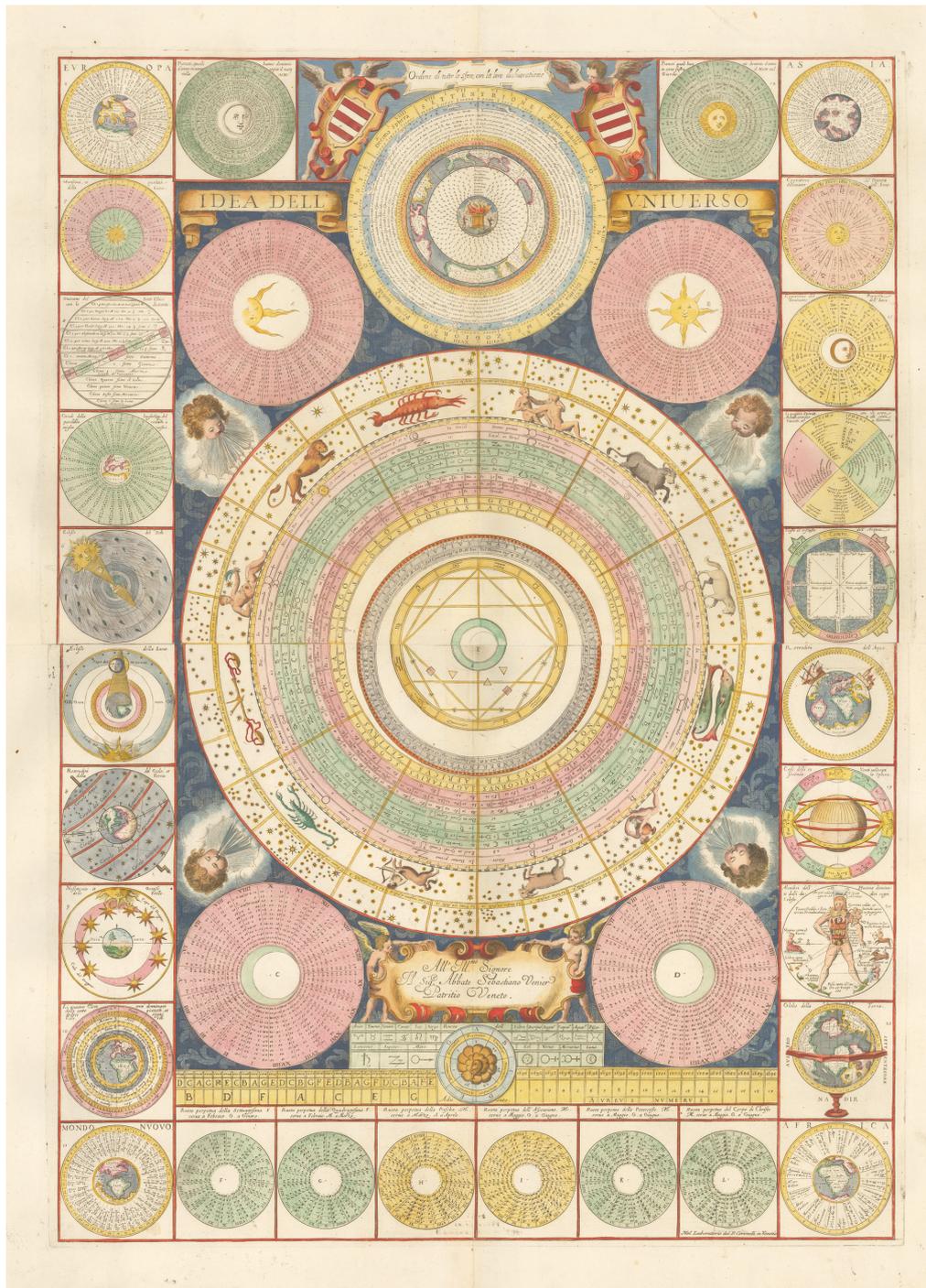
Esta necessidade de relação do plano terrestre com o plano celeste é surpreendente pela riqueza de exemplos de diferentes épocas, civilizações e locais. Crê-se que a determinação de uma *geografia sagrada* tem, pelo menos, manifestações desde o período neolítico - como é o caso do aparente “centro regional” do Cromeleque dos Almendres, em Évora. Mircea Eliade refere que esta afirmação é igualmente verdadeira para os povos altaicos, sumérios, egípcios e iranianos de tradição cosmológica zervanita em que “qualquer virtude praticada na terra, no *gêtâh*, possui uma contrapartida celeste que representa a verdadeira realidade...” (Eliade, 1969; 21).

12 direcções

O reconhecimento da ordem astral é herdeiro de uma linhagem civilizacional com origem nos povos babilónicos, a quem é creditada a invenção do zodíaco. Segundo Paulo Pereira, os gregos definem uma estrutura zodiacal como matriz da implantação de muitas das suas cidades, partindo de “centros espirituais” de grande ressonância numa organização por “dodecapolos” - alinhamentos determinados segundo os 12 signos do zodíaco, que privilegiam os eixos dos equinócios e dos solstícios, e atribuem as características dos signos aos lugares fundados. “O mundo, o território, ficava irrefragavelmente ligado à visão celeste ou ao céu e era entendido como um todo, dividido por “casas” presididas pelos signos zodiacais - quer na perspectiva estritamente lunissolar (diária e mensal), quer na perspectiva “anual”, quer na perspectiva cíclica das eras.” (Pereira, 2009; 53).

Geografia
Sagrada

Crê-se que esta forma de fazer - a irradiação do dodecapolos - entretanto afinada a prática concreta, foi perpetuada até ao cristianismo dos tempos modernos, pelo menos até ao século XVIII. Encontram-se correspondências não só na península ibérica, como posteriormente no território lusitano. O centro geodésico aproximado tem o seu equivalente espiritual em Toledo, um dos centros espirituais mais antigos e rival de Braga na disputa pelo título de Primaz das Hespanhas. À mesma latitude



Vincenzo Maria Coronelli: Idea Dell' Universo. Veneza (ca. 1690). (Fonte: www.raremaps.com)

“Coronelli’s Idea of the Universe. Decorative example of Coronelli’s 2-sheet Cosmographical Chart, published in Venice. Magnificent celestial chart representing the major astronomical and astrological theories from classical times to the end of the 17th century. The central engraving is a large celestial planisphere incorporating the rotations of the planets and signs of the zodiac, which is surrounded by 4 blowing windheads and 5 planetary diagrams. The subjects include a perpetual calendar, the zodiac, the parts of the body dominated by each zodiac sign, the theories of eclipses and a cross-section of the Earth including the various circles of Hell according to Dante’s Divine Comedy. The border is comprised of 28 smaller diagrams ranging from illustrations of solar and lunar eclipses and terrestrial maps to diagrams of astrological aspects and a chart indicating which zodiacal signs govern the various parts of the body. As a whole the engraving provides a spectacular visual compendium of astronomical and celestial theories.”

(informada pela utilização de um quadrante, astrolábio ou vara de Jacob) encontra-se a cidade de Tomar em Portugal, muito próxima do seu respetivo centro geodésico em Melriça, que por sua vez partilha o meridiano com Braga e Santiago de Compostela (Pereira, 2009).

sacralizar
refundando

Há uma forte vontade de replicar um ideal celeste, não só nas construções humanas, mas também de encontrar correspondência em determinados elementos naturais que povoam o plano terrestre, sendo que se acredita que os rios, as montanhas, os templos e as cidades descendem de um “protótipo” celeste. Ainda assim, há espaços desprovidos desta ligação - os espaços desertos ou incultos, os territórios ou mares inexplorados, normalmente habitados por monstros - que definem o **caos** que rodeia e antecede a **ordem** determinada pelo seu equivalente celestial. A sacralização ou “conquista” destas áreas profanas é conduzida através de rituais de imitação do primeiro ato: “a transformação do caos em Cosmos pelo ato divino da Criação” (Eliade, 1969; 24). Os descobridores portugueses, conquistando terras em nome da cristandade, fizeram uso de métodos semelhantes “batizando” as novas terras através do levantamento de uma cruz assim que chegados a um novo território. Esta materialização do sagrado constitui prova da sua dimensão celeste: a sua existência no mundo real é tanto representação como evidência do sagrado.

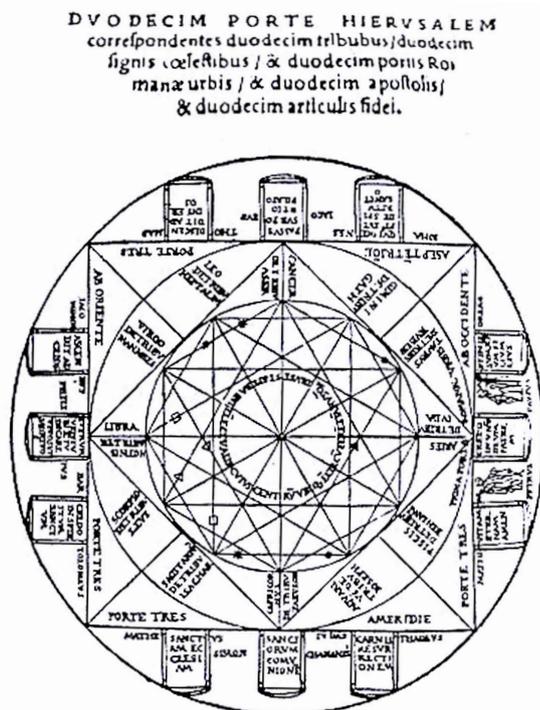
o gesto
fundador

A geomancia ocidental - que culturalmente encontra paralelos com o feng-shui chinês - procura um equilíbrio de energias entre os elementos naturais que caracterizam a paisagem e a construção humana, sem que uma afete a outra, e é, com certeza, um dos métodos de fundação das cidades dos povos proto-históricos europeus, assim como dos Árabes, Celtas, Gregos e Etruscos. Os romanos, herdeiros destas práticas, sendo os áugures e agrimensores os líderes do ritual que determinava o cardo e decumano, traçando no chão com um bastão curvo representando o mesmo que Rómulo usou aquando da fundação de Roma. Com a fixação dos eixos, que repetem a orientação da rosa-dos-ventos, definia-se o *mundus* e *templum* - o espaço sagrado por excelência - e, posteriormente, os limites da urbe, por norma de forma quadrada. Esta regra encontra-se vastamente disseminada nas sedes romanas da Península Ibérica, encontrando-se vestígios da centurição romana pelos seus territórios adjacentes, como é o caso de Braga (Oliveira, 2010). Esta forma de fazer, tem ecos nas implantações das cidades fortificadas “ex-novo” da Idade Média portuguesa e posteriormente no urbanismo regular do Renascimento. Apesar da base mística e performativa, estas ações sobre o território são dispositivos de uma racionalização extrema da paisagem e dos seus elementos, domesticando-os.

Há, seguramente, uma preocupação com que o ato fundador da cidade “repita” o gesto inicial da criação do universo e esteja em harmonia com o pré-existente - os elementos naturais terrenos que possuem características sagradas e o plano superior: as constelações, as



O Largo do Paço e o chafariz de D. Rodrigo de Moura Teles. Desenho aquarelado de George Vivian em Scenery of Portugal & Spain (1839). (Fonte: purl.pt).



Ideograma de Roma como Jerusalém de Matteo Selvaggio (1542). (in Corboz, 2001).

“O castelo, como símbolo do conhecimento serviu, indiscutivelmente, de pretexto para a organização da composição. Terá havido intencionalidade em exprimir a alegoria teresiana do castelo, com as sete moradas como sete níveis da oração individual, até se atingir a união mística entre o homem e Deus ao atingir-se a torre mais alta do castelo? Não podemos esquecer que na biblioteca de Moura Teles constavam imensos tratados místicos, entre os quais a Vida de S. Teresa(...) E se associarmos a leitura do chafariz uma orientação Apocalíptica? «E então veio um dos sete anjos (...). Levou-me em espírito a um grande e alto monte. e mostrou-me a cidade Santa Jerusalém». Essa cidade tinha uma muralha com doze lados: «A muralha da cidade tinha doze fundamentos com os nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro» (Ap. Iii,9-14). A taça inferior ganha relevo com esta referência. Doze são os seus lados.” (Rocha, 1996; 178)”

“Eduardo Pires de Oliveira, por seu lado, argumenta que dado que o castelo era o símbolo heráldico do Arcebispo, o chafariz foi feito com o propósito de exaltar publicamente a sua personalidade. Do meu ponto de vista, o chafariz representa a cidade de Braga, a qual é comparada à Nova Jerusalém. Uma das características da Nova Jerusalém é uma gigantesca torre central que toca o céu e é visível para toda a gente; daí também as doze fundações.” (Portocarrero, 2010; 111).

As representações de Jerusalém, durante a ocupação muçulmana, enquanto formação urbana circular.



Ernhard Rewich, do livro Viagens en la Tierra Santa, de 1498 (Fonte: www.raremaps.com)

direções do mundo, os ventos. As formas de marcação do território vão repetir e imitar tanto a forma inicial, o ato primordial, como as primeiras manifestações terrenas desse ato. Até hoje, Jerusalém é o principal exemplar de uma materialização do seu equivalente celeste, ela não é senão uma representação mística do ideal urbano concebido por Deus e uma cópia do modelo de cidade imaculada.

Representar e replicar

“A cidade de Jerusalém, como ponto de referencia das três religiões do Livro, constitui um modelo a imitar e a evocar, quer em termos de microarquitectura, quer em termos de macroarquitectura e mesmo de urbanismo.” (Pereira, 2009, 134).

Jerusalém
Celeste

Jerusalém constitui, especialmente para a Idade Média, uma *imago-mentis* que determina um modelo urbano - que por sua vez é representação da arquitetura celeste. Este arquétipo celeste encontra correspondências na cultura indiana, entre outras, e na cidade ideal de Platão.

conceitualização
da cidade

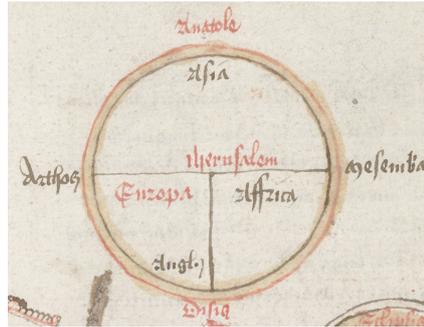
A concepção da cidade de Jerusalém tem um amplo conjunto de referências: passagens bíblicas, os registos históricos e as representações iconográficas. Há uma constante alusão às 12 portas em redor da muralha, 3 para cada ponto cardinal, e aos 12 anjos e 12 torres que as guardam. A descrição do Apocalipse e da visão de Ezequiel são as mais citadas e geram diferentes interpretações quanto à forma do Templo de Salomão e de Jerusalém. Em discussão está o “protótipo”; que assume uma tipologia quadrangular ou circular. A visão da forma do templo e da cidade andam irremediavelmente relacionadas, influenciando-se mutuamente, uma vez que se trata de uma representação reflexa. O templo representa a cidade, é um microcosmos desta, enquanto a cidade é, em si, uma representação do macrocosmos. A parte vale pelo todo (Corboz, 2001).

Mapa T/O

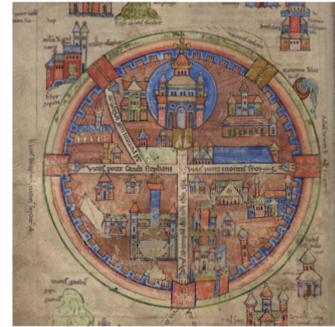
As representações iconográficas nos mapas T/O espelham claramente a “transformação de Jerusalém num diagrama” (tradução própria (Corboz, 2001; 35)) e contribuem para a compreensão da relação entrelaçada cosmo-cidade-templo – uma espécie de *matryoska* da representação e conceptualização dos lugares sagrados – onde a centralidade é altamente acentuada na forma total, na determinação dos limites, e na fixação do centro (Jerusalém no centro do mundo, o templo no centro de Jerusalém). Este desenho tripartido do mundo coloca a Ásia a oriente e o este partilhado pela Europa e África divididas pelo



Primeira versão impressa da Etymologiae de Isidoro (1472), escrita em 623 d.C. (Fonte: cartographic-images.net/).

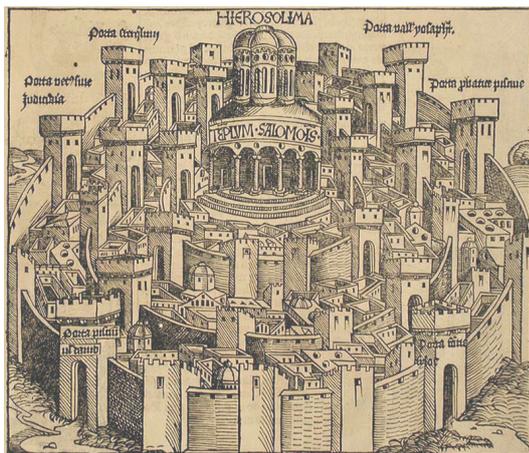


Mapa Mundo com Jerusalém no centro. San Marino, Huntington Library (Fonte: <http://catalog.huntington.org/>).

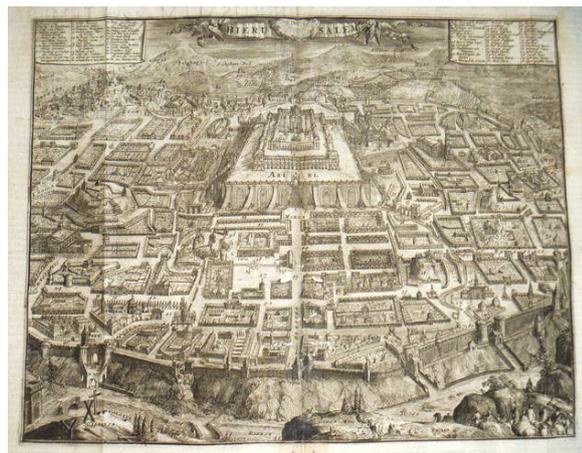


Mapa de Jerusalém com Templo de Salomão. Uppsala Map of Crusader Jerusalem (1180). (Fonte: ub.uu.se/).

“Os mapas T/O foram as mais comuns representações cartográficas do mundo durante a Idade Média, tendo uma sólida base na Península Ibérica, dado os primeiros terem sido feitos por S. Isidoro de Sevilha no século VII (Boorstin, 1987: 104). No território que hoje constitui Portugal, o exemplar mais antigo conhecido destes mapas pode ser encontrado num Apocalipse feito no Mosteiro de Lorvão no século XII. Nestes mapas, todas as terras habitáveis eram representadas como um círculo confinado pelo Oceano – o O – e divididas internamente por um corpo de água em forma de T (ibid.). No topo do T encontrava-se o continente da Ásia, por baixo e para a esquerda da haste estava a Europa, enquanto que para a direita encontrava-se a África (ibid.). A haste que dividia a Europa da África era o Mar Mediterrâneo; a barra que separava estes dois continentes da Ásia unia os rios Danúbio e Nilo, que se julgava correrem numa única linha (ibid.). No centro do mapa, estava uma representação de Jerusalém, o lugar mais sagrado da Terra na tradição cristã, o “umbigo do mundo”, como a versão latina da Bíblia lhe chama.” (Portocarrero, 2010; 40)



Concepção circular da cidade e do templo de Jerusalém (1493). Hierosolima de Schedel Hartmann (1440-1514). (Fonte: web.nli.org.il/).



Concepção rectangular da cidade e do templo de Jerusalém (c. 1670). Hierusalem de Hooghe Romeyn (1645-1708). (Fonte: web.nli.org.il/).

mediterrâneo (Pereira, 2009,136).

O desenho circular do templo de Salomão, e conseqüentemente de Jerusalém, presente nas gravuras e descrições da Idade Média, tem como referência, ironicamente, a Mesquita de Omã ou Cúpula da Rocha construída em 692 após a conquista Muçulmana. Exemplo disso é a gravura de Ernard Rewich, do livro "Viajens en la Tierra Santa", de 1498. Este tipo de paradoxo revela a efetiva força e energia "mágica" do lugar, reconhecida pelos diferentes grupos culturais, mesmo pelos inimigos mais irredutíveis.

a definição do
modelo divino
de cidade

No início do século XVI, de forma a entender melhor a forma original do Templo de Salomão iniciam-se uma série de estudos baseados, maioritariamente, nas descrições do Livro de Ezequiel, tais como, os escritos do frade português frei Heitor Pinto em 1568 ou o volume de desenhos de Sebastien Castellon (1551), Francisco de Holanda (1573) e Juan Bautista Villalpando (1596-1605) (Corboz, 2001; Pereira, 2009).

Entre as imagens, resultado da nova interpretação morfológica do Templo de Salomão, encontramos a de Villalpando com o templo retangular orientado para Oeste rodeado pelas 12 tribos de Israel. O desenho *Roma como Templo de Salomão* de Matteo Selvaggio (1542), propõe uma adoção dos modelos sagrados para a cidade de Roma, posicionando-se num intermédio formal entre as duas interpretações geométricas: o limite do desenho é dado por um círculo sobre o qual se inscreve uma progressão intercalada de quadrados e circunferências.

uma Arquitetura
Bíblica

Com o objetivo de analisar as estruturas urbanas do séc. XVIII pretende-se, nesta dissertação, entender o impacto desta arquitetura primordial. Sabe-se que foi produzido um volume imenso de trabalhos, principalmente nos séculos XVI e XVIII, que procurava determinar a verdadeira materialização do Templo de Salomão de acordo com a mensagem transmitido por Deus. "'Olha e constrói todos estes objetos consoante o modelo que te é revelado na montanha" (XXV, 40). E quando David entrega ao seu filho Salomão o plano da construção do Templo, do tabernáculo e de todos os utensílios, assegura-lhe que "tudo isso... se encontra exposto num escrito do Eterno, que me iluminou" (*Crónicas*, I, XXVIII, 19). Portanto, ele viu o modelo celeste" (Eliade, 1969; 21).

Estas ideias encontram concretização em projetos, da época e posteriores, com exemplares arquitetónicos espalhados por França ou mesmo em Portugal, como o Convento e Palácio de Mafra, e desenvolvimentos urbanísticos como as cidades novas ou ideais. Trata-se claramente de uma arquitetura decorrente de interpretações bíblicas (Pereira, 2009; 234).

Verona, nomeada no séc. IX *minor Hierusalem*, dispõe em redor do núcleo urbano uma série de basílicas que representam os locais sagrados em volta de Jerusalém (Monte das Oliveiras, o Calvário, o Santo Sepulcro, Nazaré e Belém). Esta ação sacralizadora não imita a colocação efetiva

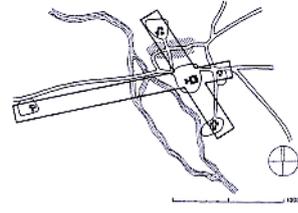
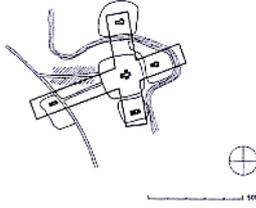
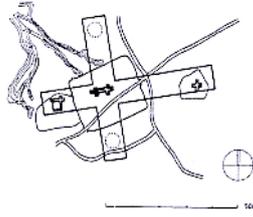
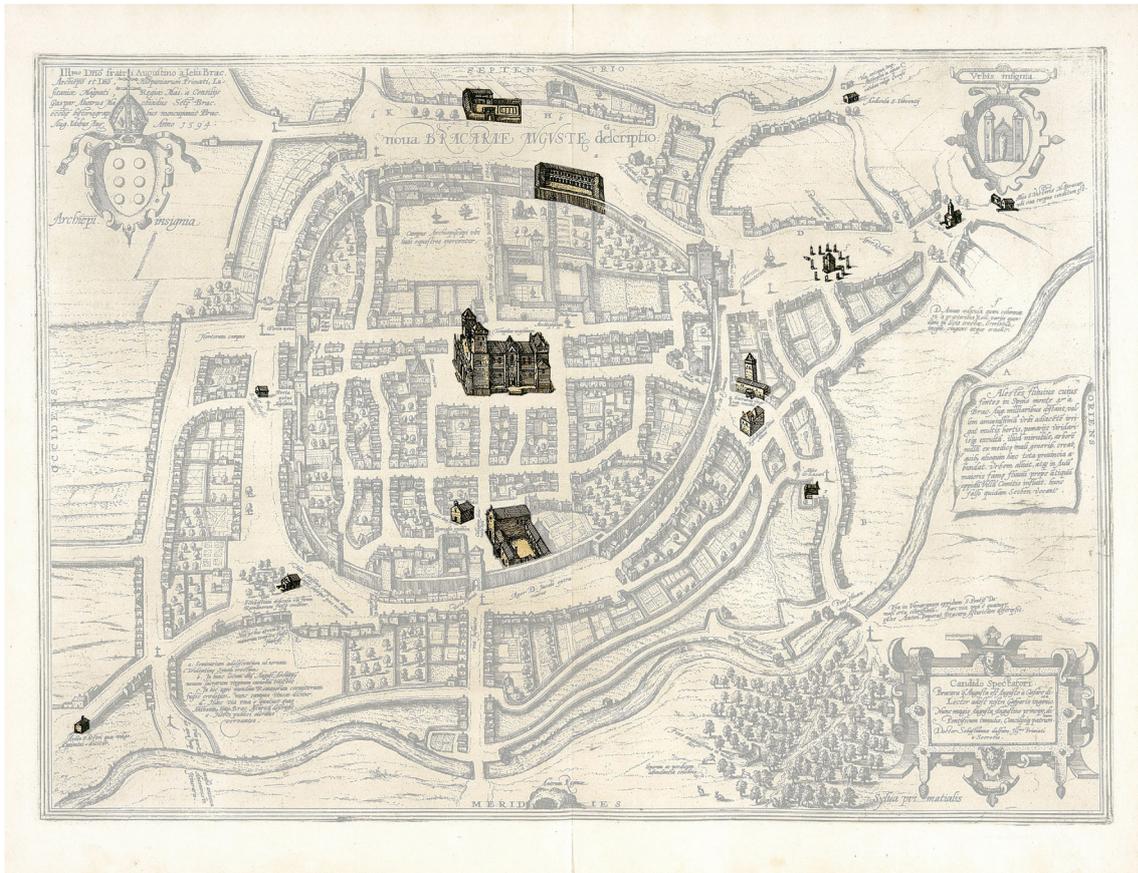


fig 3. Paderborn, la « Croix d'églises » au XI^e siècle
 fig 4. Utrecht, la « Croix d'églises » au XI^e siècle
 fig 5. Hildesheim, la « Croix d'églises » au XI^e siècle

Diagramas retirados de Corboz, 2001.

O edificado religioso em destaque no Mapa de 1594. É perceptível a exaltação destas construções face ao restante tecido urbano pela manipulação da escala de representação. Mesmo no contexto religioso, este critério define a hierarquia dos lugares sagrados sendo a Sé Catedral o edifício dominante não só deste grupo mas de toda a iconografia.



Montagem própria sobre o Mapa Nova Bracarum Augustae Descriptio – Manoel Barbosa, (Georg Braun e Franz Hogenberg), 1594

dos elementos originais; orienta-se, antes, pelo ideal místico que inspira a sua materialização – a sacralização do lugar é dada pela fidelidade ao modelo ideal e não físico.

formas urbanas
sacralizantes

Em Roma e Milão, a implantação das basílicas cria uma disposição urbana cruciforme, ou seja, sobrepõe o traçado imaginário da cruz ao desenho urbano, como uma forma adicional de proteção. A cidade enuncia-se como o crucifixo edificado. No século XI, esta tendência espalha-se a outras cidades europeias como Paderborn, Utrecht ou Hildesheim que procuram sacralizar as suas cidades (Corboz, 2001). Por um lado, a reencarnação de um lugar ou cidade de maior grandeza religiosa é sinal da procura de uma maior pureza, por outro, presta homenagem e reverência à cidade original e atua como instrumento diplomático. É o caso bracarense, no qual, segundo Portocarrero, a representação iconográfica é instrumentalizada politicamente.

a necessidade
de replicar

No séc. XVI, vivem-se tempos de grande instabilidade política e espiritual, tanto no contexto nacional como europeu e que, naturalmente, se repercutem na sociedade bracarense. Em Portugal é registada uma das fases mais críticas da sua história com a anexação ao reino espanhol de Filipe II e a perda da soberania, agravando a antiga disputa ibérica pelo título de Primaz das Hespanhas - o principal e mais antigo centro religioso da Península. Na Europa, a religião cristã vê também a sua estrutura abalada, principalmente, por Martinho Lutero e a Reforma Protestante, iniciada a 1517. No caso bracarense, adensa-se o problema com a presença do judaísmo inclusive dissimulada em alguns cargos da estrutura religiosa. Também se verifica continuidade de algumas práticas pagãs, resultante do rápido aumento demográfico da cidade com a vinda de gentes de meios rurais que por herança ritual ou por falta de instrução católica, foram perpetuando crenças e rituais considerados condenáveis pela igreja (Portocarrero, 2010).

Braga Primaz
das Hespanhas

De forma a combater a crescente oposição da congénere espanhola e reafirmar o seu estatuto de primeira sede religiosa ibérica, o arcebispado toma providências para afirmar a grandeza da sua cidade, patrocinando, então (Fr. Agostinho da Cruz, 1589-1609) a execução de um mapa da cidade. O Mapa de Braga de 1594, figura num atlas de várias cidades do mundo, do famoso ilustrador de Colónia Georg Braun e que, naturalmente, é bastante apreciado pelas elites europeias (Bandeira, 1993). A utilização da língua internacional, o latim, facilita a propagação da ideia de grandeza de Braga que atravessa fronteiras até aos centros de poder da Europa. Junto ao brasão de armas do Arcebispo, vemos a confirmação do título Primaz da Hispania. Sob a denominação central de Nova Bracara Augusta, numa tentativa de evocação e renovação das origens romanas, repercutido-se a grandaze e sacralidade da cidade no universo cultural europeu, onde se formou e localiza o núcleo da fé católica.



Os desenhos bíblicos do pintor português Francisco de Hollanda. À esquerda: "Caos e a Criação da Luz" Fól. 3. À direita: "Criação dos Céus - Apartamento das Águas" Fól.4. (retirado d'"As idades do Mundo" de Francisco d'Ollanda)

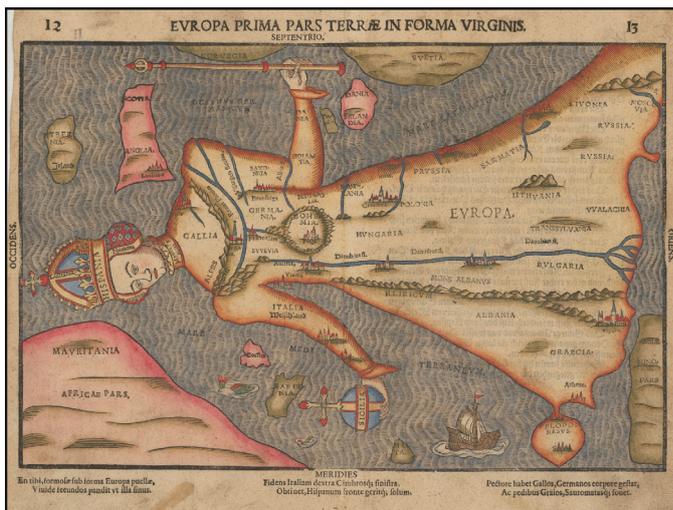
"the apprehension of the source of this undifferentiated yet everywhere particularized substratum of being is rendered frustrate by the very organs through which the apprehension must be accomplished. The forms of sensibility and the categories of human thought, which are themselves manifestations of that power, so confine the mind that it is normally impossible not only to see, but even to conceive, beyond the colorful, fluid, infinitely various and bewildering phenomenal spectacle. The function of ritual and myth is to make possible, and, facilitate, the jump - by analogy. Forms and conceptions that the mind and its senses can comprehend are presented and arranged in such a way as to suggest a truth or openness beyond. (...) Myth is but the penultimate; the ultimate is openness(...)" (Campbell, 2008; 221)

No mapa de Braun, as referências à fundação romana (como consequência da redescoberta da Antiguidade Clássica) são recorrentes e perceptíveis na análise da morfologia urbana coeva pela distorção de alguns elementos num sentido condizente com a idealizada “realidade” romana. Assim, a muralha sofre um arredondamento em procura duma maior radialidade; a rua da Misericórdia e de Santa Maria são ajustadas de forma a criar, conjuntamente com a Rua do Souto e de Sousa, um eixo cruciforme de 4 linhas, recuperando a axialidade fundadora do cardo e decumano. No edificado também se regista esta ilustração simbolicamente interpretativa, estando a Sé Catedral posicionada ao centro da urbe e numa escala consideravelmente amplificada relativamente às restantes construções – esta representação demonstra, sem dúvida, qual a verdadeiro força governativa. Outras construções religiosas e civis merecem também destaque, comprovando o poder e a riqueza tanto da Igreja como do senhorio (Portocarrero, 2011).

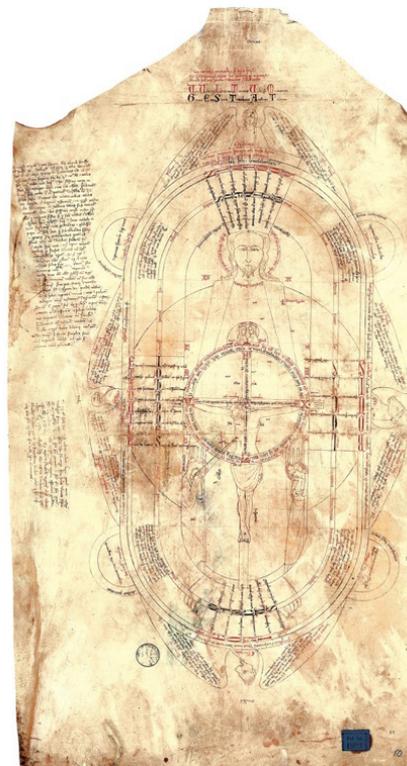
Marcar para ligar

Na representação obsessiva do espaço e tempo inicial - um tanto semelhante à dos cientistas do séc. XX e a replicação teórica do Big Bang - há um processo de repetição em curso. O tempo de qualquer ritual coincide com o tempo mítico do “princípio” e como tal marca a renovação do tempo e regista os ciclos da terra (Eliade, 1969; 50). Esta necessidade de reordenação justifica a vida segundo um calendário que anuncie e auxilie na chegada das mudanças cíclicas naturais (as estações, as cheias, os períodos férteis). Os rituais arcaicos, serviam não só para explicitar as funções que o indivíduo deve ocupar na sua sociedade (através da atuação de formas impessoais como o caçador, a noiva, a viúva ou o padre), mas também para preparar a comunidade para enfrentar os tempos vindouros (Campbell, 2008; 331). Assim como o ritual, qualquer templo partilha o “espaço” de todos os outros templos. Esta acção repetitiva e redundante serve para atestar a validade do que é representado: “um objecto ou uma acção só se tornam reais na medida em que *imitam* ou *repetem* um arquétipo. Assim a *realidade* só é atingida pela *repetição* ou pela *participação*; tudo o que não possui um modelo exemplar é “desprovido de sentido”, isto é, não possui realidade” (Eliade, 1969; 49).

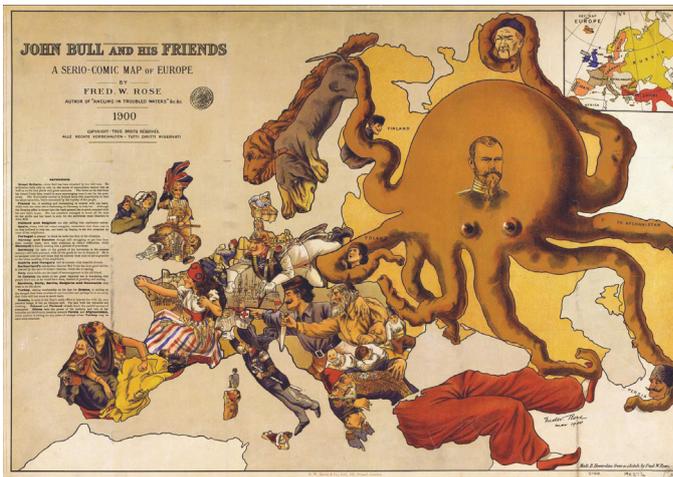
Deste modo o espaço assume uma natureza mítica, produto do poder vigente: o território torna-se resultado das ideias de quem o governa. É pela atribuição de significado ao território que o passamos a ler sob a gramática simbólica a ele impressa. Esta visão encontra paralelo na representação do espaço geográfico que se constói a partir



Europa Prima Pars Terrae de Heinrich Bunting em Forma Virginis, Hanover (c. 1581). (Fonte: www.raremaps.com)



Opicinus de Canistris (1335). (in Roob, 2011)



A Europa de início do século XX. "A serio-comic map of Europe". (Fonte: www.raremaps.com)

As formas de representação geográfica podem veicular informações que vão além das características naturais. A definição dos limites políticos de uma região é um desses exemplos. Mas, as representações do território podem adquirir formas híbridas entre a cartografia ou iconografia fiel ao espaço e a representação simbólica.

"At this point, we might look at how medieval Paris was divided between Church and State. There was anything but a neat geographic division, because state and religion were deeply intertwined. When a king was crowned in a cathedral, "the coronation rite transformed him sacramentally into a *Christus Domini*, that is, not only into a person of episcopal rank, but into an image of Christ himself" Otto von Simson writes." (Sennet, 1994; 170)

personificação
do território

de uma representação ideológica. No mapa de 1335 de Opicinus de Canistris, vemos a forma do cosmos adaptada aos motivos essenciais do cristianismo, sendo o centro a cabeça do mundo, a cabeça de Cristo crucificado. Esta utilização do mapa, ou de uma iconografia cartográfica encontra outras variantes no discurso político e nas diferentes relações de poder entre os vários povos – o território é personificado a partir de valores exteriores aos estritamente cartográficos (Corboz, 2001). Esta relação é absolutamente necessária para a transmissão dos arquétipos, a tradução de uma mensagem para formas inteligíveis através de uma ferramenta de comunicação. Mais uma vez, é a criação de uma gramática específica gerada pelo meio cultural dominante, que revela, através da disseminação de uma literacia apropriada, o mistério da origem.

Replicar o
modelo

Estes lugares, de alta carga semântica, interrelacionam-se sucessivamente, cada um deles correspondendo não à especificidade da sua própria circunstância mas a verdade instaurada no primeiro templo, o qual, por sua vez, imita um modelo celeste. De acordo com esta lógica, as formas de atuação sobre o espaço são informadas pelos modelos fundacionais, e nesse sentido, para o tornar “real” deve com estes estabelecer correspondência.

No entanto, estas representações consequentes não têm que espelhar uma fiel e literal reconstituição da sua referência, tratando-se antes de um “urbanismo conceptual” (Corboz, 2001; 40). As relações de imitação de Roma com Jerusalém, e de Braga com Roma conferem, validade religiosa à cidade enquanto réplica do modelo hierárquico superior. É, assim, determinado um processo de disseminação de um ideal urbano religioso e aconsequente colonização mágico-religiosa de um vasto território (Pereira, 2009).

cadeia de
representação

Por outro lado, encontra-se uma relação entre diferentes escalas, em parte também presente nas diferentes manifestações urbanas e evidente na relação cidade-templo. “Si la ville est un Temple, l’église, elle, est une ville... Les deux termes sont donc bien interchangeables” (Corboz, 2001; 34). Algo facilmente perceptível na análise dos mapas T/O e a sua sequência escalar descendente até ao templo no centro desta espécie de molde iconográfico, em que o T é definidor da sua posição na circunferência que o inscreve. No mapa mundo é Jerusalém que ocupa o centro; no mapa de Jerusalém nesse lugar está o templo de Salomão. As cidades eram construídas à imagem do templo e desenvolviam-se em seu redor. O Templo de Salomão enquanto microcosmos, é uma “projecção na Terra” segundo o cânone arquitectónico da imagem do macrocosmos (Pereira, 2009; 230). “As the individual is an organ of society, so is the tribe or city - so is humanity entire - only a phase of the mighty organism of the cosmos” (Campbell, 2008; 331). É aqui definida uma conexão espiral entre as diferentes manifestações físicas do sagrado, somos constantemente remetidos para um outro espaço, resultando ultimamente numa “região pura” (Eliade, 1969; 29).



As Igrejas da Comarca de Braga (1876-79). Pintura exposta na Biblioteca de Braga. Fotografia fornecida pelo CEEAUM.

“O jardim tradicional dos Persas era um espaço sagrado que devia reunir no interior do seu rectângulo quatro partes representando as quatro partes do mundo, com um espaço ainda mais sagrado do que os outros no seu seio que era como que o umbigo, o ònfalo do mundo (era aí que estavam o fontanário e o repuxo); e toda a vegetação do jardim devia repartir-se por esse espaço, por essa espécie de microcosmo. Quanto aos tapetes, eram, na sua origem, reproduções de jardins. O jardim é um tapete onde todo o mundo vem cumprir a sua perfeição simbólica e o tapete é uma espécie de jardim móvel através do espaço. O jardim é a mais pequena parcela do mundo e é ainda a totalidade do mundo.” (Foucault, 2009)

Este processo de sacralização é estabelecido por duas ações simultâneas:

- **Marcação** no solo: conquista dos lugares profanos através do ato ritual de transformação (em si representante do ato inicial da criação) e disseminação dos espaços espirituais arquetípicos.
- **Ligação** vertical: do plano terrestre ao celeste; os templos atuam como plataformas de acesso ao sagrado.

A repetição dita a credibilidade sacra do sítio e capacita-o de uma conexão com o plano superior. Revela, portanto, uma condição heterotópica uma vez que a entrada num templo significa a entrada em todos os outros (Foucault, 2009). A função heterotópica é inerente a qualquer espaço sacralizado independente da materialidade que o caracteriza.

rede sacra

A analogia da rede serve especialmente este caso, sendo que estes espaços constituem os “nós” de uma rede “virtual”, à qual apenas podemos aceder por plataformas pré-determinadas que nos levarão, indiferentemente da nossa localização geográfica, à mesma dimensão espiritual. Do mesmo modo que a dimensão temporal real é abolida no ato ritual para se remeter ao tempo fundador, também a dimensão física é removida dos portais de acesso ao espaço divino. Ainda assim, é a relação de representação sequencial telescópica do cosmo-jardim-tapete que melhor replica esta materialização multi-escalar do mesmo conceito.

Estas redes espaciais replicam-se numa ordem irradiante: a implantação de um lugar sagrado dá lugar a disseminação de novos lugares similares em seu redor. Com a fundação de um espaço de forte carga mágica cria-se um pólo simbólico do qual outros irão emergir, pela disseminação repetida do templo, amplificando o portal de acesso ao supraterrrestre. Há um contínuo desdobramento do referencial - a Sé Catedral, herda e cumpre esse estatuto, reclamando constantemente a sua acreditação religiosa também no contexto peninsular. Naturalmente ela influencia e condiciona espalhando microcosmos sucedâneos em seu redor. Esta carga simbólica será transferida mais tarde para o Bom Jesus, pela materialização completa do arquétipo do lugar sagrado, ou seja, a irradiação e reafirmação de uma verdade total significativamente concretizada.

disseminação

“Todo o microcosmos, toda a região habitada, tem o que poderíamos chamar um “centro”, ou seja, um lugar sagrado por excelência(...) Mas não se deve considerar este simbolismo do centro com as implicações geométricas do espírito científico ocidental. Para cada um desses microcosmos podem existir vários “centros”(...) Estamos na presença de uma geografia sagrada e mítica.” (Eliade, 1991; 33)

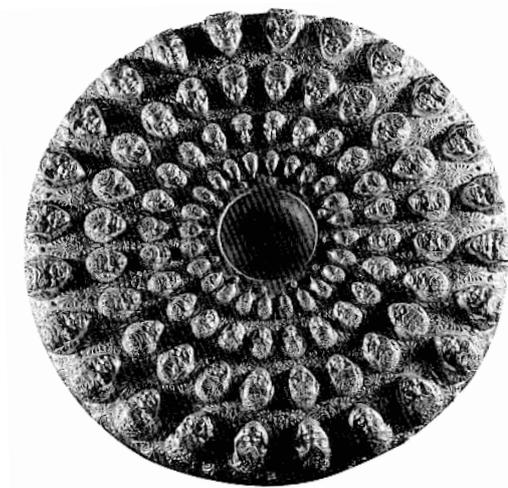


FIGURE 9. *Omphalos* (gold phial, Thracian, Bulgaria, fourth–third century B.C.)

A pedra no centro do mundo (imagem retirada de Campbell, 2008).

“se cada lugar sagrado é um “centro”, esse centro pode irradiar e criar outros lugares sagrados que se constituem por sua vez noutros “centros” para uma região mais restrita. Ao ponto de uma pequena região, como uma freguesia, poder suscitar ela própria uma leitura e interpretação em termos de geografia sagrada - neste caso de uma “microgeografia sagrada”, em que se interpreta a relação entre si dos templos ou dos lugares sacralizados principais” (Pereira, 2009; 50).

“Centre - Totality; wholeness; absolute reality; pure being; the origin of all existence; unmanifest being; the world axis; the pole; the point around which everything revolves; Paradise; the potential; the point containing the totality of all possibility; sacred space; a break in space and the point of intercommunication between the three worlds, transcending time and space; an axis uniting the cosmos both vertically and horizontally; the intersection of macrocosm and microcosm; cosmic order; the “Pivot of the Law”; the point of resolution and reconciliation where all opposites disappear; the Eternal Now; the “point quiescent”; “the unmoved mover” of Aristotle.” (Cooper, 1987; 32).

Espalhar para sacralizar

“*God: 'God is a circle whose center is everywhere and circumference nowhere' (Hermes Trismegistus)*” (Cooper, 1987; 36).

Omphalos

As dinâmicas de funcionamento da repetição e redundância, encontram equilíbrio no centro: no plano horizontal a sua ação é disseminadora do microcosmos - a propagação da imagem do mundo - encapsulando todas as suas virtudes; no plano vertical proporciona a passagem, a ascensão ao patamar divino, confere a ligação entre os níveis celeste, terrestre e infernal (Chevalier & Gheerbrant, 1994; 182). O centro surge como o ponto consagrador da harmonização do construído e do natural pela evocação dos referenciais de orientação geográfica e temporal (os pontos cardeais e as constelações). No centro, está o umbigo - o *omphalos* ou no grego *delfos* - de onde o universo foi criado (Eliade, 1969; 31).

De acordo com Mircea Eliade, o simbolismo do centro pode ser explanado em três pontos:

“a) a Montanha Sagrada - onde se encontram o Céu e a Terra - está no centro do Mundo;

b) qualquer templo ou palácio - e, por extensão, qualquer cidade sagrada ou residência real - é uma “montanha sagrada”, tornando-se assim num Centro;

c) sendo um Axis Mundi, a cidade ou templo sagrado são considerados como ponto de encontro entre o Céu, a Terra e o Inferno.” (Eliade, 1969; 26)

no centro está
o eixo

Julga-se que estes conceitos têm raízes tão antigas quanto os homens e encontram correspondência arquitetônica nas suas construções religiosas. Como vimos, a arquitetura megalítica é exemplo de uma forma de fazer que privilegiava a ligação da Terra com o campo celeste. Para os sumérios o zigurate assumia essa função, assim como as pirâmides o faziam no Egito. O nome de muitas destas estruturas significava literalmente a ligação a um plano cósmico e correspondia ao local de implantação de um templo ou de uma cidade (Eliade, 1969).

a Montanha
Sagrada

A condição topográfica das montanhas sagradas incorpora uma aura mágica e a sua aparente tangência com o plano celeste abre a possibilidade de transposição recíproca para esse plano. Nesse sentido atribui-se-lhes uma capacidade de contacto espiritual, etéreo e individual, que ultrapassa o material. Neste processo de metaforização da paisagem, o objeto visado passa a cumprir o desígnio mitológico a que lhe foi atribuído conceptualmente, isto é, a montanha sagrada, na sua própria circunstância física passou a significar o centro do mundo.



Monte das Oliveiras em Jerusalém (1702). Krauss Johann Ulrich, (1645-1719) (fonte: web.nli.org.il/)



Regra de N. M. R. Clara, que mandou fazer a R. M. S. Francisca das Chagas sendo Ab.ª Anno Domini 1687 (retirado de purl.pt)

O Axis-Mundi, eixo de ligação entra o Céu e a Terra, é manifestado simbolicamente por diferentes meios.

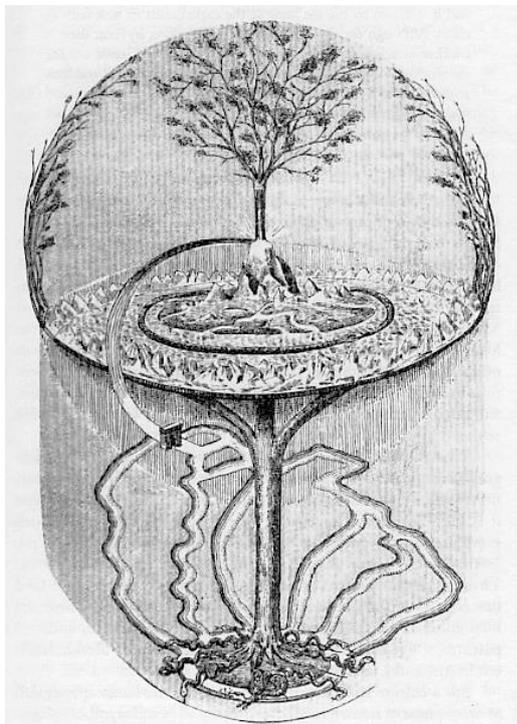
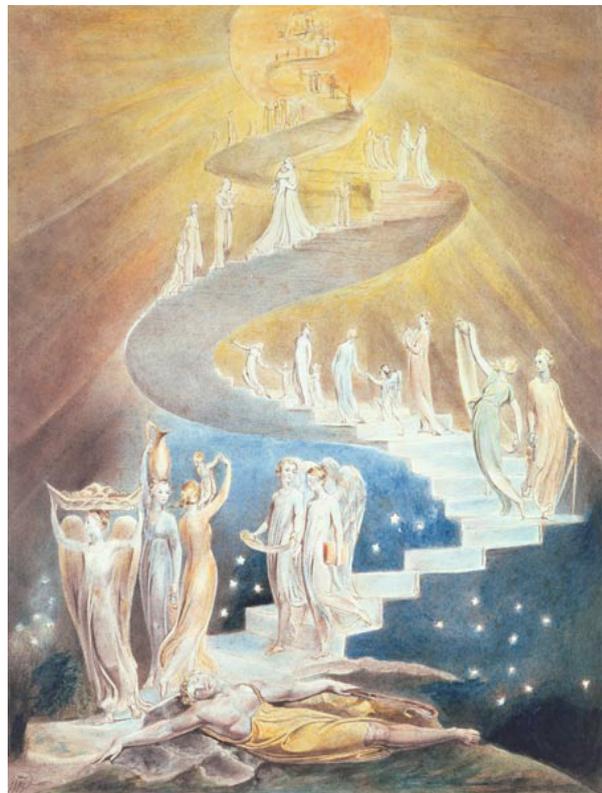


FIGURE 8. *Yggdrasil, the World Tree* (etching, Scandinavia, early nineteenth century A.D.)

Representação do Axis-Mundi (retirado Campbell, 2008)



A *Stairway to Heaven* numa representação de William Blake (retirado de Roob, 2011)

Sacromonte e a
via crucis

Este conteúdo simbólico foi altamente difundido e esteve presente na narrativa cristã ainda que velado, assumindo diversas máscaras. É no ano de 1722, por ordem do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que se inicia a sua empreitada de maior leva e iniciaria a instauração do Sacro Monte cumprindo esta função sacralizadora do território bracarense (Peixoto, 2011). O santuário do Bom Jesus de Braga tem origem na ideia da Jerusalém restaurada e reedificada - a recriação da *Via Crucis*, comum por essa altura na Europa, é a procura de validação religiosa sobre o monte (Portocarrero, 2010). Este complexo que não se limita à edificação de uma igreja ou basílica mas à construção simbiótica com a paisagem de um complexo iniciado por escadório pontuado por capelas, que replicam a subida de Cristo para a crucificação no monte Calvário ou Golgóta, e que domina a paisagem bracarense virando-se a oeste, onde a cidade pousava e o observava de toda a sua extensão. Por seu turno, o Bom Jesus estabelece uma aura de proteção sobre a urbe.

Axis-Mundi

Pelo que se apreende do potencial significativo dos objetos ou das estruturas urbanas, percebe-se que cada um destes elementos pode incorporar diferentes cargas simbólicas do mesmo modo que os mesmos símbolos podem assumir variadas formas. De acordo com esta interpretação, o "centro", enquanto lugar supremo do sagrado e do Eixo Cósmico, encontra ressonâncias noutras manifestações que não apenas a montanha sagrada: o Pilar, outra materialização do axis-mundi; a Árvore, extensível às diversas árvores sagradas substituindo por vezes a cruz de Cristo; a Escada, símbolo clássico da elevação, ou da ligação de duplo sentido percorrida pelos anjos como sonhado por Jacob; e a Torre, representação do mito ascensional (Chevalier & Gheerbrant, 1994; Cooper, 1987).



Vista da cidade de Braga a partir da torre de S. Vicente (c.1849-1873). Fotografia fornecida pelo CEEAUM.

Centrar para ascender

É através deste alinhamento conceptual, que poderemos considerar muitas das ações urbanísticas bracarenses, que aqui se relevam, como herdeiras de uma natureza mágico-religiosa e de relação essencialmente simbólica com o território. Decorrente da análise do seu espaço urbano, é possível percebê-las num propósito ordenador, numa intenção harmonizante do espaço edificado com as mais antigas formas espirituais de ligação cósmica.

Duplo

Como resultado desta aproximação, sugerem-se diferentes interpretações para as duas tipologias de utilização da torre no contexto bracarense do século XVIII. Apesar de partilhar o mesmo suporte mágico que a torre isolada, a **dupla torre** na fachada invoca, muito além da sua ascendência militar, o símbolo do propileu, da doutrina hebraica. "The pillars of fire and smoke signified the presence of God, and sustaining power of God. The two pillars of Solomon's Temple were Boaz and Jachin, strength and stability, 'In Him is Strength' and 'The Stablisher', temporal and spiritual power, king and priest, throne and altar" (Cooper, 1987; 131). Há um claro paralelo com o Templo de Salomão, o templo fundador, no qual estes pilares marcam a entrada - atuam enquanto portal - e enfrentam o crente que deseja entrar.

Em Braga, o princípio monumental da celebração do templo é definido não só pela colocação da dupla torre fronteira mas também pelo contexto urbano particular destes templos. As igrejas com dupla torre encaram frontalmente o espaço aberto – a praça ou campo – destacando-se, ainda hoje, do edificado envolvente. A sua colocação passa a depender de uma relação com a escala urbana e particularmente, com as estruturas próximas. Embora, de dimensões diferentes, todas essas igrejas com 2 torres têm a sua praça correspondente:

- Sé Catedral – Praça do Pão
- Igreja de Santa Cruz e Igreja de S. João de S. Marcos – Campo dos Remédios
- Igreja do Pópulo – Campo da Vinha
- Igreja dos Congregados – Campo de Sant'Ana

ver PRANCHA 5.1.

As praças constituem a plateia da igreja monumentalizada, dominando o foco visual de quem passa e de quem permanece. Essa é a função mais canónica da praça: a receção e concentração das pessoas. A imposição da igreja com dupla torre define, também, uma relação de poder. Ainda hoje, estes edifícios se destacam das construções envolventes à praça que dominam, afirmando, de imediato, a sua presença. Numa



Fotografia da zona anterior da Igreja de S.Vicente . Fotografia própria.

época, em que ambos os poderes religioso e político eram exercidos pelo Arcebispo, a presença dos seus edifícios era evidente na cidade, numa afirmação retórica da cidade enquanto manifestação simbólica de uma espiritualidade.

Uno | A torre traseira parece servir outro intento. Embora partilhe, por vezes, a mesma monumentalidade, a sua posição em relação ao núcleo urbano é centrípeta; numa dispersão radial, sobre as estradas de acesso, anunciando a sua chegada à cidade – PRANCHA 5.2. Se a torre dupla marca o templo sobre o espaço aberto, a torre traseira assinala os pontos de acesso, anunciando o recinto sagrado ou a saída para o espaço profano. A distinção entre o Caos e o Cosmos: o espaço ordenado, conquistado, fundado e sacralizado; e o espaço profano, obscuro, desconhecido e heterogéneo.

As torres são, então, sinais do espaço sagrado próximo, **orientam e protegem** o caminho para o sagrado.

“La première impression que procure ce dispositif est celle d’un cercle magique autour de la ville, à la manière des basiliques paléochrétiennes élevées à Lyon et dont saint Avit disait, au début du VI siècle, qu’elles la protégeaient mieux que ses murailles” (Corboz, 2001; 37)

Proteção | Esta é a segunda característica do seu posicionamento: a criação de um “círculo mágico” em torno da cidade pela marcação de elementos sacralizantes – PRANCHA 7.1. e 7.2. - Livro II. Numa cota superior – o espaço habitado apenas pelas torres – esta proteção é evidente pela cinta que liga as torres posteriores. Deste modo, é traçada a fronteira entre o sagrado e profano - um limite transcendente que defende e define o espaço sacralizado. Esta proteção espiritual era garantida, no plano térreo, não só pelas respetivas igrejas, mas também pelas estruturas complementares como os cruzeiros, passos ou capelas.

“Somente após Braga ter sido atacada houve preocupação em fortalecer a muralha. Isto não significa que até então a muralha tenha somente cumprido o papel de delimitar o Mundo que a construção da Catedral (o Centro) tinha tornado possível. Também defendia a cidade; a diferença é que era uma proteção metafísica, mágica, uma vez que a forma circular da muralha estava associada ao eterno, ao sagrado.” (Portocarrero, 2010; 30 e 31).



(Fonte: <http://forum.bracarae.com>)

“Uma nobre e antiga força sou chamada, sou Braga, confiante nas minhas torres de onde [a minha] força vem, levantando-se por isso às mentes. Como principal primaz do Ocidente, serei um manto e escudo protetor para inveja do Mundo” (in Portocarrero, 2010; 103).

Ainda que haja exemplares de torres traseiras no centro urbano, da primeira metade do século XVIII, como a Igreja da Ordem dos Terceiros, Igreja da Lapa e a Igreja de Santiago, com a sua tímida torre traseira, o seu impacto é diminuído pela densidade do edificado. Sente-se a sua presença intermitentemente ao percorrer o núcleo urbano orientando movimentos de curtas distâncias, no entanto, de diminuída expressão. A sua marcação é mais facilmente percebida quando, conjuntamente com as torres, organizam o cenário urbano bracarense. O conjunto total das torres, perceptível na chegada à cidade, marca a paisagem urbana de Braga e exclama, para quem a ela se dirige, a sua essência e autoridade religiosa; provam e providenciam um sentido espiritual. Observando o *skyline* bracarense desta época, esta era uma realização imediata: estava-se perante a cidade-símbolo concretizada pela repetição das suas formas mais expressivas.

No contexto da paisagem, as torres são a manifestação vertical do sagrado, marcam e anunciam a sua presença. São, em Braga, a demonstração do extensivo património religioso que se dispõe em torno do centro e eixo: a Sé Catedral. A radialidade destes elementos visa a proteção deste recinto sagrado, a insígnia da cidade, transversal a povos e idades. De qualquer modo, o centro está simultaneamente noutros centros, e, ruindo a matéria, restará o símbolo.

Segundo Inácio José Peixoto (in Portocarrero, 2010), na estátua que figura no topo do Arco da Porta Nova registava-se em latim uma inscrição, entretanto perdida, que declarava:

*NOBILIS AC ANTIQUA VOCOR SUM BRACARA FIDA/ TURRIBUS INDE
POTENS, MENIBUS INDE SURGENS./ HESPERIA PRINCIPES PRIMATUM
LITOR HABERA/ ORBIS AD INVIDIAN NUBILA CLARA PETO*

4.Parar

Kairos

No decurso desta investigação vários são os temas abordados com recurso a diferentes escalas temporais e espaciais. A *Agulha* (a torre sineira) e a *Folha* (a praça Campo Novo) fixam as flutuações da narrativa, extravasando, em momentos, os limites urbanos da cidade de Braga e do enquadramento histórico do século XVIII. A já referida oposição entre os elementos estudados - a Torre levanta-se sobre o corpo urbano da cidade e orienta quem a percorre; a Praça abre a massa construída para a passagem e concentração - possibilita o entendimento de diferentes operações arquitetónicas no contexto de Braga setecentista.

Os dois capítulos principais assumem caminhos distintos sendo que a análise de cada caso de estudo sugere abordagens e profundidades dissemelhantes para a sua compreensão. O facto de se tratar uma praça e inúmeras torres contribui para a disparidade entre os métodos de pesquisa de cada capítulo. Se na *Folha* a análise incide com maior ênfase sobre os intervenientes e os detalhes precisos da origem desta praça, na *Agulha* o foco recai antes nos modelos e processos de base na adoção da torre sineira no templo. Apesar disto, o ponto de partida de ambos os capítulos é a cidade e aquilo que são as suas especificidades políticas e religiosas, assentes no seu poder governativo, assim como as condições que propiciaram o aparecimento destes dois elementos, de inquestionável expressão e impacto no panorama urbano de Braga do século XVIII.

A premissa inicial dada pelo desígnio contraposto dos dois artefatos, reforçado pelo carácter civil da praça e religioso das torres, foi apontando o estudo paralelo em direções opostas. No processo predominante da investigação, a Torre foi sucessivamente confirmando-se como a manifestação arquitetónica consagrada da marcação e, neste contexto, da sacralização do território, carregando o genoma das formas essenciais da história da construção humana e do seu domínio sobre a paisagem; a Praça, o Campo Novo, caso concreto bracarense, revelou-se mais difícil de decifrar, dadas as desconhecidas motivações da sua elaboração que, não sendo totalmente evidentes, revelavam as tendências urbanísticas, de meados do século XVIII. A racionalização das intervenções e a higienização da cidade levadas a cabo pelo pensamento iluminista - o *embellissement* - começam a dar sinais da secularização da cidade, vivida, até então, na permanente sobreposição do universo sagrado e profano.

A ocupação pontuada das torres sineiras sobre o espaço urbano bracarense, decorre de uma intenção arquitetónica simbólica de forte carácter mágico-religioso, com vista à territorialização e proteção do

espaço urbano. A alteração do espaço por via de um espírito moderno e pensamento científico capaz de eficazmente funcionalizar a cidade, viria a confrontar essa mundivisão. Porém, no caso bracarense, uma análise cronológica coloca em causa esta teoria, sendo que a construção das torres é coincidente e posterior à do Campo Novo, assim como as incertas influências não justificavam a novidade desta obra face ao panorama urbanístico da época.

O resultado da constante procura de uma justificação para a forma e projeto da urbanização do Campo Novo redireciona a investigação para o impensado: a concordância da *Agulha* e da *Folha*. Os caminhos investigativos de cada tema foram, em grande parte do processo do trabalho, percorridos em direcções opostas; no entanto, a sua convergência foi inevitável. As ferramentas e métodos diferiram, mas em ambos se encontra a relação com saberes antigos: as duas ações têm uma fundação assente na espiritualidade das formas, simbolicamente codificada. Seja pelo domínio teórico da geometria ou pelo empirismo da sabedoria pragmática, encontramos a similar forma de interpretar e atuar sobre o espaço - uma motivação racional de transformação sustentada numa concepção mágico-religiosa do mundo. A revelação tornou-se possível pelo processo cumulativo de camadas culturais, de apreensão dos diferentes léxicos imbuídos nestas formas.

A razão motriz deste trabalho pretendia entender as formas de ocupação humana, particularmente as de maior impacto da Braga barroca, vislumbrando uma mudança na política urbanística de proliferação do espaço religioso. Não deixa isto de ser verdade, no entanto, certo é que, onde se considerava não existir relação com uma ordem espiritual, surgem evidências de um conhecimento universal no substrato da sua forma. A par de evidências autorais e de conhecimento erudito, é encontrado um recorrente uso de verdades antigas e anónimas, por vezes encriptadas em registos esotéricos, quer na Torre quer na Praça, prolongando a sombra nesta investigação. No entanto, a chave reside no método e não no resultado; esta é, talvez, a maior contribuição desta tese: os processos de descodificação das variadas leituras simbólicas de um elemento arquitetónico, quer nas suas manifestações passadas quer presentes.

Encontradas respostas, clarificadas motivações, outras incertezas não se dissiparam, pelo contrário, abriram novos caminhos, novas interpretações, possíveis num outro trabalho. Assim, nesta tese, muito fica ainda por explorar. Aqui, fica o trabalho ao alcance da capacidade do investigador e no *tempo oportuno* para o desenvolver.



“O que interessa na vida não é prever os perigos das viagens; é tê-las feito.”

Agostinho da Silva

Referências bibliográficas

- Atkinson, Niall. 2013. «The Republic of Sound : Listening to Florence at the Threshold of the Renaissance.» *I Tatti Studies* 16 (1/2):57–84.
- Bandeira, Miguel Sopas de Melo. 1993. «A cidade reconstituída a partir do Mappa das ruas de Braga e dos índices dos prazos das casas do cabido.» *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I IX (O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII)*:101–223.
- . 2006. «“Profiteri Operam Deo et Urbi - De loss 500 años de la obra urbana del Arzobispo D. diogo de Sousa (1505-1532) en braga”.» *Revista de Estudos Euro*.
- Barthes, Roland, e Maria de C N - BPBUM 74078; BPBUM 74078 Santa Cruz. 1987. *A aventura semiológica*. Signos. Vol. 45). Lisboa: Edições 70,.
- Belino, Albano. 1900. *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.
- Brash, Richard Bolt. 1860. «The Round Tower Controversy: The Belfry Theory Examined.» *Ulster Journal of Archaeology* 8. Ulster Archaeological Society:280–91.
- Campbell, Joseph. 2008. *The Hero with a Thousand Faces*. Editado por New World Library. 3rd ed. Pantheon Books.
- Chevalier, Jean, Alain Gheerbrant, Cristina Rodrigues, e Artur Guerra. 1994. *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema,.
- Choay, Françoise. 2003. *Espacements, L'évolution de l'espace urbain en France*. Editado por Skira editore. Paris.
- Cooper, Jeam C. 1987. *An Illustrated Encyclopaedia of Traditional Symbols*. Editado por Paperback. Thames and Hudson Ltd.
- Corboz, André. 2001. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Editado por Éditions de l'Imprimeur.
- Costa, Luís. 1982. *O Templo de Santa Cruz, Elementos para a sua história e da Irmandade de Santa Cruz da Cidade de Braga no seu 400o aniversário*. Braga.
- . 1998. *A Sé de Braga. algumas breves notícias sobre a Catedral de Santa Maria*. APPACDM. Braga.
- Cullen, Gordon. 2015. *Paisagem Urbana*. Editado por Edições 70 lda. Lisboa.

- «Direção-geral do Património.» sem data. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17244.
- «Direção-geral do Património Cultural.» 2011. Igreja da Lapa e Edifício das Arcadas. 2011. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17173.
- Eliade, Mircea. 1969. O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição. Editado por Edições 70. Lisboa.
- . 1991. *Imagens e Símbolos* Ensaio sobre o sombolismo Mágico-Religioso. Editado por Martins Fontes.
- Ferreira, Rui Manuel Gomes. 2016. São João da Ponte. [Braga]: União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto.
- Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B. 1997. «Formas urbanas do Porto setecentista: A praça intramuros.» *Revista da Faculdade de Letras. Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.
- Foucault, Michel. 2009. *O corpo Utópico, As Heterotopias*. Editado por N-1 Edições.
- Goitia, Fernando Chueca. 1982. *Breve Historia del Urbanismo*. Editado por Editorial Presença. 1a ed. Lisboa.
- Gomes, Luis Miguel Martins. 2001. «Geometria no traçado de praças. Teoria versus prática, no tempo de Pombal.» Em *A praça na cidade portuguesa/ Livros Horizonte*, editado por Livros Horizonte, 199–224. Colóquio Portugal-Brasil.
- Guerreiro, Sabrina, Liliana Pinto, João Paulo Leite de Abreu, Delfim Fernandes, e José Mesquita. 2011. *Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco - Braga*. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.
- Guerreiro, Sabrina, Liliana Pinto, Joana Maria Fernandes Leandro, José Paulo Leite de Abreu, e Manuel Ferreira Pitães. 2010. *A capela de S. Sebastião - Braga*. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.
- Jung, Carl Gustav. 1984. *Arquetipos e Inconsciente Colectivo*. Paidós. Barcelona.
- . 2008. *O Homem e seus Símbolos*. Nova Front.
- Lacerda, Aarão de. 1923. *A capela de Nossa Senhora da Conceição*. Porto: Tipografia de A Tribuna.
- Lawler, Robert. 2002. *Sacred Geometry: Philosophy and Practice*. Vol. 53. Londres: Thames & Hudson Ltd. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>.
- Leach, Edmund, Elisabete Nunes, e Carlos C N - D P 110343; D P 110343 Morujão. 1992. *Cultura e comunicação. Perspectivas do homem*. Vol. 42. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, Beatriz Ancede Barbosa Hierro, e José Francisco Ferreira Queirós. 2013. *A Igreja e a Torre dos Clérigos*. Porto: Irmandade dos Clérigos.

- Lynch, Kevin. 2016. A imagem da cidade. Arquitectura e urbanismo. Vol. 7. Lisboa: Edições 70,.
- Macedo, António da Silva. 2003. Igreja da Misericórdia. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Milheiro, Maria Manuela de Campos. 2003. Braga: a cidade e a festa no século XVIII. Universida.
- Mumford, Lewis. 1998. A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas. Editado por Martins Fontes. São Paulo.
- Município de Braga, ed. 2015. Evolução Cartográfica de Braga. Braga.
- Murray, Peter, e Linda Murray. 1996. The Oxford companion to Christian art and architecture. Oxford : New York : Oxford University Press.
- Murteira, Helena. 2006. «A praça na Lisboa seiscentista e setecentista: função, desenho e simbologia.» Em Praças Reais. Passado Presente e Futuro. As praças: Portugal e o império, 241–54. Lisboa: Livros Horizonte.
- Oliveira, Eduardo Alberto Pires de. 1994a. Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte. APPACDM. Braga.
- . 1994b. O edifício do Convento do Salvador. Braga: Lar Conde de Agrolongo,.
- . 1999a. Braga - Percursos e memórias de granito e oiro. Porto: Campo das Letras.
- . 1999b. «Monografia da freguesia de S. José de S. Lázaro.»
- . 2001. A Freguesia de São Victor (Braga). Braga: Junta de Freguesia de S. Victor.
- . 2002. O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, ou das Convertidas (Braga). Governo Ci. Braga.
- . 2006. A capela de São Miguel-o-Anjo. Braga: Irmandade de Nossa Senhora do Ó.
- . 2011. «André Soares e o Rococó do Minho, Volumes I, II, III e IV.» Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, Eduardo Alberto Pires de, Eduardo Moura, e João Mesquita. 1982. Estudos bracarense 3 - Braga Evolução da estrutura urbana. Câmara Mun. Braga.
- Oliveira, Eduardo Alberto Pires de, e Libório Manuel Silva. 2015. Braga de André Soares. Braga.
- Oliveira, Maria Manuel. 2007. «In memoriam, na cidade.» Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.
- . 2015. Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real. Braga.

- Oliveira, Marta Maria, Ana Cristina Silva, Maria de Fátima Castro, Jessica de Soua, Paula Nunes, e Sílvia Ramos. 2006. «O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a Capela de nossa senhora de Guadalupe.» Em Praças Reais. Passado Presente e Futuro. As praças: Portugal e o império, 271–94. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pedreirinho, José Manuel. 1994. Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade. Editado por Edições Afrontamento e José Manuel Pedreirinho. 524.a ed.
- Peixoto, José Carlos Gonçalves. 2011. Confraria do Bom Jesus do Monte. Braga.
- Pennick, Nigel. 2012. Sacred Architecture of London. Londres: Aeon Books.
- Pereira, José Fernandes, e Paulo Pereira. 1989. Dicionário da Arte Barroca em Portugal. Editorial Presença.
- Pereira, Paulo. 2004. Enigmas, lugares Mágicos de Portugal. Paisagens Arcaicas. Editado por Círculo de Leitores e Autor.
- . 2009. Lugares Mágicos de Portugal. Arquitecturas sagradas. Editado por Autor Círculos de Leitores e Temas e Debates.
- Pinto, Joel Bruno de Sousa Vieira. 2014. «A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI e XVIII.» Universidade Lusíada de Vila Nova de FAmalhão.
- Pinto, Liliana, Sabrina Guerreiro, Joana Maria Fernandes Leandro, José Paulo Leite de Abreu, e Manuel Ferreira Pitães. 2011. A igreja de São Paulo - Braga. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.
- Portocarrero, Gustavo. 2010. Braga na Idade moderna: Paisagem e Identidade. ARKEOS. Tomar.
- . 2011. «Imagem e Identidade urbana - o mapa de braga de 1594.» Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- Português, Ernesto. 2011. Do convento ao instituto - portas para a vida. [Braga]: Instituto Monsenhor Airosa,.
- Rádio Renascença. 2016. «Concerto de sinos na “Noite Branca” de Braga». Concerto de sinos na «Noite Branca» de Braga. 2016. http://rr.sapo.pt/noticia/62725/concerto_de_sinos_na_noite_branca_de_braga.
- Ribeiro, Maria do Carmo Franco. 2008. «Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana», Abril.
- . 2010. «A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados.» <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13437>.
- Ribeiro, Maria do Carmo Franco, e Arnaldo Sousa Melo. 2014. «O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI) : a influência dos

- mesteres e das instituições religiosas.» *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Universidade do Minho. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), 79–116.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. 1993. «Conceito de Património num Autor do Século XVIII.» *Conceito de Património*, 143–50.
- . 1996. Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751. Coleção c. Porto: Humbertipo Porto.
- . 2009. «Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga : tópicos para uma abordagem.» *Os franciscanos no mundo português : artistas e obras*, 169–76.
- . 2013. «Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade.» IX:331–73.
- Rodrigues, Maria João Madeira, e Pedro Fialho de Sousa. 1999. *Vocabulário Técnico e crítico de Arquitectura*. Editado por Horácio Manuel Pereira Bonifácio e Quimera Editores. 2a ed.
- Roob, Alexander. 2001. *Alquimia & Mística*. Editado por Taschen GmbH.
- Serres, Michel. 1993. *As Origens da Geometria*. Terramar.
- Silva, Francisco Maria. 1966. *A igreja dos Congregados*.
- Silva, Jorge Henrique Pais da, e Margarida Calado. 2005. *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*.
- Silva, Maria Madalena Ferreira Pinta da. 2009. «Forma e Circunstância. A preça na cidade portuguesa contemporânea.» *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*.
- Silva, Sara Manuela Correia Rodrigues da. 2014. «Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834).» *Universidade do Minho*.
- Soares, Nair de Nazaré Castro. 2011. «O Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “Príncipe Umanizzato” do Renascimento e o seu Projeto Educativo Moderno.» *Humanitas* 63:527–61.
- Soromenho, Miguel. 1991. «MANUEL PINTO VILA LOBOS. da engenharia militar à arquitectura, VOLUMES I, II e III.» *Universidade Moderna de Lisboa*.
- Veloso, Manuel de Oliveira, e Franklim Neiva Soares. 2001. *Guia da Igreja do Pópulo. Braga: Ordem Terceira da SS.ma Trindade da Igreja do Pópulo,*.
- Xavier, J P. 2006. *Sobre as origens da perspectiva em Portugal: o «Liuro de Prespectiua» do Códice 3675 da Biblioteca Nacional, um Tratado de Arquitectura do século XVI. Ensaio* (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Anexos

Cronologia, por extenso, dos 33 edifícios utilizados, no desenvolvimento do trabalho, e na composição da PRANCHA 1.1. Os dados aqui referidos, compõem, em grande parte, a história de cada item até meados do séc. XIX. Cada cronologia individual é acompanhada das referências bibliográficas de apoio à sua execução.

Índice

1. Sé Catedral de Braga	.133
2. Igreja de Maximinos	.134
3. Convento de São Francisco de Real	.135
4. Igreja de S. Vicente	.136
5. Capela de S. João do Souto	.137
6. Igreja de Nossa Senhora a Branca	.138
7. Santuário Bom Jesus do Monte	.139
8. Capela de S. Sebastião	.140
9. Igreja de S. Lázaro	.141
10. Capela de Sant'Ana	.142
11. Capela de S. Miguel-o-Anjo	.143
12. Capela de Santa Maria Madalena	.144
13. Igreja e Hospital de S. João Marcos	.145
14. Convento dos Remédios	.146
15. Igreja de São Tiago da Cividade	.147
16. Igreja de São Paulo	.148
17. Igreja da Misericórdia	.149
18. Convento do Salvador	.150
19. Igreja e Convento do Pópulo	.151
20. Igreja de S. Vítor	.152
21. Convento das Convertidas	.153
22. Convento de Nossa Senhora da Conceição	.154
23. Capela de São João da Ponte	.155
24. Convento de Nossa Senhora da Penha de França	.156
25. Igreja de Santa Cruz	.157
26. Convento de Nossa Senhora do Carmo	.158
27. Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe	.159
28. Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco	.160
29. Convento dos Congregados	.161
30. Capela de Nossa Senhora da Torre	.162
31. Convento das Teresinhas	.163
32. Capela de S. Bento do Hospital de S. Marcos	.164
33. Igreja da Lapa	.165

1. Sé Catedral de Braga

Cronologia:

- 1089 - Bispo D. Pedro restaura a Diocese Bracarense e, após a expulsão dos mouros, é a abençoada pelo Arcebispo D. Bernardo de Toledo. Construção do altar-mor e paredes laterais
- 1096/1108 – Fundação da capela pelo Arcebispo S. Geraldo em honra a S. Nicolau
- Séc. XII - D. Henrique e D. Teresa patrocinam o restante da construção formando uma igreja fortaleza, com fortes muros e torreada
- 1313/25 – Arcebispo D. João Martins de Solhães ergue uma capela funerária
- 1505/32 - D. Diogo de Sousa termina a galilé de entrada, iniciado por D. Jorge Costa, colocando-lhe as estátuas de São Martinho de Dume e São Frutuoso, São Geraldo, São Pedro de Rates, São Paulo, o anjo da guarda e São Jorge no centro. Refaz a capela-mor por projeto de João Castilho. Altera o portal principal. Fecha o espaço lateral de ligação à Rua do Souto. Entre outros arranjos menores.
- 1698 - Arcebispo D. João de Sousa encomenda nova sacristia barroca a João Antunes
- 1703/28 - Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles intervém profundamente na Sé, procedendo à alterações em quase todos os espaços: capelas, retábulos, zimbório, nova Casa do Tesouro, remodelação da fachada e das torres, reedificação do órgão, estucamento do corpo da igreja, etc.
- 1703/28 - Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles intervém profundamente na Sé, procedendo a alterações em quase todos os espaços: capelas, retábulos, zimbório, nova Casa do Tesouro, remodelação da fachada e das torres, reedificação do órgão, estucamento do corpo da igreja, etc.
- 1735 - Período de Sé Vacante. Cabido encomenda novo zimbório
- 1737 – Construção do cadeiral pelo arquiteto português Miguel Francisco da Silva
- 1779/81 – Reforma neoclássica promovida pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança. Alterações nas capelas, novo coreto com órgão e outras obras menores.

Referências Bibliográficas

Costa, L. (1998). A Sé de Braga. algumas breves notícias sobre a Catedral de Santa Maria (APPACDM). Braga.

Oliveira, E. A. P. de. (2004). Os grandes ciclos de obras na Sé Catedral de Braga e outros estudos de arte minhota (APPACDM). Braga.

2. Igreja de Maximinos

Cronologia:

- Séc. IV-VIII – Surgimento de basílica paleocristã de S. Pedro de Maximinos
- Séc. XI – Conversão para Igreja de S. Pedro de Maximinos
- Pós 1758 - Demolição e reconstrução no arcebispado de D. Gaspar de Bragança
- 1795 - Construção da torre sineira traseira

Referências Bibliográficas

Belino, A. (1900). *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

Ribeiro, M. do C. F., & Melo, A. S. (2014). O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI) : a influência dos mesteres e das instituições religiosas. *Evolução Da Paisagem Urbana: Cidade E Periferia*, 79–116.

Rocha, M. J. M. da. (2013). *Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade.*, IX, 331–373.

Silva, F. M. (1966). *A igreja dos Congregados*.

3. Convento de São Francisco de Real

Cronologia:

- Séc. VII – Vestígios visigóticos do Mausoléu de S. Frutuoso. Atribui-se a fundação S. Martinho
- 1523 - D. Diogo de Sousa promove a construção do Convento de São Francisco
- 1758 – Aumento das instalações do convento, edificação da igreja de São Jerónimo

Referências Bibliográficas

Oliveira, M. M. (2010). *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real*. Braga: Asilo de S. José.

4. Igreja de S. Vicente

Cronologia:

- 656 – No lugar, ou perto, que ocupa a igreja de S. Vicente, haveria um templo ao Mártir São Vicente
- 1565 – Inscrição na sacristia referente à reedificação da igreja
- 1598 – Segundo inscrição na fachada, desde este ano que goza dos privilégios da Igreja de Latrão em Roma
- 1686 - A Irmandade de São Vicente demonstra a intenção da reconstrução da igreja, em particular a capela-mor
- 1689 – Início da reconstrução por parte de João Afonso Ramos, segundo projeto de Domingos Moreira
- 1717 – Conclusão da construção da fachada por Frei Luís de S. José
- 1742 - Construção da Torre Sineira traseira por José Ribeiro Lago

Referências Bibliográficas

- Costa, L. (1991). A Igreja Paroquial de São Vicente. Braga: APPACDM
- Oliveira, E. A. P. de. (2011). André Soares e o Rococó do Minho, Volumes I, II, III e IV. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

5. Capela de S. João do Souto

Cronologia:

- 1131 – Primeira referência ao templo inicial de S. João e a sua doação, por Pedro Aurífice e a mulher Elvira Midis, ao arcebispo D. João Peculiar
- 1373 - Senna de Freitas regista doações feitas à confraria de S. João Baptista
- 1515 - Fundação da nova capela de S. João do Souto, pelo doutor João de Coimbra, atribuída ao arquiteto João de Castilho que por Braga passou nesta altura para reconstrução da capela-mor da Sé Catedral
- 1528 - Final da construção com autorização do Rei D. João III
- 1706 - José Coimbra de Andrade e Lourenço José Coimbra, pai e filho, encomendam ao arquiteto Manuel Fernandes da Silva, a construção da capela a S. António Esquecido juntamente com escadório de acesso (demolida em 1949)

Referências Bibliográficas

- Belino, A. (1900). *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.
- Lacerda, A. de. (1923). *A capela de Nossa Senhora da Conceição*. Porto: Tipografia de A Tribuna.
- Oliveira, E. A. P. de. (1999). *Braga - Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras.

6. Igreja de Nossa Senhora a Branca

Cronologia:

- Séc. XIV – Fundações remetem para a época do arcebispo D. João de Soalhães (1313-1325)
- Séc. XVI – Reconstrução por D. Diogo de Sousa (1505-1532), porta principal mantém-se
- 1594 – Aparece representada no mapa de Braun, no que aparenta ser a sua posição atual
- 1678 – Construção de novo teto em caixotões pelo carpinteiro João de Oliveira
- 1743 - Obras na capela-mor e sacristia pelos mestres pedreiros João Costa e José Ribeiro Lago. Possível edificação da torre traseira.
- 1770 – Reconstrução da igreja, renovação do corpo principal e cobertura

Referências Bibliográficas

- Oliveira, E. A. P. de. (2001). A Freguesia de São Victor (Braga). Braga: Junta de Freguesia de S. Victor.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

7. Santuário Bom Jesus do Monte

Cronologia:

- Séc. XIV – Colocação de uma cruz e construção da primeira ermida primeira metade do século pelo Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-48).
- 1373 – Registo na irmandade da trindade de Braga da obrigação dos confrades peregrinarem e prestarem devoção à ermida de Santa Cruz todos os anos no dia 6 de Maio
- 1494 – Ermida reconstruída por D. Jorge da Costa
- 1522 – Ampliação da ermida pelo Deão D. João da Guarda
- 1629 – Intenção de se fundar uma confraria sob a invocação de Bom Jesus do Monte para reacender a extinta devoção à Santa Cruz, dando-se a reedificação e ampliação da ermida
- 1669 – Construção de 3 capelas: a Sepultura de Cristo, Ressurreição e da Assunção.
- 1722 – Início das obras segundo risco do Engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos
- 1725 – Final da construção
- 1781 – Inicia-se desaterramento para construção da Nova Igreja do Santuário do Bom Jesus, uma vez que a anterior, por possível fraca construção, impacto do terramoto 1755 e das fortes invernos da época ameaçava ruína
- 1789 – Projeto de Carlos Amarante
- 1811 – Construção do projeto

Referências Bibliográficas

Direção-geral do Património. (n.d.). Retrieved from http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17244

Peixoto, J. C. G. (2011). Confraria do Bom Jesus do Monte. Braga.

8. Capela de S. Sebastião

Cronologia:

- Séc. XV – primeiras fundações apontadas por Bernardino de Senna Freitas in Memórias de Braga
- 1585 – Instituição da confraria de S. Sebastião
- 1593 - Representação no mapa de Georg Braun
- 1715 – Assinado contrato com Manuel Fernandes Silva, projeto é apontado como sendo de Manuel Pinto Villalobos
- 1717 (19 de Janeiro) - Inauguração da nova capela
- 1746/47 - Construção de novo zimbório por Diogo Soares
- 1770 – Aumento da capela-mor
- 1793 – Novo aumento da capela-mor e sacristia, nova sala para a confraria acima da sacristia e elevação da torre sineira.
- 1805 – Conclusão da torre sineira por Domingos de Pereira

Referências Bibliográficas

Guerreiro, S., Pinto, L., Leandro, J. M. F., Abreu, J. P. L. de, & Pitães, M. F. (2010). A capela de S. Sebastião - Braga. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.

Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.

9. Igreja de S. Lázaro

Cronologia:

- Início séc. XVI – D. Diogo de Sousa ordena a construção da ermida de S. Lázaro e uma gafaria junto a ele, hospital com quatro quartos
- 1642 – Obras de reforma, transformando capela em capela-mor e adicionando corpo principal à igreja
- 1747 – D. José de Bragança divide cria a freguesia de S. Lázaro devido à grande área de S. Victor
- 1799 – D. Frei Caetano Brandão encomenda reconstrução aos mestres pedreiros Bartholomeu Gonçalves e António José Bolhosa
- 1830 – Levanta-se a torre

Referências Bibliográficas

Belino, A. (1900). *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

Oliveira, E. A. P. de (1999b). *Monografia da freguesia de S. José de S. Lázaro*.

10. Capela de Sant'Ana

Cronologia:

- Início séc. XVI – D. Diogo compra os terrenos do campo de Sant'Ana, manda limpar as vinhas e abrir o grande campo, e erigir a capela de oito lados
- 1601 – Acrescido novo corpo, uma nave que transformaria a antiga ermida em capela-mor, trabalho executado pelo mestre pedreiro Manuel Luís
- 1741 - Obras de reparação, arranjos de madeira, pedra, retábulos e imaginária
- 1769 - Arcebispo D. Gaspar de Bragança ordena a demolição da capela por retirar imponência à maior praça bracarense

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de. (1999). Braga - Percursos e memórias de granito e oiro. Porto: Campo das Letras.

11. Capela de S. Miguel-o-Anjo

Cronologia:

- Início séc. XVI – Primeiro registo da igreja num documento referente às obras erigidas por D. Diogo de Sousa
- 1591 – Homem abastado cria na capela uma confraria em honra a S. Miguel-o-Anjo
- 1672 – Obras de pedraria no interior da capela
- 1713/14 - Obras menores, ainda que insuficientes para evitar as faltas de condições para a celebração de missas
- 1719 – Novas obras no forro da capela
- 1755 – Reconstrução da capela-mor, altar e retábulos
- 1882- Demolição da capela

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de. (2006). A capela de São Miguel-o-Anjo. Braga: Irmandade de Nossa Senhora do Ó.

Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

12. Capela de Santa Maria Madalena

Cronologia:

- Início séc. XVI – ergue-se uma capela a Santa Maria Madalena no então Portela de Espinho
- 1693 – A mesa da Irmandade de Santa Maria Madalena decide reconstruir toda a capela com obra de pedraria por Domingos da Silva
- 1737 - Inauguração da capela – trabalhos na cobertura pelo mestre Miguel Francisco e obras de pedraria pelo mestre Domingos Moreira
- 1753/57 - Desenho e obra da fachada pelo arquiteto André Soares, além da construção da escadaria também da sua autoria

Referências Bibliográficas

Direção-geral do Património. (n.d.). Retrieved from http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17244

Oliveira, E. A. P. de. (1999). Braga - Percursos e memórias de granito e oiro. Porto: Campo das Letras.

13. Igreja e Hospital de S. João Marcos

Cronologia:

- 1508 – D. Diogo ordena a reunião dos hospícios, lazaretos e albergues num só local. Transladam relíquias de S. João Marcos para a capela do Espírito Santo, atual local da capela-mor
- 1720 – -Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles encomenda e revê o projeto de Manuel Vila Lobos
 - Primeiro exemplar da torre sineira traseira
- 1733 – Novo projeto ou correção do existente pelo arquiteto florentino Carlos António Leone, ainda que a construção aparente não ter sido concluída
 - 1787 – Igreja ameaça ruína
- 1789 - Início de reparos na capela-mor e redesenho da fachada por Carlos Amarante

Referências Bibliográficas

- Oliveira, E. A. P. de. (1994). Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte (APPACDM). Braga.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

14. Convento dos Remédios

Cronologia:

- 1544 – Fundação do primeiro convento feminino na cidade de Braga pelo bispo auxiliar de D. Diogo de Sousa, D. Frei André de Torquemada
- 1549 – Conclusão das obras
- 1725 – Abadessa D. Francisca dos Seraphins encomenda ao arquiteto vimaranense António Pinto a construção da igreja do convento
- 1741 – Aumento do terreno e da cerca
- 1749 – Novo aumento da cerca até à rua da Palmatoria e construção do mirante na esquina da Rua de Marcos com o brasão de D. José de Bragança

Referências Bibliográficas

Belino, A. (1900). *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

Rocha, M. J. M. da. (2009). Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga : tópicos para uma abordagem. *Os Franciscanos No Mundo Português : Artistas E Obras*, 169–17

15. Igreja de São Tiago da Cividade

Cronologia:

- 1594 – Figura no mapa de Georg Braun, com um só corpo retangular e rematada na empena por sineira, orientação para Oeste
- 1706 - Segundo o Padre Carvalho da Costa a igreja é vigararia, pertencente ao Cabido da Sé de Braga; é administrador da Capela das Chagas o Padre Fernando Correia de Lacerna e tem 4 missas semanais; a povoação tem 300 vizinhos
- 1720 – O mestre-pedreiro Manuel Fernandes faz as armas novas de pedra para a Confraria das Chagas da Igreja da Cividade
- 1750 - No “Mapa das Ruas de Braga” aparece representada, ainda com a fachada principal orientada a Oeste;
- Séc. XVIII – No Mappa Primas de Braga, de André Soares, aparece ainda com a mesma orientação mas com dois volumes distintos, corpo principal e capela-mor
- Final séc. XVIII - Remodelação da igreja da Cividade, orientando a sua fachada principal para Este

Referências Bibliográficas

Direção-geral do Património. (n.d.). Retrieved from http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17244

16. Igreja de São Paulo

Cronologia:

- 1567 – Início da edificação dirigida pelo Padre Silvestre Jorge, suspensa em 1569
- 1588 – Colocação do telhado e transladação do Santíssimo Sacramento. Lajeamento e colocação de duas colunas no coro por Diogo Jorge e Francisco Gonçalves.
- 1693 – Execução de obras de pedraria por Bento Correia e Manuel Ribeiro.
- 1700/09 - Colocação de grades, construção do arcaz e guarda-roupa da sacristia.

Referências Bibliográficas

- Pinto, L., Guerreiro, S., Leandro, J. M. F., Abreu, J. P. L. de, & Pitães, M. F. (2011). A igreja de São Paulo - Braga. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373

17. Igreja da Misericórdia

Cronologia:

- 1558 – Concedida autorização para a construção por D. Frei Baltasar Limpo
- 1561 – Revalidada a licença pelo Arcebispo Beato Frei Bartolomeu dos Mártires, e dão-se início às obras
- 1589 - Obras de Manuel Luís
- 1770 – Obras de Francisco Tomás Correia

Referências Bibliográficas

- Macedo, A. da S. (2003). Igreja da Misericórdia. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Oliveira, E. A. P. de, Moura, E., & Mesquita, J. (1982). Estudos bracarenses 3 - Braga Evolução da estrutura urbana (Câmara Mun). Braga.
- Oliveira, E. A. P. de, & Silva, L. M. (2015). Braga de André Soares. Braga.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

18. Convento do Salvador

Cronologia:

- 1592 - O Arcebispo Dom Frei Agostinho compra duas casas no extremo norte do campo da vinha para acomodar as monjas do singelo convento Vitorino no concelho de Ponte de Lima
- 1600 – Conclusão das obras iniciais, com intervenção do arquiteto Geraldo Álvares
- 1684 – Construção de novos dormitórios por Barbosa Domingos, Manuel Ribeiro e Domingos Silva
- 1708 – Obras na sacristia, por Bento Correia e João Alves, e acrescento de dormitórios pelo mestre pedreiro João Alves
- 1733 – Alargamento do mosteiro para o lado nascente pelo mestre pedreiro João da Costa
- 1738 – Edificação da torre da igreja, por João da Costa (Oliveira, 1994) ou António Oliveira (Rocha, 2013)

Referências Bibliográficas

- Oliveira, E. A. P. de. (1994). O edifício do Convento do Salvador. Braga: Lar Conde de Agrolongo.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373

19. Igreja e Convento do Pópulo

Cronologia:

- 1596 – Fundação da igreja segundo projeto de Manuel Luiz
- 1621 – Conclusão da igreja e de convento adjacente
- Séc. XVII – primeiro exemplar da torre sineira traseira
- 1706 – Projeto para claustro do convento por Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes Silva
- 1735 – Construção do claustro a cargo de João Costa
- 1780 - Construção da fachada segundo projeto de Carlos Amarante, com duas torres frontais

Referências Bibliográficas

- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.
- Veloso, M. de O., & Soares, F. N. (2001). Guia da Igreja do Pópulo. Braga: Ordem Terceira da SS.ma Trindade da Igreja do Pópulo

20. Igreja de S. Vítor

Cronologia:

- 1594 – Aparece representada no mapa de Braun, ainda que se saiba ser numa localização distinta da sua reconstrução
- 1686 – Arcebispo D. Luís de Sousa promove a fundação da igreja. Projeto do arquiteto, residente em Viana, Miguel Lescole
- 1690/91 - Obras pelos mestres pedreiros Pascoal Fernandes e Domingos Moreira, construção da fachada e torre.
- 1728 – Reconstrução da fachada por Estevão Moreira
- 1747 – Obras na torre

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de. (2001). A Freguesia de São Victor (Braga). Braga: Junta de Freguesia de S. Victor.

Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331-373

21. Convento das Convertidas

Cronologia:

- 1500 – Construção da capela de S. Gonçalo, segundo inscrição anterior, referente ao patrocínio do arcebispo D. Jorge da Costa
- 1720 – D. Rodrigo Moura Teles compra casas contíguas à capela de S. Gonçalo e iniciam-se obras pela direção de Manuel Fernandes Silva ou de Manuel Pinto Vila Lobos
- 1722 - Inauguração do convento

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de. (1999). Braga - Percursos e memórias de granito e oiro. Porto: Campo das Letras.

22. Convento de Nossa Senhora da Conceição

Cronologia:

- 1625/29 – Fundação do Convento por vontade do cónego da Sé Geraldo Gomes, e o irmão, abade de Adaúfe, Francisco Gomes – com autorização do Arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça.
- 1728 – Reconstrução da Igreja segundo o Diário Bracarense, por pedido do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles e projeto de Manuel Fernandes Silva
- 1729 - Madeiramento do coro e alto-coro da igreja por João Nogueira e Pedro Nogueira
- 1762 – Arcebispo D. José de Bragança promove a construção do “mirante das religiosas” e o muro delimitador do terreno do Convento. Determina uma reforma com novas Constituições e simplificação de despesas.

Referências Bibliográficas

- Português, E. (2011). Do convento ao instituto - portas para a vida. [Braga]: Instituto Monsenhor Airosa,.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2009). Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga : tópicos para uma abordagem. Os Franciscanos No Mundo Português : Artistas E Obras, 169–176.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373

23. Capela de São João da Ponte

Cronologia:

- 1614/15 – Primeiro registo em Senado de Câmara da existência da capela junto à ponte de Guimarães
- 1616 – Data marcada na entrada da capela, determina ano de execução
- 1795/1805 - Expansão da capela e sacristia e construção da torre sineira

Referências Bibliográficas

Ferreira, R. M. G. (2016). São João da Ponte. Braga: União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto.

24. Convento de Nossa Senhora da Penha de França

Cronologia:

- 1652 - Pedro Aguiar e a mulher Maria Vieira, instituem Recolhimento das Beatas Capuchas no Campo de Sant'Ana
- 1719 – Visita de D. Rodrigo Moura Teles e iniciam-se esforços para a transformação do Recolhimento
- 1719/21 – Construção da cerca e da Igreja pelos mestres Manuel António e Bento Correia. Manuel Fernandes Silva encarrega-se das restantes obras.
- 1725/28 – Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles contrata os mestres pedreiros Estevão Moreira e Manuel Rebelo para novas intervenções

Referências Bibliográficas

- Português, E. (2011). Do convento ao instituto - portas para a vida. [Braga]: Instituto Monsenhor Airosa,.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Coleção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2009). Panorama artístico no século XVIII dos conventos franciscanos femininos em Braga : tópicos para uma abordagem. Os Franciscanos No Mundo Português : Artistas E Obras, 169–176.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

25. Igreja de Santa Cruz

Cronologia:

- 1583 – Padre Jeronymo Portilo solicita ao prelado a construção de uma igreja para a congregação de Santa Cruz no lugar da capela de São Marcos
- 1617 – Determina-se a localização no início da rua do Anjo, onde haveria uma torre da velha muralha romana
- 1653 - Termina-se o trabalho de pedraria, com exceção da fachada e torres
- 1694 – Pascoal Fernandes termina execução das duas torres.
- 1730 – Alterações ao corpo da igreja e capela-mor, de torre sineira traseira. Projeto de Manuel Fernandes da Silva
- 1732 – Projetos de Manuel Fernandes da Silva e Manuel Pinto Vila Lobos para a fachada
- 1735- Novo projeto construído para a fachada de Carlos Leone

Referências Bibliográficas

- Costa, L. (1982). O Templo de Santa Cruz, Elementos para a sua história e da Irmandade de Santa Cruz da Cidade de Braga no seu 400o aniversário. Braga.
- Oliveira, E. A. P. de, Moura, E., & Mesquita, J. (1982). Estudos bracarenses 3 - Braga Evolução da estrutura urbana (Câmara Municipal de Braga). Braga.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

26. Convento de Nossa Senhora do Carmo

Cronologia:

- 1654 – Compra de terrenos no campo de Sta. Eufémia pelo Prior José do Espírito Santo da casa dos Carmelitas descalços de Braga. Lançamento da primeira pedra.
- 1655 - Edificação do convento com celas para os religiosos e uma capela
- 1692/96 – Início da construção da igreja, apenas fachada e estrutura edificadas
- Início de séc. XVIII - É terminada a igreja por patrocínio do Arcebispo D. João de Sousa, ainda que não tenha visto em vida o resultado das obras
- 1749 - Construção de infraestrutura de fornecimento de água

Referências Bibliográficas

Direção-geral do Património. (n.d.). Retrieved from http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17244

Silva, S. M. C. R. da. (2014). Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834). Universidade do Minho

27. Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe

Cronologia:

- Séc. XVII – Possível fundação da capela, não aparece representada em Braun
- 1719 – Manuel Fernandes Silva assume projeto de nova capela no mesmo monte onde estaria a anterior
- 1725 - Inauguração e bênção da capela pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles
- 1760 - Intervenção na capela por João Gracias

Referências Bibliográficas

- Oliveira, E. A. P. de. (2001). A Freguesia de São Victor (Braga). Braga: Junta de Freguesia de S. Victor.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373

28. Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco

Cronologia:

- 1685 (14 Julho) - Autoriza-se a construção e escolhe-se o lugar da Fonte da Carcova
- 1702 - Primeiro projeto de Manuel Fernandes da Silva
- 1707 - Novo risco de Manuel Fernandes da Silva – obra por Domingos Gonçalves Saganho e António Correia
- 1715 - Início das obras no coro pelos mestres José Nogueira, António Moreira e Jacinto Ferreira. Vidraceiro Miguel Sousa.
- 1723 – Projeto da torre sineira traseira por Manuel Fernandes da Silva e obra de Domingos Gonçalves Saganho.
- 1734 - Colocação de azulejos na capela-mor por Nicolau de Freitas
- 1757 - Execução das portas por Inácio Pereira com risco de André Soares.

Referências Bibliográficas

- Guerreiro, S., Pinto, L., Abreu, J. P. L. de, Fernandes, D., & Mesquita, J. (2011). Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco - Braga. Braga: IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs.
- Oliveira, E. A. P. de, & Silva, L. M. (2015). Braga de André Soares. Braga.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.

29. Convento dos Congregados

Cronologia:

- 1686 – Padres José do Valle e Francisco Rodrigues chegam a Braga para fundar a casa de Braga
- 1688 – É escolhido lugar da construção pelos padres Manuel de Vasconcelos e Manuel Barbosa, comprando alguns prédios no Campo de Sant’Ana. Constrói-se uma pequena capela inicial, de acordo com os recursos económicos
- 1703 - Celebrado contrato com Manuel Fernandes Silva para a construção da igreja no local da antiga capela
- 1730 – A lenta construção do convento atinge os limites atuais da congregação. Projeto do gaveto, fachada principal e Capela dos Monges por André Soares.
- 1750 – Data do desenho da fachada
- 1761/65 - Construção da fachada pelo pedreiro galego Paulo Vidal segundo projeto de André Soares. Construção incompleta ficando por terminar a torre poente e o coroamento da nascente
- 1964 – Termina a construção da fachada.

Referências Bibliográficas

- Oliveira, E. A. P. de, Moura, E., & Mesquita, J. (1982). Estudos bracarenses 3 - Braga Evolução da estrutura urbana (Câmara Mun). Braga.
- Rocha, M. J. M. da. (1996). Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga, 1693/ 1751 (Colecção c). Porto: Humbertipo Porto.
- Rocha, M. J. M. da. (2013). Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade., IX, 331–373.
- Silva, F. M. (1966). A igreja dos Congregados.

30. Capela de Nossa Senhora da Torre

Cronologia:

- 1721 – Passa a servir como torre sineira para a igreja de Santiago, dos Jesuítas
- 1755/56 - Com o terramoto de Lisboa, fizeram-se várias procissões à Virgem da Torre por ter preservado a cidade. Aproveitando o crescente culto, os Jesuítas encomendam a André Soares a construção de uma pequena capela encastrada na velha torre militar.

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de, & Silva, L. M. (2015). Braga de André Soares. Braga.

31. Convento das Teresinhas

Cronologia:

- 1742 - Maria de Jesus e Isabel de Jesus criam Recolhimento de Santa Teresa junto à igreja de S. Victor, com posteriormente transição para a Rua de S. Barnabé
- 1756 – Com licença de D. Frei Aleixo de Miranda e patrocínio de Pedro Fernandes, é feita nova realocização para a rua paralela da Oliveira
- 1763 – D. Gaspar de Bragança promove reconstrução dadas as parcas condições do Recolhimento. Iniciam-se obras e construção da Igreja
- 1766 – Terminam-se as obras e dotando-as do brasão da arquidiocese e da Casa Real de Bragança.

Referências Bibliográficas

Jaca, C. (2011). Do convento das Teresinhas ao azilo de S. José - Esboço Histórico. (Azilo de São José, Ed.)

32. Capela de S. Bento do Hospital de S. Marcos

Cronologia:

- 1754/55 – Construção da capela segundo projeto de André Soares.
- Séc. XX – Construção da cobertura e nártex

Referências Bibliográficas

Oliveira, E. A. P. de (2011). André Soares e o Rococó do Minho, Volumes I, II, III e IV. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

33. Igreja da Lapa

Cronologia:

- 1761 – Início das obras da capela, com permissão do arcebispo D. Gaspar de Bragança.
- 1767 - Fim das obras e bênção da capela.
- 1771 – Construção da torre sineira.
- 1781 - Fim dos altares laterais.
- 1791 - Conclusão do retábulo da capela-mor

Referências Bibliográficas:

Belino, A. (1900). *Archeologia christã*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.

Direção-geral do Património Cultural. (2011). Retrieved May 11, 2017, from http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17173

Oliveira, E. A. P. de. (1999). *Braga - Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras.